



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)/
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT) em implantação
INSTITUTO DE ESTUDOS DA
LINGUAGEM (IEL)
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
ESTUDOS DA LINGUAGEM

RAQUEL COSTA GUIMARÃES NASCIMENTO

**DISCURSO, MÍDIA JORNALÍSTICA E RELAÇÕES DE PODER: FORMAS DE
ENUNCIAR SOBRE OS ADOLESCENTES VÍTIMAS DE INCÊNDIO**

CATALÃO-GO
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESSES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Raquel Costa Guimarães Nascimento

3. Título do trabalho

DISCURSO, MÍDIA JORNALÍSTICA E RELAÇÕES DE PODER: FORMAS DE ENUNCIAR E SOBRE OS ADOLESCENTES VÍTIMAS DE INCÊNDIO

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Fernandes Júnior, Professor do Magistério Superior**, em 29/07/2022, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL COSTA GUIMARAES NASCIMENTO, Discente**, em 29/07/2022, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do



[Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3070093** e

o código CRC **DBE1DF5E**.

RAQUEL COSTA GUIMARÃES NASCIMENTO

**DISCURSO, MÍDIA JORNALÍSTICA E RELAÇÕES DE PODER: FORMAS DE
ENUNCIAR
SOBRE OS ADOLESCENTES VÍTIMAS DE INCÊNDIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem – nível de Mestrado – do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Goiás/ Universidade Federal de Catalão, em implantação – como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Estudos da Linguagem.

Área de Concentração: Linguagem, Cultura e Identidade.

Linha de Pesquisa: 1 - Discurso, Sujeito e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Fernandes Júnior.

CATALÃO-GO
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFCAT.

Nascimento, Raquel Costa Guimarães
DISCURSO, MÍDIA JORNALÍSTICA E RELAÇÕES DE PODER:
FORMAS DE ENUNCIAR SOBRE OS ADOLESCENTES VÍTIMAS DE
INCÊNDIO / Raquel Costa Guimarães Nascimento. - 2021.
194, CXCIV f.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Fernandes Júnior .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Catalão, Instituto
de Estudos da Linguagem, Catalão, Programa de Pós-Graduação em
Estudos da Linguagem, Catalão, 2021.

Anexos.

Inclui lista de tabelas.

1. Acontecimento discursivo. 2. Incêndio. 3. Adolescentes. 4.
Silêncio. 5. Relações saber- poder. I. Júnior , Antônio Fernandes,
orient. II. Título.

CDU 82



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA

ATA UAELL-RC 010/2021

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – REGIONAL CATALÃO.

Defesa: nº 141/2021

Às quatorze horas do dia dois de março de dois mil e vinte e um, reuniu-se a Banca Examinadora - à distância, Via Videoconferência - designada pela Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, composta pelos docentes: Prof. Dr. Antônio Fernandes Júnior (Orientador), da Universidade Federal de Goiás - UFG/RC; Profa. Dra. Kátia Menezes de Sousa, da Universidade Federal de Goiás - UFG/RC; Prof. Dr. Vinicius Durval Dorne, da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, para proceder à Defesa Pública de Dissertação intitulada **Discurso, Mídia Jornalística e Relações de Poder: formas de enunciar sobre os adolescentes vítimas de incêndio**, de autoria da mestrand Raquel Costa Guimarães Nascimento, matrícula 2019101042. Iniciando os trabalhos, o Presidente da sessão apresentou a Banca e a candidata ao título de Mestra. Em seguida, agradeceu a presença do público e passou a palavra à mestrand para a apresentação do trabalho. A seguir, a Presidente concedeu a palavra às examinadoras, que passaram a arguir a candidata. A duração da apresentação da discente e a arguição das examinadoras aconteceram conforme regulamento do Programa. Ao término da arguição, a Banca Examinadora se reuniu em sessão secreta para atribuir os conceitos finais da Dissertação. Em face do resultado obtido, a Banca Examinadora considerou a candidata: aprovada, estando apta a fazer jus ao Título de Mestra em Estudos da Linguagem. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Banca Examinadora. Regional Catalão, UFG, dois dias do mês de março de dois mil e vinte e um. Esta defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico é parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra. O diploma correspondente será emitido após cumprimento dos demais trâmites, conforme normas do Programa e legislação da Universidade Federal de Goiás, especialmente o Artigo 62 da Resolução CEPEC 1403/2016.

Observações:

Banca Examinadora de Qualificação/Defesa Pública de Dissertação/Tese realizada em conformidade com a Portaria da CAPES n. 36, de 19 de março de 2020, de acordo com seu segundo artigo:

Art. 2º A suspensão de que trata esta Portaria não afasta a possibilidade de defesas de tese utilizando tecnologias de comunicação à distância, quando admissíveis pelo programa de pós-graduação stricto sensu, nos termos da regulamentação do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Fernandes Júnior, Professor do Magistério Superior**, em 02/03/2021, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Durval Dorne, Usuário Externo**, em 02/03/2021, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **KÁTIA MENEZES DE SOUSA, Usuário Externo**, em 02/03/2021, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do



[Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Anair Valênia Martins Dias, Coordenador de Pós-graduação**, em 24/03/2022, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1910571** e o código CRC **CF668481**.

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação à minha mãe, Eliene, à minha avó Maria Aparecida,
às Mães de Maio do Cerrado e às mães dos garotos do Ninho do Urubu.

AGRADECIMENTOS

A meu marido, Lucimar, e meus filhos, Giovana e Guilherme, pelo apoio, amor, parceria e compreensão. Vocês foram o meu sustento nesses dias. Todo esse trabalho foi um pouco para vocês também.

A minhas irmãs, Núbia e Gisele, pela inspiração e admiração mútua.

Ao Prof. Dr. Antônio Fernandes Júnior, meu orientador nesta jornada. Sua generosidade e leveza me deram asas e paz, mesmo em períodos turbulentos. Agradeço pela paciência e disponibilidade, e pelas conversas ao telefone, um dos poucos recursos que tivemos no momento de escrita final desse texto.

À Prof.^a Dr.^a Kátia Menezes de Sousa e Vinicius Dorne, por aceitarem compor a banca de qualificação e defesa, e pelas valiosas contribuições ao trabalho.

A todo o corpo docente, discente e técnico do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da Universidade Federal de Goiás/Universidade Federal de Catalão, em transição.

Aos professores do Programa de Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás/Universidade Federal de Catalão, em transição, que me encantaram durante a graduação, e, em especial, à Prof.^a Dr.^a Erislane Rodrigues Ribeiro, que me iniciou na pesquisa e escrita científica.

Aos amigos de jornada, em especial, Maximiano, Tainá e Marcelo. Foi muito importante compartilhar esse período com vocês.

À Léa Evangelista Persicano, pela primorosa leitura e revisão. Sua capacidade de lapidação textual foi fundamental para a finalização desse texto.

Ao Francisco de Assis Ferreira Melo, pelas contribuições na formatação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo fomento concedido.

A todos que de alguma forma contribuíram para esse trabalho.

LISTA DE QUADROS

QUADRO	TÍTULO	PÁGINA
Quadro 1	Grupo 1	26
Quadro 2	Grupo 2	27
Quadro 3	Grupo 3	28
Quadro 4	Grupo 4	30
Quadro 5	Os incêndios que mataram 10 adolescentes cada um	88

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender os discursos jornalísticos produzidos sobre dois incêndios e suas vítimas, dez adolescentes em cada caso, sendo o primeiro no Centro de Detenção em Goiânia (2018) e o segundo no Centro de Treinamento de futebol do Flamengo (Ninho do Urubu), no Rio de Janeiro (2019). São dois acontecimentos distintos, que receberam abordagens jornalísticas diferenciadas, pois envolvem, de um lado, “jovens infratores” e, de outro, “promessas do futebol”. O enfoque recai, com mais ênfase, no primeiro caso, e o episódio do Rio de Janeiro será acionado para compreender como as posições sociais dos sujeitos (delinquente *versus* jogador de futebol) interferem no modo como o jornalismo e determinados segmentos sociais lidam com os sujeitos em conflito com a lei. O *corpus* de análise é composto por dez reportagens relativas ao primeiro incêndio e uma sobre o segundo incêndio, e, por meio delas, procura-se entender o funcionamento discursivo de diferentes mídias e analisar a produção e a circulação dos enunciados das matérias jornalísticas, cujos discursos ora culpabilizam as vítimas, preservam as instituições e reforçam o racismo de Estado, ora humanizam os mortos, apontando falhas nas políticas de segurança pública etc. A fundamentação teórica é a Análise do Discurso – enquanto suporte para uma metodologia descritivo-interpretativa e analítica –, sobretudo, as noções foucaultianas de enunciado, discurso, acontecimento discursivo, poder, biopolítica, as quais estão articuladas com reflexões sobre mídia, necropolítica e silêncio. A dissertação se estrutura em quatro capítulos: no primeiro, é feita uma introdução ao *corpus*, uma apresentação da análise de títulos e subtítulos das matérias jornalísticas selecionadas e dos sujeitos convocados a falar sobre o caso; no segundo, aprofunda-se o olhar, com a descrição de enunciados que se evidenciam em notícias do jornalismo tradicional, e a observação do que é repetido e do que é silenciado em cada uma delas; no terceiro, são analisadas reportagens que narram os acontecimentos pela perspectiva dos familiares das vítimas e enfatizado como isso reformula o discurso sobre o acontecimento; no quarto capítulo, é analisado como diferentes sujeitos são falados por esses canais de informação, e como a posição que ocupam na formação social interfere nos enunciados e discursos formulados a respeito deles. Por meio desse processo de análise discursiva, é alcançada uma reflexão sobre o que é mobilizado pelos discursos para a construção das notícias e como as relações de saber-poder demarcam lugares de sujeito, em dados suportes, culpabilizando-os, e, em outros, humanizando-os.

Palavras-chave: Acontecimento discursivo; Incêndio; Adolescentes; Silêncio; Relações saber-poder.

ABSTRACT

This research aims to understand the journalistic speeches produced about two fires and their victims, ten teenagers in each case, the first at the Detention Center in Goiânia (2018) and the second at the Flamengo Football Training Center (Ninho do Urubu), in Rio de Janeiro (2019). These are two different events, which have received different media approaches, as they involve, on the one hand, “young offenders” and, on the other, “promises of football”. The focus falls, with more emphasis, on the first case, and the Rio de Janeiro episode will be triggered to understand and reinforce how the social positions of the subjects (delinquent versus soccer player) interfere in the way the media and certain social segments deal with subjects in conflict with the law. The corpus of analysis consists of ten reports related to the first fire and one about the second fire, and through them, we seek to understand the discursive functioning of different media and to analyze the production and circulation of the statements of journalistic articles, whose speeches sometimes blame the victims, preserve institutions and reinforce state racism, sometimes humanize the dead, pointing out flaws in public security policies, etc. The theoretical foundation is Discourse Analysis – as a support for a descriptive-interpretative and analytical methodology –, above all, Foucault's notions of utterance, discourse, discursive event, power, biopolitics, which are articulated with reflections on media, necropolitics and silence. The **thesis** is structured in four chapters: in the first, an introduction to the corpus is made, a presentation of the analysis of the titles and subtitles of the selected journalistic articles and of the subjects summoned to speak about the case; in the second, the look is deepened, with the description of statements that are evident in news from traditional journalism, and the observation of what is repeated and what is silenced in each of them; in the third, reports are analyzed that narrate the events from the perspective of the victims' relatives and emphasized how this reformulates the discourse about the event; in the fourth chapter, it is analyzed how different subjects are spoken by these information channels, and how the position they occupy in social formation interferes in the statements and speeches formulated about them. Through this process of discursive analysis, a reflection is reached on what is mobilized by the speeches for the construction of news and how the relations of knowledge-power demarcate places of subject, in supporting data, blaming them, and, in others, humanizing them.

Keywords: Discursive event; Fire; Adolescents; Silence; Knowledge-power relations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1: Das reportagens ao acontecimento	22
1.1 Acontecimentalização e acontecimento	23
1.2 Os títulos das reportagens e os enunciados	25
1.3 Discurso, enunciado e as vozes acionadas nas reportagens	31
CAPÍTULO 2: Apontamentos sobre relações de poder, saber e mídia jornalística	38
2.1 Poder e mídia	38
2.2 Sobre as relações de poder	42
2.3 As reportagens do <i>G1</i> e <i>O Popular</i>	47
CAPÍTULO 3: As vozes infames e os encontros com o poder	59
3.1 O silenciamento dos sujeitos vítimas do incêndio e suas vidas infames	59
3.2 As reportagens dos <i>sites Ponte</i> e <i>El País</i>	66
CAPÍTULO 4: A gestão da vida e da morte e o discurso jornalístico	75
4.1 Biopolítica e racismo de Estado	75
4.2 A necropolítica, o racismo, a prisão e a morte dos adolescentes	80
4.3. O incêndio no Centro de Internação em Goiânia e o incêndio no Ninho de Urubu	84
CONCLUSÕES?	94
REFERÊNCIAS	99
ANEXOS	104

Os Programas de Pós-Graduação stricto sensu que ainda estavam vinculados à Universidade Federal de Goiás (UFG) já foram migrados na CAPES para a Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Entretanto, a UFCAT ainda utiliza o Sistema Eletrônico de Informação (SEI) da UFG. Por este motivo, no Termo de Ciência e de Autorização (TECA) e na Ata de Defesa ainda aparecem a informação e a logo da UFG.

INTRODUÇÃO

A preocupação com a violência e a segurança pública tem sido motivo de debates e pesquisas, tanto em âmbito acadêmico e político, quanto nos espaços sociais. Dentre as questões inerentes a esse tema, destacam-se discussões a respeito de adolescentes em situação de conflito com a lei, as quais já estão em pauta no Congresso Nacional desde 1993 e continuam a gerar dissensões (KNEW, 2016). De um lado, há quem defenda um maior rigor na punição desses adolescentes e até mesmo a diminuição da maioridade penal e, de outro, há quem alegue que é necessário um trabalho de proteção da infância e juventude, em especial daquelas em risco social, situação de pobreza e que vivam em regiões carentes, para que, resguardados pelo amparo social e educacional, essas crianças e adolescentes não cheguem ao mundo do crime, e, se chegarem, recebam tratamento diferenciado, de modo que tenham sua infância protegida.

Partindo dessas discussões e reverberando na sensação de impunidade sentida pela população frente à criminalidade, enunciados como “bandido bom é bandido morto” e “se está com pena, leva pra casa” ganharam expressão e repercussão nos últimos anos. Esses enunciados vêm sendo reafirmados por alguns segmentos da sociedade e contestados por outros, a cada vez que crimes, em especial aqueles cometidos por sujeitos provenientes de classes com menor poder aquisitivo e/ou moradores de bairros periféricos, movimentem a mídia brasileira. Segundo Knew (2016, p.31), essa “sensação de insegurança pela sociedade, dentre outros motivos, é atribuída a uma suposta percepção do aumento da participação de adolescentes em práticas infracionais”.

Essa suposta percepção e os discursos gerados a partir dela demarcam um momento político-social, cujas divergências são levadas a extremos. Indivíduos indesejáveis de acordo com a ordem social, assim como os corpos sob processo de penalidade, são tratados com hostilidade e relegados à indiferença e ao silenciamento, sobretudo por grupos defensores do discurso “bandido bom é bandido morto”.

Somam-se a isso o estado caótico da Segurança Pública Brasileira e a barbárie de um sistema prisional que há muito tempo dá sinais de colapso. Assassinatos, fugas, sequestros, rebeliões, greves de policiais e agentes penitenciários, além de manifestações de familiares de trabalhadores da área e de presos, nas quais as principais reivindicações estão relacionadas à segurança ou a direitos básicos como saúde.

O principal meio de acesso da população a informações sobre segurança pública e sistema prisional são os noticiários, sejam estes veiculados pela televisão aberta, em *sites* de jornalismo via *internet*, divulgados pelas mídias digitais ou redes sociais *online*. É por meio deles que emergem os debates e os discursos citados anteriormente.

No centro desses debates está o infrator, seja ele adulto ou adolescente. É ele o alvo do medo e o perigo a ser afastado da sociedade. Entretanto, um indivíduo não é visto com desconfiança apenas após cometer um crime. A depender de sua origem social, aparência e cor de pele, a estigmatização acontece anterior e independente a qualquer ato, adquirindo diversos contornos, que vão da agressão física e verbal ao tratamento diferenciado por parte do judiciário e das forças policiais até a maneira como os negros são retratados nas produções culturais (ALMEIDA, 2019).

Em um estudo de iniciação científica, pude refletir sobre essas questões ao observar, em um conjunto de *memes* conhecidos como “Nego isso, Nego aquilo”¹, a forma como o racismo produz discursos que operam de modo a objetificar sujeitos negros como preguiçosos, tolos e não confiáveis. Posteriormente, no Trabalho de Conclusão de Curso da graduação, analisei o corpo infantil, negro e de aparência estigmatizada enquanto objeto de riso, em um *post* que circulou no *facebook* com o título: “Vendo um filhote de bandido”². Além da associação do negro a um animal e a um objeto a ser vendido, o que me inquietou neste trabalho foi a objetivação de uma criança como a miniatura de um bandido.

É comum a circulação de discursos que afirmam que a criança é o futuro, ou ainda que ela pode ser qualquer coisa, pois todas as possibilidades estão à sua frente. Mas, naquele *post*, por sua aparência, aquela existência em infância teve seu lugar social delimitado pelo discurso “ela será – ou já é – um bandido”. E, como bandido, alvo do desprezo, do medo e do descrédito da sociedade.

Ainda pensando em sujeitos atravessados por discursos segregacionais e os enunciados construídos sobre eles, nesta dissertação, tomo para análise um conjunto de reportagens a respeito de um fato que envolveu adolescentes em situação de conflito com a lei em Goiânia, capital do estado de Goiás. No dia 25 de maio de 2018, um incêndio no Centro de Internação

¹ Ao final, produzi um artigo a partir da pesquisa de iniciação científica, sob orientação da professora doutora Erislane Rodrigues Ribeiro, na Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG/RC). Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/sell/article/view/2306>. Acesso em: 10 set. 2020.

² Também escrevi um artigo a partir do Trabalho de Conclusão de Curso de Letras Português e Inglês, UFG Catalão, sob orientação do professor Antônio Fernandes Júnior. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/52108>. Acesso em: 10 set. 2020.

que funcionava dentro do sétimo Batalhão de Polícia Militar, localizado no Jardim Europa, em Goiânia, matou 10 adolescentes que cumpriam medida socioeducativa³.

O caso foi noticiado pela imprensa, por meio de vários boletins, que incluíram as informações dadas pelas autoridades sobre a qualidade das instalações, o socorro às vítimas – ou a falta dele, a causa do incêndio – divulgada de imediato e confirmada com a apuração, de que os próprios adolescentes teriam atado fogo em um pedaço de colchão, e posteriormente os desdobramentos jurídicos decorrentes do caso. Acompanhando o noticiário regional⁴, minha comoção durava os minutos em que as imagens da TV estavam diante de mim. Uma reportagem do jornal *online Ponte*, entretanto, emocionou-me profundamente. Nela, diferentemente das anteriores, os familiares dos adolescentes vítimas do incêndio falaram sobre seu ente falecido, inclusive os atos infracionais cometidos, e sobre a perda e o luto. Foi apenas lendo essa reportagem que passei a questionar todas as anteriores e o modo como aquele fato nos fora anunciado. Os relatos e depoimentos fizeram-me indagar por que nenhuma outra reportagem havia me mostrado aquela história e aqueles sujeitos daquela maneira. A pergunta que fiz ao terminar a leitura, e que veio a se tornar a principal pergunta de pesquisa foi: quem são esses sujeitos cuja história não merece ser contada?

A facilidade com que um discurso das grandes corporações jornalísticas é assumido e difundido, e a forma como juízos de valor são acionados como verdade estabelecida e irrefutável levaram-me a desejar a construção de um projeto de pesquisa que problematizasse como o outro é notado e falado nos e por esses discursos, e, de modo mais específico, como o adolescente em conflito com a lei, esse “sujeito infame”, é projetado pelo discurso midiático jornalístico. A relevância que a mídia exerce na construção do imaginário, influenciando as relações de nossos grupos sociais, impulsionou-me a estudar e a querer compreender como esse mecanismo de comunicação/controle enuncia a respeito de um grupo.

Partindo dessas inquietações, seleciono, para esta pesquisa, reportagens sobre o incêndio, veiculadas nos portais de notícias *online* de jornais regionais e nacionais, convencionais e independentes, veiculadas na *internet*, entre 25 de maio de 2018 e 9 de julho de 2019. Compõem o *corpus* 10 reportagens (ou melhor, 11): quatro do *GI*, uma de *O Globo*, uma do jornal *Justificando*, uma de *O Popular*, uma do jornal *Ponte*, uma do *El País* e uma do *Emais Goiás*. Em um conjunto de mais de 30 reportagens produzidas sobre o tema no ano de

³ Medidas socioeducativas são aplicadas a adolescentes de 12 a 18 anos que tenham cometido ato infracional e variam de advertência a internação máxima de três anos. Informação disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 03 dez. 2020.

⁴ O programa televisivo pelo qual tive o primeiro contato com que é transmitido em Catalão, onde moro, é o mesmo da capital Goiânia.

2018, estas foram selecionadas por sua complexidade e abrangência. Tanto por sua extensão quanto pela reiteração de informações, o que me possibilitou construir as análises. Algumas, como as do jornal *Emais Goiás* e *Justificando* foram escolhidas para que delas observasse em especial os títulos. Também julguei necessário encontrar notícias que dessem conta de todas as etapas do processo judicial que se seguiu após o incêndio. As demais reportagens encontradas me pareceram insuficientes, ou por serem relatos muito curtos ou por serem reproduções de outras, em geral, das que selecionei. Outra dificuldade para acessar algumas notícias dá-se pelo fato de alguns sites serem restritos a assinantes, o que não impossibilitou o trabalho de coleta, já que, nestes casos é possível realizar um cadastro para abrir a notícia.

Para analisar como são tratados diferentes sujeitos pelos veículos midiáticos, trago ainda uma reportagem sobre a morte de 10 adolescentes também em um incêndio, desta vez no Ninho do Urubu, Centro de Treinamento do time de futebol Flamengo, no Rio de Janeiro, ocorrido em 2019. Nessa notícia os jovens são enunciados como potenciais para o futuro, de forma que essa reportagem é fundamental para a compreensão desse tratamento jornalístico dado aos sujeitos distintamente.

O eixo central da pesquisa consiste em entender como se constrói o acontecimento discursivo nas e pelas reportagens selecionadas, com o objetivo de observar como os sujeitos são produzidos, silenciados e culpabilizados pelos discursos inscritos nas reportagens em estudo. Um dos movimentos pelos quais esta pesquisa passou foi a mudança na percepção do Centro de “Detenção” para Centro de “Internação”, pois o termo “detenção” está atravessado pela percepção de que um centro com essa finalidade funcionaria como um presídio para menores de idade. Essa discussão é abordada no capítulo 1, quando aciono uma reportagem que tem em seu título o termo “presídio”. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por meio da Lei nº 8.069 de 1990, adolescentes não podem ser acusados de cometer crimes, mas atos infracionais, de modo que não são presos, porém apreendidos e internados. Assim, o local onde adolescentes são internados não pode ser nomeado de Presídio ou Centro de Detenção, mas Centro de Internação.

Com base nas teorias da Análise do Discurso foucaultiana, faço inicialmente a descrição das reportagens, como também a observação da formulação de alguns dos enunciados, tendo em vista o modo como eles são dispostos na plataforma de leitura e podem interferir na percepção do leitor e levá-lo a assumir posicionamentos a respeito dos temas noticiados.

O objetivo de minha abordagem passa por compreender como os mecanismos discursivos foram usados para construir as reportagens que relatam o acontecimento do dia 25 de maio de 2018 no Centro de Internação de Goiânia, de modo a perceber as aproximações e os

distanciamentos entre os enunciados a respeito do incêndio e seus envolvidos, em especial os 10 adolescentes mortos. A partir desses apontamentos, surgiram as seguintes questões: Quais discursos estão materializados nas reportagens? De onde falam aqueles que são chamados a se posicionar em cada uma delas? Que saberes sobre os sujeitos mortos estão delimitados na construção dessas materialidades que são as notícias sobre o incêndio? Como são objetivados os adolescentes do Centro de Internação e os adolescentes do Centro de Treinamento do Flamengo? Há ou não diferenças?

Esta pesquisa, como indicado, não é feita partindo de uma única pergunta, mas de muitas, as quais serão retomadas e desdobradas, talvez pela inquietação que elas me causam ou porque perguntas sejam mais eficazes em aguçar um olhar crítico. E justamente dedicar um olhar atento ao *corpus*, desnaturalizando leituras, é o que pretendo fazer; não elucubrações teóricas ou descobertas dramáticas, nem ainda uma escrita academicista, enfadonha e engessada, de difícil compreensão para leitores iniciantes ou não habituados a determinados jargões de dada escrita científica, composta por aqueles que defendem o distanciamento entre pesquisador e seu objeto de pesquisa. Em tempos em que o olhar é domesticado, vale o esforço de perceber os detalhes e as minúcias dos e nos discursos, a fim de fugir de atitudes de leitura passiva e automática, seja de notícias ou de textos diversos. Não existe, todavia, pretensão de responder a todas as indagações, entretanto, baseando-se nelas, produzir inquietações e problematizar como os segmentos midiáticos constroem modos de ver e falar sobre o acontecimento em tela.

Acredito que para perceber os detalhes de um objeto de pesquisa, além de um olhar direcionado e atento, é necessário compará-lo com outros. Por isso, esta dissertação passa por: comparar os enunciados das notícias divulgadas na data do acontecimento com aquelas divulgadas posteriormente; apontar como as informações díspares são abordadas, as vozes de outros sujeitos e de instituições são acionadas, e como elas se confrontam, se refutam ou se reafirmam; observar o que é dito e o que é silenciado nas abordagens, e como isso é construído a partir de posições de sujeitos, da historicidade linguística e das relações de poder-saber entre os sujeitos e instituições envolvidos. No exercício de comparação entre as reportagens, as diferenças e peculiaridades de cada uma se apresentam.

Interessa-me, como professora e pesquisadora da linguagem, problematizar o lugar “dado” à linguagem e ao discurso em diferentes espaços sociais. Vislumbro, como hipótese de pesquisa, que o funcionamento discursivo no jornalismo da grande mídia, em geral, normatiza, silencia e apaga as identidades e as histórias dos sujeitos envolvidos no acontecimento histórico e discursivo em estudo; toma, sem questionar, determinados sujeitos como inocentes e outros

como culpados, em lugares sociais demarcados; autoriza o discurso de uns em detrimento de outros e seleciona quem pode ou não falar sobre o caso. Todas essas questões são interdependentes e compõem o direcionamento desta pesquisa.

Para entender posicionamentos discursivos controversos como os que estão delimitados no *corpus*, a Análise do Discurso foucaultiana se torna uma ferramenta pertinente, por tratar os enunciados para além de sua forma linguística, considerando-os um acontecimento e observando-os em sua historicidade. Os questionamentos e as afirmações de Michel Foucault (1988, 1995, 1996, 1999, 2003, 2008a, 2008b, 2010) funcionarão como a caixa de ferramentas nesse processo. Porém, sabendo que eles não dão todas as respostas ou, possivelmente, não atendam a todas às necessidades da observação, os modos de pensar com Foucault são complementados com saberes outros, olhares outros sobre a sociedade, as relações e os discursos relativos ao objeto de pesquisa (as reportagens sobre o incêndio em Goiânia e no Rio de Janeiro), dentro os quais destaco Borges (2019), Mbembe (2018), Orlandi (2015) e Gregolin (2007), para refletir, respectivamente, sobre o encarceramento, a necropolítica, o silêncio e a mídia.

O primeiro capítulo desta dissertação é dedicado a descrever a materialidade das notícias coletadas e a observar as aproximações e distanciamentos entre elas. Para isso, faço um recorte dos discursos materializados nos jornais, desanexando os enunciados e reagrupando-os de acordo com as sequências discursivas que giram em torno de séries enunciativas para pensar as regularidades e dispersões do discurso midiático. Apresento quatro quadros comparativos, por grupos de reportagens, utilizando os títulos e subtítulos (linhas finas) para essa comparação. Observo os elementos lexicais enquanto enunciados que constroem o acontecimento discursivo, quais são os sujeitos autorizados a falar sobre o fato e como esse lugar de fala autorizado está inscrito em relações de saber-poder. Destaco que o *site G1*, plataforma que mais noticiou o incêndio, foi também o que menos problematizou sobre os adolescentes, vítimas dele. Como é possível narrar uma história, apagando seus personagens?

No capítulo 2, seleciono quatro reportagens do *G1* e uma de *O Popular*, para, usando a perspectiva foucaultiana sobre o poder, perceber o funcionamento do discurso desse setor da mídia jornalística sobre o incêndio e interpretar o que é dito e o que é silenciado nessas abordagens. A percepção de apagamento dos sujeitos vítimas do incêndio se evidencia quando é feito o batimento entre as reportagens do *G1* e outras, como da *Ponte* ou *El País*, os quais entrevistaram as mães e familiares dos adolescentes mortos. Destino o capítulo 3 às matérias desses dois canais jornalísticos, pensando-as a partir das reflexões de Orlandi (2015) sobre o silêncio, de Gregolin (2007) sobre a mídia e de Foucault (2003) sobre os sujeitos infames.

No capítulo 4, próximo de concluir nossas considerações sobre o modo como a narrativa jornalística se organiza e narra discursos jornalísticos, tendo em vista diferentes sujeitos ouvidos ou silenciados nas notícias, utilizo uma reportagem sobre a morte dos 10 adolescentes no Ninho do Urubu em 2019. Como sinalizado anteriormente, faço uma comparação com a notícia do *site GI* a respeito dos 10 adolescentes mortos no Centro de Internação de Goiânia, um ano antes, a fim de observar como discursos sobre a morte, em circunstâncias similares (incêndios), de sujeitos distintos e que ocupam posições específicas na sociedade e no imaginário brasileiro emergem na mídia. Nesse capítulo, penso com Foucault (1988, 1999, 2003), Mbembe (2018), Coracini (2003) e outros autores sobre as noções conceituais de biopolítica, racismo de Estado, necropolítica, e sobre o sujeito infrator na sociedade brasileira.

CAPÍTULO 1

Das reportagens ao acontecimento

Neste capítulo, observo o conjunto de reportagens de maneira ampla e faço incursões em busca de regularidades discursivas que se destacam, ora nos títulos, ora em questões do corpo das matérias. Inicialmente, a imagem que me vem à mente é de espalhá-las sobre uma superfície, como se formassem um grande mapa – já que penso pela perspectiva da cartografia – e assim visualizar os picos, os contornos, detalhes que se sobressaem e se relacionam, para, depois, dedicar olhares mais minuciosos ao material. Esses mergulhos posteriores estão focados nestes pontos que poderiam não ser percebidos se vistos isoladamente, mas que são determinantes para a construção dos noticiários. Para refletir sobre tais regularidades discursivas, monto quatro agrupamentos temáticos, conforme a cronologia com que foram disponibilizadas as reportagens nos *sites* – ao observar dessa perspectiva, não deixo de considerar que as regularidades discursivas não se limitam apenas ao recorte cronológico, mas na forma como os objetos de discurso se constroem. Esse recorte permite compreender como elas foram construídas historicamente.

Os grupos 1 e 2 referem-se a notícias postadas na data ou poucos dias após o acontecimento factual; as reportagens do grupo 3 são aquelas que foram publicadas três e quatro meses depois, com a instalação do inquérito; e do grupo 4 são as de janeiro e fevereiro de 2019, com o encerramento do inquérito, contando ainda com a última reportagem postada e coletada em julho de 2019. Observo as inserções de novas informações que, à medida que notícias e fatos emergiram, constituíram o arcabouço documentário, especialmente do *site G1*, que produziu seguidas reportagens sobre o fato.

Por meio desses grupos e de sequências discursivas, analiso como os enunciados/discursos remetem a outros enunciados/discursos, reformulando-os e reinscrevendo-os, produzindo o acontecimento discursivo em pauta e arrolando as possibilidades de produção de sentidos percebidos sobre o ocorrido. Examinoo acionamento da voz de autoridades institucionais ao apresentar pontos específicos da reportagem, a utilização de termos que marcam o posicionamento, ou que, ao contrário, mascararam o posicionamento da mídia jornalística que emite a notícia, partindo dos títulos para os conteúdos das matérias.

Minha atenção nesta pesquisa está na manutenção de discursos sobre grupos de sujeitos desprezados na sociedade. Faço isso ao refletir sobre os apagamentos e injunções feitas, bem como os acionamentos e as vozes postas em diálogo ou em oposição no interior desses

discursos, o que permite, da perspectiva de analista de discurso à qual me vinculo, diferentes possibilidades de produção de discursos a partir de um mesmo acontecimento. Para tanto, trato de retirar, dos textos jornalísticos citados, fragmentos discursivos e ordená-los conforme campos associados.

1.1 Acontecimentalização e acontecimento

Esta dissertação vislumbra também relacionar os discursos materializados nas reportagens selecionadas a outros discursos presentes na história brasileira, em outros locais, com outras estruturas, e os domínios de memória com os quais se relacionam. Vale a pena destacar que, ao refletir sobre discursos acerca de um fato que envolve adolescentes apreendidos, o encarceramento e sujeitos encarcerados são temas que permeiam toda a discussão de como um acontecimento discursivo emergiu sobre esse caso.

Analisar as práticas de encarceramento como acontecimento e os discursos dele provenientes é definir os processos de penalização como formas de castigo e técnicas de correção, que devem ser decompostos e problematizados. Importa marcar distinção entre o fato factual, ou seja, um dado evento e o acontecimento discursivo – discurso que emerge a partir dele – que (re)produz verdades a respeito daquele fato, as quais são geradoras de efeitos de evidência.

Ao tratar sobre o que chamou de acontecimentalização, Foucault afirma que esse termo se refere a uma ruptura no que se imaginava “uma constante histórica ou uma evidência que se impõe” (2003, p.339). Ou seja, os acontecimentos não estão condicionados a um estado de perenidade histórica, a algum traço antropológico definidor de comportamento ou qualquer outra premissa que se fizesse impor para todos os sujeitos e todas as situações de maneira automática. Pelo contrário, ele surge como uma ruptura naquilo que produz o efeito dessas evidências,

Não era tão evidente que a única coisa a fazer com um delinquente fosse interná-lo [...] ruptura das evidências, essas evidências sobre as quais se apoiam nosso saber, nossas práticas. Tal é a primeira função teórico-política do que chamaria de ‘acontecimentalização’. (FOUCAULT, 2003, p.339 – aspeamento do autor).

O autor ilustra sua explicação sobre a importância de acontecimentalizar os objetos de pesquisa e, nesse processo, pensar as discontinuidades desse objeto, falando sobre os processos de penalização e de como ele foi surpreendido com a mudança brusca nos textos sobre prisão

do século XVII para o século XIX. Isso demonstra, segundo ele, a importância de encontrar, não “uma continuidade escondida” (FOUCAULT, 2003, p.338), mas de saber qual é a transformação pela qual as práticas discursivas passam. Os estudos foucaultianos se pautam nas descontinuidades, nas conexões entre discursos e processos históricos, e na análise dos regimes de práticas, as quais implicam em investigar como as programações das condutas ao mesmo tempo em que prescrevem o que se deve fazer também prescrevem o que se deve saber em determinado período (FOUCAULT, 2003).

Sobre o acontecimento discursivo, Foucault entende que este não deve ser tratado de modo isolado, ao contrário, interessa ao autor perceber como estas instâncias “se articulam com acontecimentos que não são de natureza discursiva, mas que podem ser de ordem técnica, prática, econômica, social, política etc.” (FOUCAULT, 2008a, p.94), isto é, o acontecimento se articula com os processos não discursivos. O pesquisador, conforme Foucault, ao fazer a “descrição pura dos fatos”, terá como papel descrever essa relação e “fazer aparecer em sua pureza o espaço onde se dispersam os acontecimentos” (FOUCAULT, 2008a, p.94). Segundo o filósofo, fazer isso não é reter o discurso em si mesmo, tampouco é pensar que o discurso é algo “transcendental”. É, porém, tornar-se “livre para descrever, entre ele e outros sistemas que lhe são exteriores, um jogo de relações” (FOUCAULT, 2008a, p.94). Por isso, nesta dissertação, a busca por relacionar outros sistemas de enunciação, outros saberes, outras formas de marcar as relações de poder, a fim de pensar as notícias, no caso em específico, sobre o incêndio no Centro de Internação em Goiânia.

É na relação entre discursivo e não discursivo que se assenta o acontecimento discursivo. Vale, para Foucault (2008b), percebê-lo em sua relação institucional, na medida em que ele afeta e é afetado por valores, aplicados nas práticas e condutas. Ao trabalhar com a descrição discursiva, é possível alcançar outras “unidades” do discurso, ou outros “conjuntos discursivos, que não seriam novos, mas que, no entanto, teriam permanecido invisíveis” (FOUCAULT, 2008b, p.32). Apesar dessa invisibilidade de relações, o acontecimento discursivo, como o que se encontra em análise, não se conecta a um discurso secreto; o analista não procura desvendar ou interpretar certos discursos até que surjam discursos relacionais ocultos, mas o que procura fazer é observar “sua coexistência, sua sucessão, seu funcionamento mútuo, sua determinação recíproca, sua transformação independente ou correlativa” (FOUCAULT, 2008b, p.33).

Toda essa relação forma um “jogo de palavras”, que, segundo o estudioso, levará a esboçar a existência dos acontecimentos discursivos em uma racionalidade histórica, fazendo aparecer o conjunto de condições que rege esse aparecimento, além de sua conservação, seus laços, seus agrupamentos, seus papéis, os valores que os afetam, como são investidos de modo

prático, quais os princípios que regem sua circulação, o recalçamento, o esquecimento, a destruição e a reativação.

1.2 Os títulos das reportagens e os enunciados

O incêndio no Centro de Internação ocupou os noticiários goianos por alguns dias e as reportagens sempre retomavam os relatos anteriores, conectando-os aos novos detalhes e fatos informados. As reportagens da data do acontecimento deixaram lacunas quanto ao que se passou, à gravidade do incêndio, ao nome das vítimas e ao estado dos corpos, o que inquietou principalmente familiares de jovens detentos. As reportagens publicadas nas semanas seguintes retomam alguns destes aspectos, a fim de esclarecimento do acidente; outros pontos importantes jamais são citados por determinados jornais. A ausência de certas informações, como o nome das vítimas, é silenciada ou justificada com a prerrogativa de que isto protegeria os sujeitos envolvidos, as vítimas e suas famílias. A não divulgação de nomes de crianças e adolescentes em situações que podem ser vexatórias está resguardada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e por normas do jornalismo. Minha análise, entretanto, é pautada na possibilidade de notar como a divulgação ou não de nomes e detalhes da vida desses sujeitos interfere ou não na produção de discursos. Este jogo discursivo midiático – que entendo como as seleções de palavras, termos, sujeitos citados, posicionamentos assumidos, silêncios – está exposto, em especial, nos discursos materializados nas reportagens selecionadas do *GI*, e será discutido neste capítulo e nos seguintes.

Cada mídia elege, dentre todas as possibilidades enunciativas, o que será o seu objeto principal de investigação e exposição, o foco da sua atenção. Algo para o qual se espera um destaque recebe contornos argumentativos e algo indesejável fica sujeito às sombras do enunciado, quase apagado. Assim, um fato será discursivizado de diferentes formas, por diferentes fontes jornalísticas, de acordo com o posicionamento de cada uma e segundo o público ao qual busca atingir.

Ao fazer uma descrição da materialidade discursiva da mídia jornalística, que emite um discurso e, para isso, seleciona determinados enunciados e não outros, importa notar que a maneira pela qual os enunciados impactarão o público irá depender da forma como eles são formulados e selecionados, desde a construção dos títulos até o modo como os dizeres de sujeitos e instituições são incorporados à notícia ou narrativa do acontecimento.

Apesar de fixar atenção aos enunciados do campo jornalístico, contudo, compete, mesmo que brevemente, fazer algumas pontuações no tocante ao funcionamento da mídia. A respeito deste campo, Fernandes Júnior e Drummont (2018, p.28) alegam que

o campo Midiático passa então a ser compreendido por nós como esse conjunto heterogêneo de práticas e procedimentos específicos, regras de funcionamento, estratégias mercadológicas e informativas, técnicas e tecnologias que se implicam e fazem surgir as condições de produção, circulação e apropriação daquilo que passamos a denominar, numa perspectiva discursiva, de enunciados midiáticos.

Segundo os autores, esses enunciados são produzidos conforme algumas regras e distribuídos em espaços de visibilidade por “canais de informação e comunicação e apropriados socialmente” (FERNANDES JÚNIOR; DRUMMONT, 2018, p.29). Eles acrescentam que estes enunciados são responsáveis por conferir sentidos aos acontecimentos. Desse modo, o que é veiculado na mídia opera socialmente, delimitando naquilo que é narrado certos contornos que incidirão na percepção dos leitores.

Para analisar mais detalhadamente tais possibilidades, trago algumas questões de cada grupo de reportagens. Inicialmente, considero os títulos e linhas finas (subtítulo ou pequeno texto que adianta pontos em destaque da notícia, também chamado de retranca), e, após isso, trato de algumas questões inerentes ao corpo de determinadas matérias. O grupo 1 é composto por matérias do *GI* e publicadas, respectivamente, no dia 25, pouco tempo após o incêndio, e no dia 27 de maio de 2018:

Quadro 1 – Grupo 1.

TÍTULO	SUBTÍTULO (LINHA FINA)	FONTE E DATA
Incêndio atinge centro de internação para menores em Goiânia e deixa pelo menos 9 mortos, dizem bombeiros	Corporação explicou que menores colocaram fogo em colchão enrolado na entrada de um dos alojamentos. Unidade fica dentro do 7º Batalhão da Polícia Militar.	<i>GI</i> 25-05-2018
Único sobrevivente a incêndio que matou 9 em centro para menores de Goiânia está sedado e respira por aparelhos, diz hospital	IML informou que já liberou todos os corpos. Adolescentes atearam fogo a colchão, dizem bombeiros ; Polícia Civil investiga.	<i>GI</i> 27-05-2018

Os termos destacados na coluna concernente ao título estão em relação semântica com outros relativos a desastres naturais. Essa relação fica clara se os enunciados “Incêndio atinge”

e “incêndio que matou 9” forem colocados ao lado de outros como: “Tsunami atinge cidade costeira”, “chuva deixa desabrigados”.

Quando a mídia jornalística insere enunciados como “incêndio mata”, os sentidos construídos a partir deles se aproximam daqueles relativos a desastres naturais. Em outras palavras, é um fato que se dá à revelia dos sujeitos e sobre o qual ninguém tem responsabilidade ou culpa, não há que se buscar ou ainda punir responsáveis, seja entre o comando do Centro de Internação, o governo estadual, ou os trabalhadores do local. Na linha fina, apresentada na segunda parte do quadro, ocorre um deslocamento da responsabilização sobre o incêndio, de maneira que, de vítimas, os adolescentes – denominados como “menores” – passam a ser apresentados como culpados.

A seguir, exploro os títulos das reportagens do *Diário da Manhã* (jornal regional goiano online) e do *site Justificando*, referentes ao grupo 2:

Quadro 2 – Grupo 2.

TÍTULO	FONTE E DATA
“O que aconteceu foi uma omissão do Estado em relação à condição dos menores”	<i>Diário da Manhã</i> 25-05-2018
Tragédia anunciada: presídio em que nove adolescentes morreram queimados estava condenado por Governo e pelo TJGO ⁵	<i>Justificando</i> 28-05-2018

Nesses títulos, o discurso inscrito no enunciado difere daqueles do quadro anterior. Nelas, o Estado é claramente responsabilizado pelo incêndio. Importa ressaltar que a página inicial da plataforma do *site Justificando* já o apresenta como um conteúdo questionador, pautando muitas vezes as notícias pelo ponto de vista do direito, voltado ao público jurídico ou explicando questões dessa área com linguagem clara, de forma que questões que girem em torno de crimes, prisões, policiais e outros temas desse nicho fazem parte do arcabouço abordado, porém, diferentemente de outras mídias jornalísticas, tais informações são apresentadas por um discurso de denúncia. Tais matérias abordam casos de maus tratos e situações em que grupos minorizados sofrem algum tipo de discriminação ou violência, de modo que é possível afirmar que esse tom questionador é característico deste *site*.

O jornal *Diário da Manhã*, por outro lado, é um jornal tradicional do estado de Goiás, especialmente na cidade de Goiânia; publica reportagens variadas sobre esportes, políticas e

⁵ Tribunal de Justiça de Goiás.

temas gerais, nas quais se nota uma preponderância de manchetes sensacionalistas. Ainda assim, os discursos materializados em ambos os jornais se alinham.

Dois termos ou expressões dos enunciados do grupo 2 também merecem destaque. Além das declarações “Tragédia anunciada” e “omissão do Estado”, inscritas nos enunciados, que responsabilizam o governo pelo cuidado aos adolescentes, a palavra “presídio”, enunciada por *Justificando*, denuncia que a situação dos jovens naquele lugar era de prisão, em contraponto com o nome institucional, repetido por quase todas as reportagens: “centro de internação” ou “Centro de Internação” (conforme Quadros 1, 3 e 4). O enunciado “internação” está em um campo semântico relacionado a doenças, hospitais, cuidados médicos. Quem está em centro de internação é para ser cuidado por estar doente, debilitado, muito diferente de quem estaria em um presídio. Essa expressão – centro de internação – ameniza discursivamente o peso da instituição.

Cada elemento usado no discurso jornalístico, na condição de enunciado, não é de modo algum neutro ou transparente, mas está ali como uma marca da posição de onde o sujeito enuncia e esses vestígios podem ou não ser cooptados pelo leitor.

Cerca de dois meses depois do incêndio, quando os jornais já não davam mais destaque ao assunto, foi publicada uma reportagem na plataforma *online* do jornal *Ponte* (ver Quadro 3).

Quadro 3 – Grupo 3.

TÍTULO	SUBTÍTULO (LINHA FINA)	FONTE E DATA
A história dos 10 adolescentes queimados vivos em Goiás	Dois meses depois de incêndio, conheça a história dos jovens mortos no Centro de Internação Provisória, instalado no 7º Batalhão da Polícia Militar de Goiás.	<i>Ponte e Dia Online</i> 29-07-2018
Servidores foram negligentes em incêndio que matou menores em centro de internação , afirma Polícia Civil	Imagens do circuito interno do local mostram que fogo começou a ser combatido apenas quatro minutos após ter iniciado.	<i>Mais Goiás</i> 27-08-2018
Polícia indícia 13 servidores pela morte de 10 adolescentes durante incêndio em Centro de Internação de Goiânia	Delegado concluiu, com base em imagens de Câmeras de Segurança, que houve negligência dos funcionários que, segundo ele, demoraram começar a combater o fogo; veja cronologia dos fatos.	<i>GI</i> 27-08-2018

Novas imagens mostram suposta demora de agentes durante incêndio em Centro de Internação Provisória que matou 10 adolescentes , em Goiânia	Polícia indiciou 13 servidores públicos por homicídio culposo. Sindicância da Secretaria Cidadã apontou mesmo resultado e levou ao afastamento de equipe.	<i>GI</i> 29-08-2018
--	--	-------------------------

A referida reportagem se alinha ao que foi discursivizado pelo jornal *Justificando* (ver Quadro 2). Porém, o teor da matéria é mais contundente em relação à exposição da situação em que viviam os adolescentes e seus familiares. O enunciado “queimados vivos”, usado na manchete, denota uma morte violenta e dolosa, institui o contraditório e reconfigura o acontecimento, ao chamar a atenção do leitor para a morte dos adolescentes e não apenas para o incêndio, fazendo emergir ponderações e reflexões novas. Um olhar diferenciado sobre os sujeitos mortos no incêndio e seus familiares se opõe ao modelo tradicional de jornalismo, já padronizado, higienizado e distante. Anunciar um incêndio movimentava afetos, sentidos e interpretações diferentes daqueles movimentados ao anunciar mortes, especialmente morte de adolescentes.

Em uma longa reportagem, a *Ponte* e o *Dia Online*, os dois *sites* que publicaram a matéria, retomam o acontecimento por um modo de narração que não faz tão somente o relato dos fatos – como o faz as matérias do *GI*, que chegam a incluir a cronologia dos fatos – nem mascaram seu viés político-social, mas evidenciam a formulação discursiva à qual alinham os posicionamentos discursivos. Nomes das vítimas do incêndio são dados, relatos de suas vidas são contados e até mesmo fotos são mostradas. O sujeito que o jornalismo da mídia tradicional ocultou, alegando estar protegendo, é revelado. Eis o contraditório discursivo: o choque entre narrativas que promove a fúria no discurso e no sentido. O novo, assim, “não está no que é dito, mas no acontecimento à sua volta” (FOUCAULT, 1996, p.26).

Questões surgem imediatamente após a leitura dessas reportagens: Por que esses sujeitos foram apagados nas narrativas das outras mídias? Que corpos são esses (dos adolescentes mortos) que foram tratados de forma a não serem vistos nas outras reportagens e que histórias são essas relegadas ao esquecimento? Como esse discurso é naturalizado? Essas questões serão retomadas nos capítulos 2, 3 e 4.

As reportagens seguintes (ver ainda Quadro 3) datam do período em que o inquérito chega a uma conclusão. Noto que o título do *Mais Goiás*, o qual acionou como fonte a Polícia Civil, ainda mantém o incêndio como agente causador de morte, contudo aponta a negligência dos servidores da instituição sobre o fato. Por outro lado, a reportagem no *GI* dos dias 27 e 29

de agosto de 2018 apresentam os sujeitos trabalhadores do local do acontecimento: ora como “agentes”, termo com carga semântica de movimento e poder; ora como “servidores”, o que lhes confere um papel mais suave e gentil; e os posiciona como “indiciados pela polícia”, ou seja, são responsabilizados legalmente pelas mortes e indiciados por homicídios.

Entretanto, enunciados de título e subtítulo oscilam, pois quando insere o termo “suposta”, posicionado após a palavra “imagens”, ao se referir a uma investigação criminal na qual agentes do governo são alvo, além de se reportar ao fato de o processo não estar encerrado, essa mídia jornalística mantém-se distante de conflitos com as autoridades. Destaco ainda que, nas reportagens do *GI* dos dias 27 e 29 de agosto, é usada a palavra “adolescentes”, porém, na URL⁶ de acesso ao *site* a essa última está inserida a expressão “menores infratores”⁷, mais agressiva e que não tem respaldo no Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual marcou a retirada do termo “menor infrator” das leis brasileiras.

Alguns meses depois, o caso toma novamente o noticiário, dessa vez para anunciar o arquivamento do processo:

Quadro 4 – Grupo 4.

TÍTULO	SUBTÍTULO (LINHA FINA)	FONTE E DATA
Justiça inocenta 13 servidores em caso de incêndio em centro de internação de adolescentes	(Acesso restrito aos assinantes)	<i>O Popular</i> 31-01-2019
Juíza arquiva inquérito contra 13 servidores por mortes de 10 adolescentes em incêndio em centro de internação em Goiânia	Polícia tinha avaliado que eles foram negligentes ao demorar a combater o fogo e a tentar salvar os menores. Câmeras de segurança registraram as chamadas.	<i>GI</i> 03-02-2019
Justiça arquiva processo contra 13 servidores no caso do incêndio no Centro de Internação em Goiânia	Juíza classificou o local como “absolutamente degradado” tanto para os adolescentes quanto para os trabalhadores.	<i>Mais Goiás</i> 04-02-2019

⁶ *Uniform Resource Locator*, ou Localizador Uniforme de Recursos.

⁷ É possível observar em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2018/08/29/novas-imagens-mostram-suposta-demora-de-servidores-no-socorro-a-menores-infratores-em-incendio-em-centro-de-internacao-em-goiania.gh.html>. Acesso em: 19 set. 2019.

Destaco dois pontos: a diferença entre os títulos de *O Popular* e *GI* (ver Quadro 4). Em *GI*, a “Juíza arquiva inquérito”, em *Mais Goiás* e *O Popular* é a “Justiça”, na condição de instância maior que “arquiva o processo” ou “inocenta”, isto é, tira a culpa, descrimina, perdoa os 13 servidores antes incriminados pelo delegado. O enunciado “Justiça” pode ser concebido semanticamente tanto como o sistema judiciário em todas as suas instâncias e nesse caso representado por uma juíza, quanto uma força etérea de retidão superior ao próprio sujeito humano, um lugar de autoridade cujo nome não aparece. Assim, passa-se do semântico ao discursivo de modo que o termo “justiça” pode ser tomado como instância superior, não uma pessoa que ocupa uma função tipo juiz/a. Essa leitura se torna generalista, como se a justiça não fosse produzida por sujeitos que ocupam posições distintas, com posicionamentos diferenciados.

Cada palavra, cada expressão e cada enunciado carrega(m) o peso do qual trata Foucault (1996), quando destaca os poderes e os perigos dos discursos. Não há nada sob o enunciado. Não há nada subentendido. Tudo está dito. Essa é a principal característica do discurso e do seu estudo. Está tudo dado na “pesada e temível materialidade do discurso” (FOUCAULT, 1996 p.9).

1.3 Discurso, enunciado e as vozes acionadas nas reportagens

Em *A ordem do discurso*, Foucault dá conta das redes e tramas do discurso, dos procedimentos que controlam, selecionam, organizam e redistribuem sua produção, e informa que o discurso não é tão somente um campo de batalha, mas o próprio objeto de disputa, “aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (1996, p.10). Como prêmio ao vencedor de uma batalha, o discurso, não é acessível a todos os sujeitos, não é livre, ilimitado, ressalta o autor, porém depende de determinados aparatos do saber legitimadores de poder que permitirão a apenas alguns acessá-lo.

Ele discorre a respeito dos procedimentos de controle, exclusão e delimitação, os quais podem ser: externos – “a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade” – e internos – que incluem o comentário, o autor e a disciplina, e “funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição” (FOUCAULT, 1996, p.20). E o que revela a ligação do discurso com o desejo e com o poder são justamente essas interdições que a tingem (FOUCAULT, 1996).

Ao se referir aos procedimentos de exclusão, Foucault alega que o mais perceptível é a interdição, que engloba todas as condições que impedem que o sujeito acesse o discurso.

Segundo o filósofo, não é qualquer sujeito que pode falar sobre qualquer coisa. São três as delimitações as quais o autor argumenta serem responsáveis por essa barreira: o tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado do sujeito que fala. Estas interdições revelam a ligação do discurso com o desejo e o poder, visto que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta” (FOUCAULT, 1996, p.10).

O autor também faz referência à separação ou rejeição que alguns sujeitos podem sofrer, usando como exemplo o discurso do louco, que, em diversos períodos na Europa, ou não era ouvido, ou, caso fosse, era tomado como uma palavra tão sublime que acabava, pelo fato de ser vista como algo transcendental, não sendo efetivamente levada em consideração. “De qualquer modo, excluída ou secretamente investida pela razão, no sentido restrito, ela [a palavra] não existia” (FOUCAULT, 1996, p.11). O louco falava, não de modo efetivo, real, para ser ouvido e considerado como relevante, mas, conforme Foucault (1996, p.12), “a palavra só lhe era dada simbolicamente” e tudo que era dito por ele não era visto como nada além de ruído.

Foucault (1996, p.8) trata ainda das “inquietações diante do que é o discurso” e das preocupações daquele que intenta nele se aventurar; dos “poderes e perigos” desse local de conflito que ele classifica como restrito e arriscado. Porém, o autor mostra que as instituições ao menos tentam transmitir ao sujeito que emite um discurso em seu nome ou sob sua tutela que elas possuem certo controle sobre o discurso. Aos temores do sujeito frente à necessidade de enunciar

A instituição responde: ‘você não tem porque temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida da sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós que ele lhe advém’. (FOUCAULT, 1996, p.7 – aspeamento do autor).

Segundo o filósofo, o poder de quem emite um discurso não está em sua capacidade, mas na instituição que o ampara. Compreendo, desse modo, o discurso como restrito a alguns sujeitos, não livre, limitado, como um “ritual de enunciação da verdade” (FOUCAULT, 1996, p.15), em que determinados aparatos do saber legitimam o poder. Essa legitimação, como observado nos discursos materializados nas matérias jornalísticas pesquisadas, é visível quando são acionadas as vozes de autoridades institucionais. Autoridades essas que detêm a legitimidade de emitir um pronunciamento a quem o leitor deve dar crédito, pois são vozes autorizadas.

As inserções dessas vozes na reportagem do *GI*, de 25 de maio de 2018, foram feitas do seguinte modo (os grifos são meus):

- “[...] **segundo o corpo de bombeiros** adolescentes atearam fogo em um colchão”
- “[...] **em nota o governo de Goiás** lamenta as mortes e diz apurar o ocorrido”
- “**Segundo a unidade**, ele tem estado de saúde considerado gravíssimo”
- “[...] **a assessoria de imprensa da polícia militar informou** que não vai se pronunciar”
- “[...] **o órgão declarou** que não houve rebelião”
- “[...] **o instituto médico legal informou** à tv. Anhanguera”
- “[...] **o corpo de bombeiro informou**”
- “[...] **conforme o documento obtido** pela tv. Anhanguera”

Quem são os sujeitos ou as instituições autorizadas a enunciar sobre o acontecimento relatado na reportagem? As autoridades policiais, militares e os bombeiros, ou seja, autoridades ligadas ao sistema governamental, ao poder estatal. Para além destas, apenas a instituição médica que atendeu o adolescente ferido, para enunciar a respeito do quadro clínico do mesmo.

Ao refletir sobre os sujeitos em conflito com a lei e quem enuncia a respeito deles, Alessio e Santos (2018, p.155) consideram que “o adolescente em conflito com a lei destaca-se como objeto de disputa discursiva, ora pelos órgãos governamentais que são competentes à sua situação como autor de ato infracional, ora pelos inúmeros discursos provenientes dos mais variados interesses sobre este”. Essa profusão de discursos, provenientes de diversos setores – midiáticos, médicos, jurídicos, escolares – incidirá diretamente na produção da identidade desses sujeitos.

Coracini (2003, p.202) afirma que a identidade dos sujeitos “é produzida ou construída socialmente por aquele(s) a quem se atribui maior poder, e, portanto, a quem se concede autoridade para, legitimamente, dizer verdades ou a verdade sobre fatos, o povo, o indivíduo”. Essas vozes de autoridades autorizadas a enunciar detêm o poder de subjetivar, delimitar discursiva e simbolicamente aquele sobre quem enunciam, tornando-o “sujeito da linguagem, isto é, sujeito do discurso” (CORACINI, 2003, p.202).

Esses discursos transformados em narrativas pela repetição acabam, conforme Coracini (2003, p.203), por se constituir “memória discursiva de um povo”. Contribui para a análise perceber essas nuances do discurso e da memória como constituintes dos sujeitos adolescentes em conflito com a lei, bem como os atravessamentos possíveis e as múltiplas identificações que os delimitam. É recorrente na memória discursiva sobre detentos, adolescentes em conflito com a lei e afins, discursos que os culpabilizam, anunciando-os de forma imediata como portadores

de uma identidade criminosa, irrefreável e inconciliável com a vida em sociedade, independente do crime ou delito cometido, já que a identidade criminosa se baseia em traços fenotípicos e sociais. Borges (2019) aponta que as ideias que balizam o pensamento criminológico mesmo após o século XIX, com o pensamento positivista e com a complexificação dos sistemas de justiça, ainda estão pautadas em pensamentos dicotômicos como bem/mal, criminoso e crime *versus* sociedade.

A autora dialoga com Foucault (1988) quando afirma que o criminoso é tomado como inimigo de toda a sociedade e que ele passa pelo crivo não apenas do sistema jurídico, mas também do político e moral. A mídia tem importância nessa mecânica de representação em seus variados produtos, sejam eles filmes e novelas, os quais têm uma representação prévia de quem é o criminoso nato – em geral homens negros, conforme Almeida (2019) – resultado do racismo estrutural. Figueiró, Minchoni e Silva Figueiró (2013), por sua vez, discutem o papel do jornalismo na representação do adolescente “infrator”, ao analisar em especial programas televisivos que reforçam a criminalização prévia e permanente desses sujeitos por meio de enunciados como “bandido bom é bandido morto”.

É necessário, ainda, refletir sobre o local de onde falam os sujeitos habilitados a entrar na “ordem do discurso”, aqueles que são autorizados a enunciar sobre o incêndio, e qual a instituição que eles representam, pois essa posição de sujeito incide na legitimidade do discurso. É o princípio da rarefação, segundo o qual “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 1996, p.37).

O fato de apenas os pronunciamentos de determinadas autoridades serem veiculados pode fazer o leitor erroneamente crer que não há parcialidade na transmissão jornalística, crer estarem apagadas as marcas de posicionamento ideológico e posições de subjetividade. Assim, a interpretação que os leitores podem ou não fazer ao ter acesso a tais reportagens é associada à verdade que essas autoridades clamam proferir, vinculando-se à visão de que a linguagem é transparente, idêntica a si própria e inequívoca. Por outro lado, analiso o material selecionado vinculado à premissa de que parte do discurso midiático acompanha o discurso institucional, exercendo papel que visa ao controle e à delimitação de poder, já que apenas alguns são admitidos para que entrem no jogo discursivo.

É fundamental, para a Análise do Discurso, ter em conta que o enunciado é “suscetível de ser isolado em si mesmo, e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele” (FOUCAULT, 2008b, p.100), elemento tão vital para a perspectiva foucaultiana, que o autor alega que, sem ele, a própria língua não existiria. De acordo com o

estudioso, “não é preciso procurar no enunciado uma unidade longa ou breve, forte ou debilmente estruturada, mas [deve ser] tomada como as outras em um nexó lógico, gramatical ou locutório” (FOUCAULT, 2008b, p.108). O enunciado é, para Foucault (2008b, p.100), uma função que ele se preocupará em descrever, observando que atravessa “um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que as faz aparecer com conteúdos concretos, no tempo e no espaço”.

Ao tratar do enunciado, convém reforçar a discussão do início deste capítulo, que se baseia na alegação de Foucault (2008b, p.31) de que o enunciado é “um acontecimento que nem a língua, nem o sentido podem esgotar inteiramente”, ele é a unidade mínima do discurso. Este, por sua vez, tem sua produção “ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996, p.9).

Albuquerque Júnior (2014) argumenta que, para Foucault, o discurso é um ato, um gesto, uma prática, e, por isso, tem condições de interferir no real, de produzir e delimitar objetos, criar relações e constituir sujeitos. O ato de dizer é social e nele estabelecem-se uma multiplicidade de relações: “nenhuma fala escapa de uma trama, de uma rede de relações sociais, de poder, desde relações econômicas até relações de significação no interior de uma dada linguagem” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2014, p.8).

Os discursos, por conseguinte, não estão isolados do mundo, mas têm uma realidade material (FOUCAULT, 1996) e estão articulados naquilo que é descrito como um conjunto heterogêneo, formado não apenas pelos discursos em si, mas por “instituições, organizações arquitetônicas, leis, proposições filosóficas e por práticas das mais diversas ordens” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2014, p.8).

Em seus percursos reflexivos, Foucault tratou também das questões relativas ao poder e ao saber. Em curso ministrado entre 1979 e 1980, fala a respeito de sua abordagem sobre tais temas e como colocou em funcionamento a noção de poder-saber enquanto chave de leitura da realidade. A noção de saber, segundo ele,

tinha por função colocar fora do terreno a oposição do científico e do não-científico, a questão da ilusão e da realidade, a questão do verdadeiro e do falso, não para dizer que essas oposições não tinham um estado de causa, de sentido, de valor; eu quis dizer, simplesmente, que se tratava, com o saber, de colocar o problema em termos de práticas constitutivas de domínios de objetos e de conceitos no interior das quais as oposições do científico e do não-científico, a questão da ilusão e da realidade, a questão do verdadeiro e do falso, poderiam assumir seus efeitos. (FOUCAULT, 2010, p.42).

Tendo em vista que o discurso não é linear, mas circular, que se movimentava conforme a história e a memória, “é justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber” (FOUCAULT, 1988, p.95). Ele é, segundo o autor, uma peça no “campo de correlação de forças” (FOUCAULT, 1988, p.95). No discurso, manifestam-se e se inscrevem conflitos provenientes do campo social. Ele funciona como um eixo, que condensa e aciona, ao mesmo tempo em que dissimula – ou não – perversidades e preconceitos.

Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem oposto a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência, e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também a mina, expõe, debilita e permite barra-lo. (FOUCAULT, 1988, p.96).

O filósofo toma, portanto, o discurso como acontecimento. E, se o acontecimento discursivo não é aleatório, mas controlado, pode-se afirmar que existe uma regulação, mesmo que dispersa em sua produção. O autor reitera essa afirmação, quando trata da polivalência dos discursos, ao entender que eles são “elementos ou blocos táticos no campo de correlação de forças” (FOUCAULT, 1988, p.97); deve-se, então, concebê-los como “uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável” (FOUCAULT, 1988, p.97), entretanto, conforme a estratégia discursiva, os elementos acionados nos discursos serão modificados.

Diante do exposto, não podemos perder de vista que texto algum pode ser tomado como algo fechado e que possui respostas em si mesmo. Além do material textual gráfico das reportagens selecionadas (trechos de construções linguísticas), analiso as constituições históricas e de memórias ligadas a elas, já que o discurso é, para a Análise do Discurso foucaultiana, um local de disputa de poder e saber. Assim, importa, ao tratar dos enunciados jornalísticos, estar atenta às construções que os cercam, os constituem e atravessam-nos.

Não é possível admitir, pela perspectiva à qual me vinculo, que, ao inserir os enunciados proferidos por outros, as reportagens não estejam produzindo novas interpretações. As interpretações provêm tanto daqueles que se inscrevem no discurso por meio de depoimentos e paráfrases, como pela interpretação acionada pela própria construção do enunciado e pelas escolhas lexicais feitas no momento de construção dos mesmos. A fonte (letra), as cores e os demais destaques feitos nas reportagens interferem nos sentidos e na maneira com que elas serão recepcionadas pelo público leitor.

Por outro lado, o estudo dos termos acontecimento/acontecimentalização nos direciona a buscar rupturas nas evidências dos discursos produzidos nos meios jornalísticos em análise. As reportagens da “grande mídia” observadas neste estudo – *GI* e *O Popular* – foram construídas com a evidência que culpabiliza os adolescentes; as demais matérias observadas, em especial do *Justificando* e da *Ponte*, deslocam essa evidência para pontuar denúncias sobre problemas do Centro de Detenção e negligência do Estado. Desse modo, essas reportagens provocam uma ruptura naquilo que produzia os efeitos de evidência do discurso.

No próximo capítulo, procuro aprofundar o olhar sobre algumas dessas reportagens, tomando outros elementos que estão presentes no corpo das matérias e que não foram observados no tópico 1.3. Em incursões mais detalhadas, descrevo quatro reportagens do *GI* e uma de *O Popular*, elencando os enunciados que se repetem, os aspectos do incêndio que são destacados nas notícias, bem como aquilo que, nelas, não recebe visibilidade.

CAPÍTULO 2

Apontamentos sobre relações de poder, saber e mídia jornalística

Este capítulo contém a reflexão sobre um agrupamento temático formado pelas reportagens do *GI* e *O Popular*, mídias jornalísticas mais conservadoras. As análises são feitas através de batimentos entre os enunciados e entre as reportagens, observando aquilo que eles omitem ou dão visibilidade. A partir dos textos de Foucault (1995), Coracini (2003), Sampaio (2019), Kucinski (2001), e da premissa de que o “poder é uma forma de ação sobre a ação dos outros” (FOUCAULT, 1995, p.244), reflito sobre como o poder incide sobre o sujeito e como um grupo exerce relação de poder sobre outro, imputando-lhe um tipo de existência, sem deixar de levar em consideração que esses sujeitos exercerão insubmissão.

Utilizando como base o princípio a seguir apresentado por Coracini (2003), parto para a direção inversa, pois, se ao falar de alguém, o tornamos vivo e visto, ao não falarmos, ao silenciarmos sobre sua existência e experiência, nós o invisibilizamos. O sujeito não falado, não citado, silenciado, é apagado em sua memória e em sua identidade, para os outros e para si mesmo. Tendo por fundamento este viés teórico, posso alegar que o apagamento dos adolescentes vítimas do incêndio por parte do discurso jornalístico veiculado nas mídias brasileiras contribuiu para a invisibilização desses sujeitos.

2.1 Poder e mídia

Compete-me traçar uma breve contextualização social e histórica, para, a partir dela, refletir a respeito das condições de possibilidades dos discursos da mídia jornalística, prisão e criminalidade no país, em especial, acerca de jovens e adolescentes. Tomo, para isso, dois tipos de jornalismo: o jornalismo tradicional, categoria em que se localiza o *GI*, *O Popular* e outros jornais tradicionais, e o jornalismo alternativo, dentre os quais podem estar inseridos *Justificando* e *Ponte*.

Se considerar a construção discursiva da notícia, é possível descrever o jornalismo tradicional como aquele que estrutura suas reportagens com base na narração de fatos, acrescida do parecer de instituições governamentais de poder e comentários de especialistas. Já no jornalismo alternativo, como é o caso da *Ponte*, noto, como dito, uma tendência por focar na vida dos sujeitos envolvidos em tal narrativa, dando a eles possibilidade de enunciar sobre si ou seus familiares; esse jornalismo alia-se à defesa dos direitos humanos, ouve outras vozes

além daquelas que representam o Estado ou os especialistas teóricos. É nos e pelos discursos que emergem que essas diferenças se revelam, como é possível notar neste estudo.

O jornalismo alternativo, como espaço de denúncia, pode ser um lugar de cruzamento de relações de poder visíveis na construção do discurso. Sobre a historicidade desse segmento no Brasil, Kucinski (2001), estudioso da área, delimita os anos entre 1950 e 1980 como os períodos na história do Brasil em que tais publicações ganharam destaque no cenário nacional. Segundo o pesquisador,

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. (KUCINSKI, 2001, p.6).

O autor informa que tais jornais foram palco de conquistas sociopolíticas sob constante luta política e ideológica ocorrida nos bastidores. Novas modalidades de jornais alternativos foram criadas nesse período conforme se modificava o imaginário social e as articulações entre jornalistas, ativistas e intelectuais (KUCINSKI, 2001). Após esse período e com a redemocratização, houve um arrefecimento desses jornais e os profissionais foram, aos poucos, sendo absorvidos por grandes empresas de mídia. A dificuldade de manter equipes de trabalho foi um dos grandes entraves, o que não significou o desaparecimento dessa variedade comunicativa. Com a expansão da comunicação via *internet* nas últimas décadas, eles ganharam força extra e um vasto campo de atuação e difusão. Inúmeros são os *blogs* de comentários políticos e de pautas sociais, assim como têm se desenvolvido diversos *sites* de jornalismo independentes dos aglomerados midiáticos tradicionais, sem estarem necessariamente ligados a algum partido político, sindicato ou organizações sociais, como nos períodos entre 1950 e 1980.

Por outro lado, nas últimas décadas, a imprensa tradicional continuou a se consolidar tanto em sua forma impressa quanto nas modalidades televisivas (KUCINSKI, 2001) e, atualmente, via mídias digitais. Formou-se no Brasil uma concepção de imprensa detentora da veracidade inquestionável dos fatos, sobretudo as grandes mídias com maior difusão. As *Organizações Globo*, por exemplo, provedora do *site G1* e de diversos conteúdos de mídia, conquistou ao longo de algumas décadas o lugar no imaginário de parte da população como isenta, imparcial e legítima depositária da verdade (KUCINSKI, 2001).

Para amparar a reflexão sobre imprensa e jornalismo, os discursos por eles veiculados, seu funcionamento e relação com a sociedade, um dos conceitos fundamentais é o poder. Foucault entende que o exercício do poder será sempre acompanhado pela atualização e manifestação da verdade, de certa verdade que ratifique as ações desse governo: “Não é possível dirigir os homens sem fazer operações da ordem da verdade” (2010, p.49).

Assim, uma vontade de verdade propagada de maneira massiva captura e constringe os sujeitos a determinado modelo de procedimento e pensamento. A mídia funcionaria, dessa forma, como um aparato do saber que legitimaria o poder, ou o questionaria, como no caso das reportagens de *Ponte* ou *Justificando*. O poder não é um modo de sujeição nem um sistema de dominação feito por uma instituição específica, que o controlaria, imprimindo seu desejo e autoridade, de modo verticalizado sobre os sujeitos, mas uma

multiplicidade de correlação de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 1988, p.89).

Este poder que se cristaliza também nos aparelhos estatais, por isso mais visível neles, é, segundo o autor, onipresente, pois se produz a todo o momento, e é o que tem de complexo imanente que o potencializa, “o poder está em toda a parte; não porque englobe tudo, e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 1988, p.89).

Importa ressaltar alguns pontos que o autor elenca sobre o poder: ele se exerce desde relações não estáveis; essas relações são imanentes e não impostas de cima para baixo, não havendo uma matriz geral de poder; as relações de poder são intencionais e geram resistência. Ayub (2014, p.24), ao comentar sobre a concepção de poder em Foucault, considera que perguntar “o que é o poder” nos leva à resposta de que é o Estado o detentor do poder. A pergunta que deve ser feita, segundo esse estudioso, é “através de que meios ele se exerce”, de modo que “o exercício do poder consiste em pôr em ação mecanismos de poder” (AYUB, 2014, p.24). Assim, é possível perguntar como a construção de um discurso midiático ou jornalístico exerce um mecanismo do poder?

Foucault demonstra que, partindo da época clássica, os mecanismos de poder se modificaram. Aquele poder de sentença, que antes era usado para a morte dos que se faziam contrários aos desejos do monarca, passa a ser um poder de gestão de vida. O único momento em que o governo, como gestor da vida, aplica a pena de morte é quando se têm condições de

invocar a incorrigibilidade monstruosa do criminoso. “São mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros” (FOUCAULT, 1988, p.130).

A respeito da relação “fazer viver/deixar morrer”, Ayub (2014, p.108) esclarece:

Tudo estaria bem se, em suas análises sobre a configuração moderna do ‘governo dos homens/vivos’, Foucault não traçasse o que seria um ‘aparente paradoxo’ entre o poder que se caracteriza por *fazer viver* e, em certos domínios *deixar morrer* (pensemos nas mortes provocadas por falta de assistência médica ou pela ausência de condições básicas de sobrevivência, como acontece em algumas comunidades desamparadas pelo Estado, num tipo de ‘pastorado’ clinicamente negligente) e aquele poder que ele vai chamar de ‘velho poder de soberania’, que consiste em *fazer morrer* ou *deixar viver*. (aspeamentos e grifos do autor).

As prisões brasileiras são conhecidas por serem locais de massacres, ou, em condições corriqueiras, operarem com insalubridade, situações nas quais é possível identificar a aplicação da máxima foucaultiana sobre o poder: “fazer viver/deixar morrer”. Apesar de o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecer critérios de salubridade, segurança física, emocional e mesmo religiosa a adolescentes internos, as reportagens utilizadas nesta dissertação relatam que os adolescentes do Centro de Internação em Goiânia não estavam alocados em local apropriado.

A maneira com que parte da mídia jornalística aborda casos sobre presidiários ou adolescentes em conflito com a lei colabora para a percepção negativa e vingativa da sociedade para com esses sujeitos. Coracini (2003), ao discutir a força da mídia na construção do imaginário, instrumentaliza sua abordagem fazendo uso da Análise do Discurso e da Psicanálise. A autora ressalta como a constituição do sujeito está baseada no dizer do outro: “falar de um povo ou um grupo social e até mesmo de um indivíduo é dar-lhe existência, fazê-los serem e acreditar que são ou que existem. Não é à toa que falar de alguém é manter esse alguém vivo, na memória do outro, e, portanto, na sua própria memória” (CORACINI, 2003, p.202).

Falar de outro para mantê-lo vivo ou falar de si para manter-se vivo/aguerrido é provocação atravessada e constituída pelas estratégias de resistência, que, segundo Sampaio (2019, p.19), é:

[...] uma luta agora e não uma promessa de futuro libertária. A equação apresentada é a resistência + invenção + experiência, um somatório que tem por finalidade transformar o habitual em insuportável, provocar acontecimentos resultantes de autonomia e criação, e não de um passado visionário, construir um ‘programa vazio’ como condição de sua infinita potência. (aspeamento da autora).

As resistências podem ser compreendidas como um indicativo de liberdade e é sua presença o termômetro para se detectar o poder. Outro destaque à questão de poder e resistência dado por Sampaio (2019) é que – se o poder não é um plano estrategicamente arquitetado e gradualmente implantado por uma força central, se seus efeitos não são proporcionais e simétricos, e também não ocorrem apenas em direção às classes dominadas ou subalternizadas – a resistência não tem lugar exato de existência ou sequer delimitação determinada. A resistência tem sua extensão e sua intensidade variáveis e – do mesmo modo como o poder precisa ser pensado, não como uma força unidirecional, mas em uma multiplicidade de relações – deve-se considerar não a existência de uma resistência, mas de resistências, pela variabilidade e complexidade de suas ações entre grupos e indivíduos.

2.2 Sobre as relações de poder

As relações entre poder e saber são mais amplas que o jogo de interesses e submissão. O saber não se constitui sem formas de poder que criam sistemas de comunicação, registro, acumulação e deslocamento; da mesma maneira, o poder não pode ser exercido sem a apropriação, distribuição e retenção de saberes (FOUCAULT, 2010). Assim, o poder não é algo que se possui, que possa ser tomado ou cedido, ele é e se exerce em uma relação.

Um dos momentos dos estudos de Foucault esteve centrado, conforme ele afirma no texto “Sujeito e poder” (1995), no homem dividido no interior dele mesmo e também dividido dos outros. Uma de suas inquietações foi pensar a separação entre o criminoso e o cidadão de bem, ou, nas palavras do autor, “rapaz gentil” (FOUCAULT, 1995, p.118). Ele afirma que, apesar de o poder ser alvo de grande parte de suas análises, o sujeito, sim, é seu principal objeto. Segundo o autor, “se o sujeito humano está preso em relações de produção e em relações de sentido, ele está também preso em relações de poder de uma grande complexidade” (FOUCAULT, 1995, p.119).

Um detalhe que não pode passar despercebido do método foucaultiano é que mais que conceitualizar o objeto, é fundamental “conhecer as condições históricas que motivam tal ou tal tipo de conceitualização. Precisamos ter uma consciência histórica da situação na qual vivemos. Segundo, é preciso certificar-se do tipo de realidade com que somos confrontados” (FOUCAULT, 1995, p.119). Para essa percepção da realidade atual, a questão do poder é imperativa. O autor salienta que o papel da filosofia hoje é monitorar os excessos dos poderes da racionalidade política e que ele estaria dedicado a analisar os processos e as relações entre a racionalidade e o poder. Seu percurso para se dedicar a essa análise, mais que remontar a um

passado longínquo, em uma observação que perceberia o objeto em um crescente evolutivo, será sempre analisar o poder tomando as formas de resistência como ponto de partida.

Assim, iniciando sua observação pelo lado oposto do poder, é permitido ao analista:

[...] colocar em evidência as relações de poder, ver onde elas se inscrevem, descobrir seus pontos de aplicação e os métodos que elas utilizam. Mais que analisar o poder, do ponto de vista de sua racionalidade interna, trata-se de analisar as relações do poder por meio do enfrentamento de suas estratégias. (FOUCAULT, 1995, p.121).

Algo a destacar nestas insurgências é que elas não são apenas lutas contra as autoridades ou o autoritarismo. Caso tomemos os exemplos dados por Foucault (1995, p.119) da oposição ao poder dos homens sobre as mulheres, dos pais sobre os filhos; ou tomemos o enfrentamento ao modo como adolescentes em conflito com a lei são discursivizados pelas instituições, tanto de repressão quanto midiáticas, importa notar, em primeiro lugar, que essas lutas são transversais e não localizadas, o que significa que elas podem ser observadas, ainda que com variantes, em diversos países, independentemente de seu modelo econômico ou político.

Em segundo lugar, “o objetivo dessas lutas são os efeitos de poder como tais” (FOUCAULT, 1995, p.122), não o seu ponto original ou causa. Além disso, essas são

[...] lutas ‘imediatas’ e isso por duas razões. Primeiro, porque as pessoas criticam as instâncias de poder que estão mais próximas delas, as que exercem sua ação sobre os indivíduos. Elas não procuram o ‘inimigo número um’, mas o inimigo imediato. Em seguida, não consideram que a solução para o seu problema possa residir em um futuro qualquer. (FOUCAULT, 1995, p.122 – aspeamentos do autor).

A outra aproximação dessas lutas é que todas “colocam em questão o estatuto do indivíduo” (FOUCAULT, 1995, p.122); por um lado, afirmam o direito à individualidade e, por outro, demarcam seu isolamento. Outros aspectos das lutas apreciados pelo autor dizem respeito ao fato de que toda luta contra o poder tem foco nos embates contra os “privilégios do saber” (FOUCAULT, 1995, p.122), colocando em questão os modos de funcionamento e circulação desse saber, bem como suas relações com o poder; e, por fim, as lutas giram em torno da pergunta “quem somos nós?” (FOUCAULT, 1995, p.123), uma pergunta que rejeita massificações e abstrações do poder sobre o sujeito.

Foucault explica como o poder é exercido: primeiro classifica o indivíduo, conecta-o a uma individualidade, depois impõe leis sobre como esse tipo de indivíduo deve viver, leis com efeito de verdade que se tornam uma senha de reconhecimento tanto pessoal quanto social; e, assim, cria-se o sujeito, que pode sê-lo por estar submisso a outros ou à sua própria identidade

(FOUCAULT, 1995). As lutas contra esses modos de dominação são classificadas em três pelo autor, a saber:

[...] as que se opõe às formas de dominação, (étnicas, sociais e religiosas); as que denunciam as formas de exploração que separam o indivíduo do que ele produz; e as que combatem tudo que liga o indivíduo a ele mesmo e garante, assim, sua submissão aos outros. (FOUCAULT, 1995, p.123).

O autor acrescenta que os mecanismos de sujeição estão intimamente ligados aos mecanismos de exploração e dominação, ou seja, quando se luta contra os sistemas de sujeição, que determinam, por exemplo, como adolescentes “corretos” devem se comportar; quando se luta contra formas de dominação, que demarcam lugares para pobres e ricos, negros e brancos; e quando se luta contra as formas de exploração desse sujeito pobre enquanto mão de obra, é preciso pensar que existe um ponto de conexão entre todos esses mecanismos.

Foucault escreve que nossa sociedade se desenvolveu dessa forma devido ao desenvolvimento do poder político estatal a partir do século XVI, uma força que, ao mesmo tempo em que é globalizadora (ou seja, foca no conjunto social) e totalizadora, é também individualizante. Isso se deve pelo atravessamento do poder pastoral, garantidor da salvação eterna, auto sacrificadora, que vasculha e ordena até mesmo os pensamentos das pessoas (FOUCAULT, 1995). O estudioso enxergava o Estado como uma nova modalidade de poder pastoral, não mais aquela que conduz o sujeito à salvação em outro mundo, espiritual e etéreo, mas à salvação neste mundo físico, o que incluiria “saúde, bem-estar [...], segurança, proteção contra os acidentes” (FOUCAULT, 1995, p.125). A administração desse modelo foi feita tanto por instituições estatais e privadas, quanto por outras, mais antigas, como a família, fazendo com que as táticas do poder pastoral passassem de uma instituição religiosa para a manutenção por parte do Estado de todo o corpo social.

Para Foucault, a pergunta a ser feita não é o que é o poder ou de onde ele vem, mas como ele se exerce. É fundamental, para entender suas teorias, ter em mente que o poder se dá por meio de relações. O teórico distingue relações de poder de relações de comunicação, porém, afirma que uma é necessária à outra. Ademais, as duas somadas à operacionalização de capacidades técnicas, sob certa fórmula, criam o que ele denomina “disciplinas”, e

O que se deve entender por disciplinarização das sociedades, a partir do século XVIII, na Europa, não é, com certeza, que os indivíduos que dela fazem parte se tornem cada vez mais obedientes [...], mas que aí se procurou um ajustamento cada vez mais controlado – cada vez mais racional e econômico – entre as atividades produtivas, as redes de comunicação e o jogo das relações de poder. (FOUCAULT, 1995, p.131).

Todas essas relações, sob tais disciplinas, não são relações de parceria, entretanto um modo de agir um sobre o outro, que não é maciçamente concentrado ou distribuído, mas só acontece nas relações. Outro detalhamento feito por Foucault (1995, p.132) é argumentar que “o poder só existe em ato [...], isso quer dizer também que o poder não é ordem do consentimento”. Apesar disso, existe uma distinção entre relações de poder e relações de violência. A relação de poder age, não incisivamente sobre o outro, mas sobre a ação do outro, “uma ação sobre a ação” (FOUCAULT, 1995, p.132), já a relação de violência incide diretamente sobre o corpo e as coisas: “ela força, ela dobra, ela quebra, ela destrói” (FOUCAULT, 1995, p.132). A violência não permite reação; caso essa reação aconteça, ela será reduzida. Por sua vez, a relação de poder necessita da existência real do outro; o outro não pode ser apagado, silenciado ou impossibilitado de reagir.

Dizer que as relações de poder independem de consentimento e diferem das relações de violência não significa dizer que essas associações nunca podem ocorrer ou que estão completamente excluídas. Foucault argumenta que o consentimento e a violência não fazem parte da constituição do poder e suas relações, porém, isso não significa que eles não possam fazer parte de seus instrumentos ou de seus efeitos. O poder pode, inclusive, se utilizar de mortes e ameaças, pois

Ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, toma mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações. (FOUCAULT, 1995, p.133).

O autor afirma que essa “condução de condutas” (FOUCAULT, 1995, p.133) está mais próxima da ordem do governo do que de embates entre rivais, de forma que essa condução funcionaria como uma estruturação de uma rede de possibilidades, estabelecida dentro daquilo que cria contornos do que seria possível para as atuações dos sujeitos. Quando incorpora essa percepção de homens se governando, Foucault acrescenta o elemento da liberdade como condição tanto de existência prévia do poder, quanto de sua manutenção, de modo que, se a liberdade deixar de existir, também não haverá mais a relação de poder, entretanto uma reação de coerção ou violência. Ele usa a escravidão como exemplo para descrever essa relação que não pode ser chamado de relações de poder, visto que não existe espaço de ação do sujeito, a menos que haja espaço de movimentação e, eventualmente, de fuga (FOUCAULT, 1995).

As relações de poder são constituintes das sociedades, e por isso mesmo devem ser questionadas. Analisá-las, segundo Foucault (1995, p.136), é “a tarefa política inerente a toda

a existência”. Para realizar essa análise, alguns pontos devem ser observados: em primeiro lugar, o sistema de diferenciações que dará a possibilidade de influenciar a ação de outros. Essas diferenciações entre sujeitos, que são ao mesmo tempo condição e efeito das relações de poder, podem ser “jurídicas ou tradicionais de estatuto e de privilégio; diferenças econômicas na apropriação das riquezas e dos bens; diferenças de lugar nos processos de produção; diferenças linguísticas ou culturais; diferenças na habilidade e nas competências” (FOUCAULT, 1995, p.136).

Em nosso caso, outro ponto importante a discutir é que, ao passo que não nos atentamos para a intencionalidade ao fazermos Análise do Discurso ou análise das relações de poder, isso não significa deixar de observar os tipos de objetivos empenhados no modo como as narrativas jornalísticas criam estratégias de ação sobre a condução/ formação da opinião pública. Entre esses objetivos podem estar a “manutenção de privilégios, acúmulo de lucros, operacionalidade da autoridade estatutária, exercício de uma função ou de uma profissão” (FOUCAULT, 1995, p.136).

Saber quais são as modalidades instrumentais, ou seja, levantar quais são os instrumentos usados dentro dessas relações irá contribuir para a compreensão dessas relações. Entre esses instrumentos poderão ser observadas ameaças por meio de armas ou de palavras, desigualdades econômicas e uma variedade de sistemas de controle e vigilância (FOUCAULT, 1995). As formas de institucionalização imbricadas nas relações de poder variam desde estruturas governamentais e jurídicas, que determinam e controlam uma população por meio de instâncias de regimento, até fenômenos mais sutis e subjetivos, como a moda ou costumes, que, mesmo não estando descritos em decretos, influenciam os comportamentos (FOUCAULT, 1995).

Além disso, os graus de racionalização variam em sua elaboração, pois “o exercício do poder não é um fato bruto, um dado institucional, nem uma estrutura que se mantém ou se quebra, ele se elabora, se transforma, se organiza, se dota de procedimentos mais ou menos ajustados” (FOUCAULT, 1995, p.137). Por tomar formas e movimentos tão líquidos e subjetivos, as relações de poder alcançam todos os campos das relações sociais, assumindo formas múltiplas que “superpõem-se, entrecruzam-se, limitam-se e anulam-se, em certos casos, e reforçam-se em outros” (FOUCAULT, 1995, p.137). O governo, enquanto força estatal, ocupa lugar nessa rede de relações, sem, contudo, ser sua fonte central; assim, Foucault alega que as relações de poder se referem ao governo, mas não derivam dele.

Mais um ponto detalhado pelo autor, além das liberdades, é a existência das insubmissões: “toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma

estratégia de luta, sem que para tanto venham a se superpor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir” (FOUCAULT, 1995, p.139). Essa estratégia de luta significa, em última análise, que a relação de poder pode se alterar, e, no limite, se inverter. Sem essas possibilidades de alteração não estaremos tratando de relações de poder.

Nessa problematização é que também se encontra a noção de dispositivo, aquele conjunto heterogêneo – como descrito a seguir por Albuquerque Júnior (2014) – no qual o discurso se conecta. Segundo o estudioso, o dispositivo é

[...] todo esse conjunto de relações e articulações em rede, dos discursos e de outras distintas práticas sociais, ao conjunto do dito e não dito, do discursivo e não discursivo, que aparecem articulados e em funcionamento em dada situação histórica precisa, com objetivos e estratégias que se podem descrever. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2014, p.8).

Trata-se de uma rede de saberes que exercem poderes sobre os sujeitos. E, conforme esse autor, para analisá-la, o pesquisador precisa compreender suas tramas, percorrê-las ao mesmo tempo em que as descreve. Ele acrescenta

[...] o dispositivo só pode ser analisado em sua usinagem quando está em movimento, sendo, portanto, formas em permanente deformação, figuras que se desfiguram, que se fazem e desfazem, quiproquó em ebulição, caos ordenado situacionalmente, peças em permanente condição de jogo, campo minado ou movimentado por múltiplos lances e jogadas. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2014, p.10).

Essa noção conceitual pode dar uma dimensão mais ampla à discussão desta dissertação, por trazer à compreensão a existência dessa rede organizada e articulada de saberes e poderes que incidem sobre o sujeito. Assim, entendo que os enunciados que emergem nos discursos jornalísticos estão articulados nessa teia que envolve muito mais do que estratégias de informação e mídias jornalísticas. Há outros modos de organização da sociedade, passando pelos discursos institucionais, mídias, dentre outros, cuja rede discursiva constrói imagens dos jovens como delinquentes, culpados pelo incêndio. Os discursos reverberados nos *sites* de notícias não estão descolados de questões políticas, sociais, históricas e culturais, e podem ser observados em outros espaços, além de estarem inscritos em relações de poder que determinam, entre outros fatores, aquilo que é dito ou silenciado em dados discursos. Então, na medida do possível, aciono elementos dessa teia discursiva.

2.3 As reportagens do *GI* e *O Popular*

Nesse tópico, trago algumas observações referentes ao que foi enunciado em agrupamentos de reportagens do *GI* e *O Popular*. A reportagem selecionada do jornal *O Popular*, publicada no dia 28 de maio de 2018, tem como título:

Combate ao fogo em Centro de internação provisória tem duas versões.

Seguido do subtítulo:

Corpo de bombeiros afirma que chamas foram apagadas, mas não diz se existia extintores em incêndio que matou 9 adolescentes. Estado garante que havia dispositivo.

A reportagem é composta por sete parágrafos. O primeiro repete as informações do título:

O corpo de bombeiros (CBMGO) informou por nota que o incêndio que atingiu o Centro de Internação Provisório (CIP), no Jardim Europa em Goiânia, e matou 9 adolescentes na última sexta feira (25), foi controlado pelos próprios trabalhadores da unidade “por meio do uso do sistema preventivo”. No entanto, a corporação não informa se haviam extintores no local. Segundo a nota, o fogo já havia sido controlado quando a equipe chegou no local. (*O Popular*, 28/05/2018, s.p.).

O próximo parágrafo traz informações dadas por funcionários do local do incêndio, que afirmam ter apagado o fogo fazendo uso de uma mangueira, e pela diretora geral do Grupo Executivo de Apoio a Crianças e Adolescentes (GECRIA), que afirmava o contrário: que o Centro de Internação Provisório (CIP) era, sim, equipado com extintor de incêndio. O terceiro parágrafo insere o enunciado mais recorrente em todo o material coletado para o *corpus*:

Na última sexta feira, **internos** do alojamento 1 do CIP **colocaram fogo em um colchão** no corredor da ala com forma de realizar uma reivindicação. No entanto, as chamas se espalharam para o interior da cela (*O Popular*, 28/05/2018, s.p. – grifos meus).

Ainda no mesmo parágrafo, o jornal comunica que 9 adolescentes morreram e outro está em estado gravíssimo, com 90% do corpo queimado, e informa o nome do hospital em que ele se encontra internado. Seguem, nos parágrafos posteriores, as informações: sobre reuniões do judiciário com o GECRIA, a Defensoria Pública e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), com a participação de familiares das vítimas, para discutir a adequação do CIP ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); do responsável pela Secretaria Cidadã com o delegado responsável pelo caso; da decisão do governador que apenas a Secretaria Cidadã se pronunciou pelo caso; além de nota de solidariedade do Conselho Regional de Psicologia, a qual responsabiliza o Estado pela tragédia.

O *GI* foi o portal de notícias que mais noticiou o incêndio. A primeira reportagem, de 25 de maio de 2018, destaca o fato poucas horas após o corrido. O título da matéria é:

Incêndio atinge centro de internação para menores em Goiânia e deixa pelo menos 9 mortos, dizem bombeiros.

Seguido do subtítulo:

Corporação explicou que **menores colocaram fogo em colchão** enrolado na entrada de um dos alojamentos. Unidade fica dentro do 7º Batalhão da Polícia Militar (grifos meus).

O primeiro parágrafo repete as informações do título e reitera que foram os adolescentes que colocaram fogo no colchão:

Um incêndio no centro de internação provisória para menores do 7º Batalhão da Polícia Militar, no Jardim Europa, em Goiânia, deixou pelo menos nove mortos e um ferido nesta sexta-feira (25). Segundo o Corpo de Bombeiros, **os adolescentes atearam fogo a um colchão** enrolado na grade de um dos alojamentos da Ala A. Em nota, o Governo de Goiás lamentou as mortes e disse apurar o ocorrido. (*GI*, 25/05/2018, s.p. – grifos meus).

O próximo parágrafo traz breves informações sobre o adolescente internado, informando sobre qual hospital ele estava internado. No terceiro parágrafo, são dadas informações sobre as instituições responsáveis:

A assessoria da Polícia Militar informou que não vai se pronunciar sobre o assunto, porque a responsabilidade pelo local é da Secretaria Cidadã. Em nota, o órgão declarou que não houve rebelião, mas não explicou o que causou as chamas. O órgão disse ainda que vai passar detalhes sobre **os prejuízos** e providências que serão tomadas após o trabalho dos bombeiros. O Instituto Médico Legal (IML) informou à TV Anhanguera que as vítimas terão que ser identificadas pela arcada dentária, já que a **maior parte dos corpos está carbonizada** (*GI*, 25/05/2018, s.p. – grifos meus).

A seguir, a reportagem repete dados do Corpo de Bombeiros, o qual destaca o horário em que foi acionado, a apreensão das famílias perante a falta de informações, e representantes de entidades denunciam número de internos maior que a capacidade do local. No último bloco de informações, o jornal destaca que o governador cancelou um compromisso em outro estado e estava retornando à capital de Goiás, para acompanhar a situação. A nota enviada pelo Governo do Estado já foi observada no capítulo anterior, contudo o que desejo enfatizar é o fato de o incêndio ser atribuído aos adolescentes se repetir, na reportagem ao todo, por 3 vezes. O efeito dessa repetição exerce, no âmbito discursivo, uma marcação da informação e pode conferir efeito de evidência.

No dia 27 de maio de 2018, dois dias depois do incêndio, o *site* do *GI* novamente publica informes sobre o caso. O título e subtítulo novamente delimitam a responsabilidade do incêndio aos adolescentes nos primeiros esclarecimentos. O título é:

Único sobrevivente a incêndio que matou 9 em centro para menores de Goiânia está sedado e respira por aparelhos, diz hospital.

Seguido do subtítulo:

IML informou que já liberou todos os corpos. Adolescentes **atearam fogo a colchão**, dizem bombeiros; Polícia Civil investiga (grifos meus).

Essas são informações do primeiro parágrafo:

As causas do fogo são apuradas pela Delegacia de Investigação de Homicídios (DIH). Os corpos das nove vítimas foram liberados para as famílias pelo Instituto Médico Legal (IML) ao longo deste sábado. O incêndio aconteceu no final da manhã de sexta-feira (26) e, segundo informações preliminares, **teria sido provocado pelos próprios adolescentes**. (*GI*, 27/05/2018, s.p. – grifos meus).

O parágrafo seguinte repete a informação, novamente:

O Corpo de Bombeiros disse que eles atearam fogo a um colchão que estava entrelaçado às grades do alojamento. Isso, aponta, dificultou o resgate. Em nota, a Secretaria Cidadã informou que divulgou os nomes dos jovens primeiramente às famílias para protegê-las de “constrangimento”, seguindo o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A pasta também rebateu relatórios que apontam que o centro de internação não tem estrutura adequada e estava superlotado. (*GI*, 27/05/2018, s.p. – grifos meus).

Na sequência, a Secretaria continua informando que o CIP funcionava bem, e os internos praticavam atividade física, estudavam, faziam artesanato e recebiam visitas de religiosos, além de lhes serem concedidas assistência médica e odontológica.

As falas de familiares são curtas, e os rostos e os nomes não são revelados:

Avô de uma das vítimas, o funcionário público Luiz Lopes resumiu o sentimento: “revolta”.

Já uma mãe ouvida pela TV Anhanguera, que preferiu não se identificar, questionou as circunstâncias do incêndio.

“Só mãe que sabe o que eu tô sentindo. Eu queria saber onde eles acharam fogo, se lá não podia entrar fogo”, declarou. (*GI*, 27/05/2018, s.p.).

Após isso, a reportagem se refere a um agente que estava trabalhando no local e que denuncia, sem se identificar, a falta de equipamentos e treinamento para o caso de incêndios.

Mais uma mãe é acionada, sem identificação:

Mãe de um dos nove adolescentes que morreram no incêndio, uma dona de casa que preferiu não se identificar contou ao G1 que soube da tragédia ao assistir a uma reportagem. Em seguida, ela correu até o 7º Batalhão da Polícia Militar, no Jardim Europa, em busca de informações sobre o filho, de 16 anos. “Fui correndo para lá na esperança de ele estar bem, mas não falaram o nome dele na lista dos que estavam bem. Não consigo comer, nem pensar, estou destruída, não sei como vou viver sem meu filho”, disse.

A mulher contou que o adolescente era o mais velho dos quatro filhos. Segundo a mãe, ele estava no centro de internação há seis meses, após ser apreendido por roubo, e estava arrependido. A última vez que a dona de casa viu o filho foi na quarta-feira (24), quando ele disse que estava bem. Conforme a mãe, o adolescente gostava de entregar cartas para a família. “Ele me entregou uma carta falando que estava tudo bem, que eu não precisava me preocupar, que estava com saudade da gente”, disse a mãe. (G1, 27/05/2018, s.p.).

Seguem dois parágrafos sobre as exigências da promotoria de Goiás para desativação do centro e sobre a superlotação. Novamente, se repete a informação de que os adolescentes atearam fogo no colchão:

Segundo o Corpo de Bombeiros, **os adolescentes atearam fogo a um colchão enrolado na grade de um dos alojamentos da Ala A**. O Corpo de Bombeiros informou que foi acionado às 11h27 e enviou quatro caminhões para apagar as chamas e resgatar feridos.

O defensor público Tiago Gregório Fernandes esteve no local do incêndio e informou que não havia ventilação nos alojamentos e que o **fogo teria sido provocado pelos próprios internos**. “O que a gente ouviu é que os adolescentes [sic] protestavam contra uma possível transferência e em relação a insalubridade do alojamento”, afirmou. (G1, 27/05/2018, s.p. – grifos meus).

Ainda, o presidente do Conselho Estadual de Direito da Criança e do Adolescente denuncia a estrutura física do local. E, abaixo, a matéria informa que o Governo do Estado, em nota, lamenta a morte e que apura os fatos. É publicada a nota na íntegra, da qual segue o trecho inicial:

Nota do Governo de Goiás

*O Governo de Goiás informa que **não houve rebelião** no centro de internação que abriga **menores infratores** no 7º Batalhão da Polícia Militar. Trata-se de ato isolado, **feito pelos próprios internos**. A motivação do movimento está sendo apurada, uma vez que não houve o menor indício de que poderia haver o incidente. Todas as forças policiais estão envolvidas na apuração.*

*Por volta de 11h30, foi colocado fogo em um colchão no corredor da **unidade**. Na parte interna da cela, os menores ergueram outro para impedir a entrada da fumaça, mas que acabou pegando fogo e causando as mortes. O Corpo de Bombeiros atuou de forma imediata no combate ao incêndio, o que evitou danos ainda maiores. O local conta com extintores e todos os equipamentos internos necessários.*

*Nove internos morreram no incêndio. Um ficou ferido e foi levado ao Hospital de Urgências Otávio Lage de Siqueira (Hugol). Outro **menor** também está hospitalizado, mas não há nenhuma relação com o incidente.*

Os demais 69 internos não ficaram feridos. Todas as famílias que procuraram a unidade foram recebidas. Uma equipe composta por assistentes sociais e psicólogos atenderam aos parentes das vítimas. Toda a assistência necessária está sendo dada às famílias dos adolescentes. Os corpos foram retirados após os procedimentos legais. A Superintendência de Política Técnico-Científica coletou materiais e elementos que vão subsidiar os laudos técnicos. A Polícia Civil, por meio da Delegacia Estadual de Investigação de Homicídios (DIH) e Delegacia de Apuração de Atos Infracionais (Depais), esteve no local para as providências iniciais. A conclusão dos trabalhos será apresentada oportunamente.

*Vale ressaltar que **não há superlotação na unidade**. No alojamento onde estavam as dez vítimas, a capacidade é de 10 vagas. O Termo de Ajustamento e Conduta (TAC), firmado em 2012, está sendo cumprido. Houve atraso em algumas obras e há um esforço constante para dar mais celeridade aos processos e execuções. (G1, 27/05/2018, s.p., grifos meus).*

No fim da nota, o Governo ainda afirma que está investindo mais de 4 milhões de reais na construção de mais centros de internação, e que todos os já existentes funcionam bem e possuem contratos de manutenção.

No dia 27 de agosto de 2018, o jornal volta a publicar informações sobre o incêndio e as investigações. Dessa vez, para informar que servidores foram indiciados pelas mortes. A reportagem tem o título:

Polícia indicia 13 servidores pela morte de 10 adolescentes durante incêndio em Centro de Internação de Goiânia.

Seguido do subtítulo:

Delegado concluiu, com base em imagens de Câmeras de Segurança, que houve negligência dos funcionários que, segundo ele, demoraram começar a combater o fogo; veja cronologia dos fatos.

A notícia inicia relatando os dados do inquérito, no qual existe a confirmação do delegado responsável de que houve demora no acionamento dos bombeiros e negligência no socorro às vítimas. Na sequência, é informada a data do incêndio, suas causas – os próprios internos causaram o fogo, e a quantidade de mortos. Abaixo, o jornal apresenta, conforme a polícia, a sequência dos fatos ocorridos:

Cronologia dos fatos, segundo a Polícia Civil:

- 11h10 – Incêndio é notado por uma servidora que servia o almoço.
- 11h11 – Interno percebe o fogo e avisa outras servidoras.
- 11h11 – Servidores observam o fogo, mas não tomam nenhuma atitude.
- 11h12 – Coordenadora sai para preencher solicitação de intervenção policial.

- 11h14 – Coordenadora e servidores observam o fato e uma pedagoga aparece sorrindo no pátio.
- 11h14 – Coordenadora pede apoio a um interno, os dois vão para a ala que pega fogo e tentam apagar o fogo com um balde, enquanto servidores aguardam a chegada de uma mangueira.
- 11h15 – A mangueira chega e eles tentam acoplar à torneira, enquanto o menor continua jogando baldes d’água no fogo.
- 11h15 – A mangueira começa a funcionar e os servidores começam a combater o fogo.
- 11h27 – O Corpo de Bombeiros é acionado, mas quando chega ao local o fogo já foi combatido. (*GI*, 27/08/2018, s.p.).

A reportagem informa que o delegado alega que havia tempo e condições para que os funcionários socorressem os adolescentes, e retoma discussões a respeito da presença ou não de extintores no local. Depois, o próximo subtítulo, em letras maiores e em negrito, com as palavras “ajuda, ajuda” entre aspas. Após, em algumas linhas, o jornal informa detalhes dos pedidos de socorro das vítimas do incêndio, o que reforça a informação do subtítulo do pedido de ajuda. A seguir, transcrevo o trecho:

No relatório da sindicância, divulgado no último dia 14 pelo Jornal O Popular, consta o depoimento de um adolescente que disse ter ouvido os internos pedindo ajuda. Um deles gritou: “Socorro, educador, nós [*sic*] tá queimando”. Outro implorou: “Vai nos deixar morrer, educador? Ajuda, ajuda”. (*GI*, 27/08/2018, s.p.).

A última reportagem selecionada do *site GI* foi publicada no dia 29 de agosto de 2018, dois dias depois da anterior, e repete várias partes da reportagem do dia 27 de agosto. Eis o título:

Novas imagens mostram suposta demora de agentes durante incêndio em Centro de Internação Provisória que matou 10 adolescentes, em Goiânia.

Seguido do subtítulo:

Polícia indiciou 13 servidores públicos por homicídio culposo. Sindicância da Secretaria Cidadã apontou mesmo resultado e levou ao afastamento de equipe.

Abaixo, a reportagem anuncia que recebeu de forma exclusiva imagens do dia do incêndio, prossegue descrevendo as imagens obtidas, de dentro e fora do espaço físico do CIP. Também informa que, conforme suas apurações, havia celulares funcionando no momento do desastre – não é expressa, mas essa informação é levantada para se contrapor ao fato de que, desde a notícia dada anteriormente (no dia 27), e repetida na matéria do dia 29, houve uma demora de alguns minutos entre o começo do fogo e a ligação para o Corpo de Bombeiros. A Secretaria Cidadã comunica, por meio de nota (que não foi reproduzida na reportagem), que,

dos treze funcionários afastados, quatro deles teriam recebido treinamento de combate a incêndio, o que contrasta com a alegação de alguns deles de que não haviam recebido tal treinamento.

Um advogado dos funcionários afirma que só existia uma mangueira no local e que o hidrante estava estragado; uma socioeducadora, sem se identificar, alega que ficaram paralisados, sem reação diante do incêndio e que nunca receberam treinamento anti-incêndio. Novamente, a reportagem traz a informação sobre a nota da Secretaria, que alega que alguns dos funcionários fizeram, sim, treinamento, mas que não era obrigatório; além disso, alega a nota que havia, sim extintores, hidrante e telefones funcionando.

A reportagem prossegue comunicando a respeito do inquérito, que apurou a demora no socorro e no acionamento dos bombeiros, repetindo mais uma vez os dados do ocorrido:

O incêndio ocorreu no último dia 25 de maio de 2017, no Centro de Internação Provisória, que fica dentro do 7º Batalhão da Polícia Militar, no Jardim Europa. Segundo a Polícia Civil, **o fogo foi provocado por menores de um dos alojamentos**, que colocaram fogo em um pedaço de colchão. Nove adolescentes morreram carbonizados no momento do incêndio, e outro menor morreu após quase um mês internado na Unidade de Terapia Intensiva do Hospital de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (Hugol). (*GI*, 29/08/2018, s.p. – grifos meus).

Novamente, conforme a seguir, as alegações do delegado de que seria difícil abrir as celas, pois essas teriam sido lacradas pelos adolescentes, mas isso não impediria de os funcionários apagarem o fogo. Mais uma vez, como dois dias antes, a reportagem repete a fala do delegado – uma fala de autoridade:

“Ficou constatado que os próprios menores do alojamento atearam fogo em colchões e jogaram no corredor que fica em frente à entrada. Então o fogo impediria a passagem de qualquer agente para tentar abrir o local. Inclusive, no protesto deles, eles chegaram a amarrar com fios a entrada do alojamento, o que também dificultou quando os agentes, ao apagar o fogo, entrassem para socorrê-los. O que restava era apagar as chamas” “Acreditamos que se houvesse esta atuação mais enérgica no início, o fogo teria sido extinto no início” (*GI*, 29/08/2018, s.p.).

A cronologia dos fatos, a qual já sido apresentada na reportagem de dois dias anteriores – e aqui reproduzida – é repetida, assim como as palavras “ajuda, ajuda”, que são colocadas logo abaixo, em letras maiores, funcionando como uma espécie de subtítulo. E, em seguida, a informação de que no relatório da sindicância um adolescente pede socorro aos funcionários. O pedido de socorro que teria sido ouvido é reproduzido em negrito, e, abaixo, ainda com dados

do relatório, a matéria afirma que as câmeras do circuito interno filmaram os funcionários deixando de prestar socorro e sorrindo da situação.

Como observado, as reportagens do *GI* e *O Popular* destinam parte considerável de seu texto para reunir os questionamentos e as respostas a respeito de equipamentos, dados e horários, feitos em sua maioria por representantes de instituições governamentais, ou seja, além de haver uma delimitação sobre quem pode falar sobre o incêndio, também houve uma delimitação sobre quais aspectos dele poderiam ser discutidos e, entre eles, não estava o aspecto humano.

Em síntese, o primeiro ponto de destaque, após essa descrição das reportagens, é o recorte enunciativo “fogo ateado pelos próprios adolescentes”, repetido em todas as reportagens do *site GI*. A primeira reportagem repete esse enunciado três vezes; a segunda, dois dias depois, seis vezes. Mesmo as notícias sobre o indiciamento dos funcionários e a coleta de imagens que indicavam o atraso no socorro às vítimas do incêndio repetem a afirmação de que “foram os próprios internos que atearam o fogo”. A recorrência desse enunciado, repetido todas as vezes em que algo novo sobre o fato era adicionado, delimita o discurso jornalístico na medida em que rememora recorrentemente a suposição de “terem sido os adolescentes a atear o fogo”.

Nas notícias selecionadas no portal *GI*, o enunciado é repetido por diversas vezes, seja por parte da narrativa da matéria, na voz de alguma autoridade acionada, ou nas notas do Governo, conforme descrito anteriormente e enfatizado na sequência:

- Menores colocaram fogo em colchão – linha fina – 25/05/18;
- Os adolescentes atearam fogo a um colchão – corpo da notícia – 25/05/18;
- Foi provocado pelos próprios internos – nota do governo 25/05/18;
- Adolescentes atearam fogo a colchão – linha fina – 27/05/18;
- Teria sido provocado pelos próprios adolescentes – corpo da notícia – 27/05/18;
- Eles atearam fogo a um colchão – corpo da notícia – 27/05/18;
- Os adolescentes atearam fogo a um colchão – corpo da notícia – 27/05/18;
- Trata-se de ato isolado, feito pelos próprios internos – nota do governo – 27/05/18;
- [...] o fogo foi provocado por menores de um dos alojamentos – corpo da notícia 27/08/18;
- Ficou constatado que os próprios menores do alojamento atearam fogo em colchões – corpo da notícia – 27/08/18;
- [...] o fogo foi provocado por menores de um dos alojamentos, que colocaram fogo em um pedaço de colchão – corpo da notícia – 29/08/18;
- Ficou constatado que os próprios menores do alojamento atearam fogo – corpo da notícia – 29/08/18;

As causas de um incêndio que provocou diversas mortes são uma parte relevante de uma notícia, identificar onde e como o fogo começou é uma questão valiosa para compreender as versões para o fato como um todo. Contudo, a repetição e a proliferação de enunciados que indicam “os jovens como agentes causadores do incêndio” em todas as matérias demarcam o

lugar desses sujeitos como responsáveis por suas próprias mortes. Ainda que as reportagens insiram questionamentos sobre a qualidade das instalações do CIP, estes questionamentos são respondidos com alegações do poder público de que não há nenhum problema, em uma relação de “menos um mais um é igual a zero”. A cada denúncia, por exemplo, de superlotação ou falta de extintores, existe uma alegação de que não havia superlotação e de que havia, sim, extintores. É um empate discursivo, em que uma alegação que nem se aprofunda para discutir questões mais profundas, como o que levou cada adolescente a estar em uma situação de cometer um ato ilícito, como funcionam os centros de internação, qual sua eficácia e necessidade. Enquanto as reportagens observadas nesse capítulo dispensam espaço para as discussões acima e para uma profusão de informações, não existe nelas discurso de comoção pelas mortes dos 10 adolescentes.

Em uma das aparições dos enunciados elencados anteriormente, ele está acompanhado do verbo “teria”, conjugação no futuro do pretérito do indicativo, que indica incerteza. Todos os outros foram acompanhados de verbos no pretérito perfeito – “atearam”, “colocaram” –, conjugação verbal que indica um fato ocorrido, sem questionamento. Em paralelo à repetição desse enunciado, soma-se a constatação de que, quando as reportagens tratavam das investigações, os termos geralmente usados eram “supostas demoras”, “supostamente foram negligentes”, formações textuais que indicam uma conjectura ou hipótese. Esse modelo de construção textual contribui para a culpabilização apenas dos jovens internos e isenta o Estado e suas instituições pelas causas e consequências do incêndio.

Vale ressaltar que o objetivo desta pesquisa não é julgar um ou outro suporte jornalístico, mas observar os movimentos do discurso que neles são veiculados. O *site G1* funciona como um espaço no qual o discurso circula, onde é possível identificar as relações de poder circunscritas e imbricadas na construção do acontecimento e nos lugares discursivos ocupados pelos sujeitos. Ele não é, contudo, a fonte de algum problema, com intenções de desmerecer ou desqualificar algum sujeito. Como outros meios de divulgação de informações midiáticas, está atravessado por saberes, poderes e estratégias de objetivação e subjetivação presentes em tais dispositivos.

Nesse conjunto de notícias, os pontos mais tocados, ou seja, aquilo que foi mais questionado e discutido foi: ouvir diferentes autoridades institucionais sobre o fato (conforme visto no capítulo 1); discussões sobre a estrutura física do espaço; a existência ou não de extintores no local; a demora no socorro às vítimas e na tentativa de apagar o fogo; as causas e consequências do incêndio.

Quanto às duas notas do Governo de Goiás, publicadas no dia 25 e 27 de maio de 2018, demonstram uma tentativa de desculpabilizar o Estado pelo acontecido, deixando a responsabilidade do incêndio sobre os adolescentes. A primeira nota inicia com a frase: “*O incêndio em um alojamento do centro que abriga menores infratores no 7º Batalhão da Polícia Militar foi provocado pelos próprios internos*” (G1, 25/05/2018, s.p.), e segue alegando que todas as providências teriam sido tomadas, todas as forças policiais foram acionadas para apurar as causas, o governador deixou seus compromissos para estar mais próximo ao fato, isto é, os adolescentes causaram a própria morte e, ainda assim, todo o Estado, enquanto instituição, se movimentou para conter os “danos”.

A segunda nota inicia com a afirmação de que não houve rebelião: “*O Governo de Goiás informa que não houve rebelião no centro de internação que abriga menores infratores no 7º Batalhão da Polícia Militar*” (G1, 27/05/2018, s.p.). A sequência da nota, como a primeira, reafirma a responsabilidade dos internos: “*trata-se de ato isolado, feito pelos próprios internos*” (G1, 27/05/2018, s.p.), indica o acionamento de investigações, afirma que os outros internos estavam em segurança, que os familiares teriam sido pronta e suficientemente atendidos e que valores altos em dinheiro estavam sendo investidos para construir mais centros de internação. Mais ainda: que aquele local do incêndio estava em perfeitas e legais condições de uso.

Assim, o que é possível observar nas notas é um discurso paternalista, que tem por objetivo tranquilizar os leitores e isentar o Estado, representando-o como um agente que movimenta todas as forças – humanas e financeiras – para sanar os problemas causados por uma outra instância que não é ele.

Figueiró, Minchoni e Silva Figueiró (2013, p.223), ao discutir sobre a influência da mídia na construção do sujeito adolescente infrator, afirmam que

[...] a temática dos adolescentes em conflito com a lei vem sendo debatida sistematicamente, nos dias de hoje, nesses veículos de comunicação. Assim, dentre os diversos atores que participam desse debate, a mídia se coloca como importante ator desse processo, produzindo discursos específicos sobre esse problema, colaborando com a construção de um determinado modo de compreender esse e outros fenômenos.

Segundo os autores supracitados, a mídia não só veicula opiniões, mas é capaz de produzir modos de existência. Conforme Foucault (1995, p.240), as relações de comunicação interferem nas relações sociais, já que induzem efeitos de poder, “sem dúvida, comunicar é sempre uma forma de agir sobre o outro ou os outros. Porém, a produção e a circulação de elementos significantes podem perfeitamente ter por objetivo ou por consequências efeitos de poder”. Assim, a comunicação jornalística recobre e fortalece um sistema de poder, e é por outro lado constituído a partir dele. É

necessário, para entender o funcionamento do discurso jornalístico, ter em conta que ele está inserido nessas relações de poder e é uma das formas de tensionamento que implicam na construção do sujeito.

Nesse movimento de forças, as notícias mais recorrentes mantêm o discurso alinhado ao posicionamento das instituições envolvidas no caso, isentando o Estado das responsabilidades e culpando os adolescentes sobre a causa do incêndio. Se forem delinquentes e/ou criminosos, o incêndio também o é, pois, a repetição de enunciados segue essa lógica. Os enunciados produzem o acontecimento, os discursos e a objetivação dos jovens como culpados.

No próximo capítulo, observo outros *sites* de notícias, os quais mostram o acontecimento pelo viés contrário. Descrevem os atos infracionais cometidos, mas não enfocam na criminalização dos sujeitos; apontam, porém, para a negligência do Estado, trazem o sentimento de revolta das famílias e o sofrimento pela perda do filho/neto/irmão.

CAPÍTULO 3

As vozes infames e os encontros com o poder

Neste capítulo, analiso as reportagens da *Ponte*, mídia jornalística independente e não tradicional, que faz aparecer discursos com teor de denúncia mais contundente, e as coberturas do jornal *El País* feitas no ano de 2019. As notícias serão descritas e analisadas utilizando Orlandi (2015) como base, sobretudo em suas reflexões sobre silêncio e discurso, para discorrer sobre como os sujeitos adolescentes foram silenciados em algumas das reportagens. Tomarei Foucault (1995, 2003) para pensar nos sujeitos silenciados e nos mecanismos de sujeição aos quais se submetem/são submetidos. Com Gregolin (2007) trago algumas reflexões sobre mídia e construção de memória, adotando para esse fim o recurso das séries enunciativas.

3.1 O silenciamento dos sujeitos vítimas do incêndio e suas vidas infames

Em seus estudos sobre silêncio, Orlandi (2015) aborda essa questão pela perspectiva da Análise do Discurso, reunindo em suas bases teóricas tanto as teorias de Foucault quanto as de Pêcheux e Courtine, ou seja, a autora reúne diversos pensadores da linguagem e do discurso para refletir não apenas que existe “silêncio nas palavras” (ORLANDI, 2015, p.12), mas na dimensão de produção de sentidos daquilo que não é dito. Para isso, a pesquisadora reflete, entre outros materiais, sobre a censura do período ditatorial do Brasil e as produções musicais do período, naquilo que não era dito, mas que estava ali, construindo efeitos de sentido. Tomarei algumas de suas reflexões para pensar a dimensão da palavra escrita e não escrita, do sujeito falado e do sujeito não falado, daquilo que é enunciado e daquilo que não é.

Para pensar a partir das ponderações de Orlandi, é importante ressaltar que a autora não entende o silêncio somente como um efeito passivo e negativo da linguagem, como aquilo que foi negado ao discurso, que não foi dito. Sua perspectiva ultrapassa a noção de sentido implícito e, por outro lado, ela não nega que exista uma “dimensão do silêncio que o remete ao caráter de incompletude da linguagem” (ORLANDI, 2015, p.12), de modo que todo dito está irremediavelmente em conexão com o não dito. Assim, aquilo que é exterior à linguagem não é o “nada”, mas está repleto de significados. O silêncio não aguarda o irromper das palavras para significar; ele é definido como uma “força corrosiva que faz significar em outros lugares o que não ‘vinga’ em um lugar determinado” (ORLANDI, 2015, p.13 – aspeamento da autora).

Não é que o silêncio habita onde não existam palavras. O modo de Orlandi perceber essa noção está na via contrária. A autora não parte das palavras para o silêncio, como se partisse do que “tem” para o que “não tem”; para ela, “há silêncio nas palavras, [...] elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio ‘fala’ por elas, elas silenciam” (ORLANDI, 2015, p. 14 – aspeamento da autora). Seguindo essa percepção, entende que nossa relação com as palavras se alarga.

Por outro lado, o silêncio é fundante da linguagem. Parte-se não das palavras para o silêncio, mas do silêncio para a linguagem, já que ele amplia as possibilidades de sentido dentro da linguagem. Para compreender melhor o que é o silêncio, Orlandi elenca aquilo que ele não é: ele não é o nada, não é o vazio, não é o tudo nem o abismo da linguagem, não é algum tipo de complemento das palavras, já que ele é completo em significação. Essa significação não é independente de outras significações. Orlandi (2015, p.24) afirma:

Ele é, sim, a possibilidade, para o sujeito, de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do ‘um’ com o ‘múltiplo’, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa (aspeamentos da autora).

Por isso, a pesquisadora distingue o silêncio de dois modos: primeiro, como “o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras e dá espaço de recuo significante” (ORLANDI, 2015, p.24). Além desse, há o que ela considera uma política do silêncio, que se subdivide no silêncio constitutivo, que indica que para dizer é preciso não dizer, e o silêncio local da censura. Para a autora, é possível estar no sentido de modo distinto, dependendo se este sentido é construído com palavras ou pelo silêncio. Mais que delimitação dos sentidos, a linguagem – e nela está compreendido o silêncio – constitui o sujeito.

Nossa sociedade, afirma Orlandi, não destinou um lugar de destaque à reflexão sobre o silêncio. O que não retira dele seus aspectos culturais, políticos e históricos, que podem ser desdobrados e observados desde composições musicais até na contemplação entre seres humanos. A autora relembra observações de contatos entre indígenas e brancos para afirmar que “há uma relação fundamental (fundadora) entre homem e o silêncio, em face da significação” (ORLANDI, 2015, p.40).

Feita uma reflexão sobre a importância do silêncio na linguagem, na constituição do sujeito e do sentido, questiono-me como observá-lo e, principalmente, como observá-lo no *corpus* desta pesquisa, seguindo esses princípios?

Para responder à pergunta de como se observa o silêncio, a pesquisadora escreve que não devemos analisar marcas formais, mas as fissuras, as falhas, as rupturas. Outra informação que a autora expõe em seu texto é que o silêncio coloca o sujeito em relação com o Outro, um Outro opaco e contraditório. Contudo, a não representatividade estabelece limites à interpretação.

Diríamos que o silêncio não é interpretável, mas compreensível. Compreender o silêncio é explicitar o modo pelo qual ele significa. Compreender o silêncio não é, pois, atribuir-lhe um sentido metafórico em sua relação com o dizer ('traduzir o silêncio em palavras'), mas conhecer os processos de significação que ele põe em jogo. Conhecer os seus modos de significar. (ORLANDI, 2015, p.50 – aspeamento da autora).

Da mesma maneira que observamos o poder pela perspectiva foucaultiana – não como algo apenas negativo, mas também produtivo –, na perspectiva de Orlandi, o silêncio não ocupa o espaço do negativo, no sentido do não pronunciado. Ele é produtivo, como dito, do sentido e do sujeito, de forma que

[...] dizer e calar andam juntos. Há, pois, uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma de não calar, mas de fazer dizer 'uma' coisa, para não deixar dizer 'outras'. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Essa é sua dimensão política. (ORLANDI, 2015 p.53 – aspeamentos da autora).

Ela acrescenta que, quando observamos o silêncio em sua relação com a linguagem, estamos a tratar do silêncio fundante; quando o delimitamos por questões políticas, nesse caso pensamos o silêncio no limiar da formulação de sentidos. “A política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz” (ORLANDI, 2015, p.73), ainda assim a análise não se torna menos complexa, mesmo em vista dessas afirmações, visto que não é possível simplesmente preencher o silêncio com palavras.

Faço meu percurso em paralelo ao percurso da autora, que, após discorrer sobre o tema, debruça-se sobre o silenciamento político exercido no período ditatorial; ela observa o que o silêncio significava nas letras de música, produzidas como forma de resistência, no período. No meu caso, trago para a análise, neste momento, reportagens que tratam sobre o incêndio no Centro de Internação em Goiânia. Quatro das reportagens são do *site G1* e recuperam alguns fatos em ordem cronológica e a outra é do *site Ponte*, que não aborda apenas a narrativa do dia do incêndio, mas entrevista os familiares de todos os adolescentes mortos.

Em diálogo também com Gregolin (2007), direciono a discussão sobre o que é ou não dito no campo do jornalismo. Em análise baseada nos estudos foucaultianos, a autora toma o

discurso como “prática social, historicamente determinada, que constitui os sujeitos e os objetos” (GREGOLIN, 2007, p.13). Alega que o analista do discurso deve observar as redes de memória em que se inscreve o discurso, para perceber as relações entre práticas discursivas e produções de identidades. Para ela, é importante observar a circulação dos enunciados e como eles se articulam com a história e a memória, de modo a notar a posição de sujeito neles marcada.

Procuro articular Gregolin (2007, p.15) dentro do debate sobre o silêncio, tomando sua alegação de que o “silenciamento e exposição são duas estratégias que controlam os sentidos e as verdades” nos discursos. Decorre dessas relações a produção de verdades, que ocorre a partir dos discursos nessa associação entre dizer ou não dizer algo, assim, “analisar discursos significa tentar compreender a maneira como as verdades são produzidas e enunciadas” (GREGOLIN, 2007, p.15). Ao observar as práticas dentro do momento histórico em que ocorrem, serão identificados os efeitos discursivos dessas relações.

Gregolin (2007) afirma que a mídia, principalmente na atualidade, cria uma tensão entre a memória e o esquecimento. É essa tensão que constitui a historicidade que atravessa os sujeitos, modelando a identidade histórica que cria elos entre o passado e o presente. Lembrar e esquecer contribui para a formatação da interpretação contemporânea, pela emergência de imagens que são, a todo tempo, recolocadas em circulação, o que contribui também para a criação e fortalecimento das identidades.

Esse efeito de ‘história ao vivo’ é produzido pela instantaneidade da mídia, que interpela incessantemente o leitor através de textos verbais e não-verbais, compondo o movimento da história presente por meio da resignificação de imagens e palavras enraizadas no passado. (GREGOLIN, 2007, p.16).

Esse movimento de interpretação retoma enunciados e imagens histórica e socialmente criados e os recoloca no bojo das relações, o que pode ocasionar ora deslocamentos, ora afirmação de identidades. Algo que contribui para a construção de identidades é justamente aquilo que Gregolin (2007, p.17) designa como *mitos*, que seriam modelos socialmente difundidos e impostos “por processos de imitação e formas ritualizadas. Esses modelos de identidades são socialmente úteis, pois estabelecem paradigmas, estereótipos, maneiras de agir e pensar que simbolicamente inserem o sujeito na ‘comunidade imaginada’” (aspeamento da autora).

As imagens criadas, ao circularem, generalizam modelos e operam como um dispositivo de “etiquetagem e de disciplinamento do corpo social” (GREGOLIN, 2007, p.18). Entre os operadores dessa movimentação, está a mídia e todas as suas técnicas, entre elas as reportagens,

entrevistas e depoimentos, que “operam um jogo no qual se constituem identidades baseadas na regulamentação de saberes sobre o uso que as pessoas devem fazer de seu corpo, de sua alma, de sua vida” (GREGOLIN, 2007, p.18). O que ocorre é a delimitação de lugares simbólicos que serão ocupados por cada sujeito envolvido nas diversas teias de relações sociais e discursivas.

Em uma argumentação próxima da de Gregolin (2007), os pesquisadores Figueiró, Minchoni e Silva Figueiró (2013) alegam que a mídia não apenas veicula, mas produz ideias que contribuem para a delimitação de modos de existência e de compreensão da realidade, e isso ocorre, entre outros motivos, porque faz com que os sujeitos leitores/telespectadores recebam e retransmitam as significações sem refletir sobre elas. Eles citam os casos de canais midiáticos que atuam de modo a culpabilizar e estigmatizar adolescentes suspeitos de cometer atos infracionais, e afirmam que:

[N]o caso da veiculação de notícias sobre os adolescentes em conflito com a lei, a mídia tem produzido violações de direitos aos mesmos, bem como possibilitado a criação de um espaço produtor de violações também por parte dos telespectadores, ao realizarem comentários discriminatórios direcionados aos adolescentes. (FIGUEIRÓ; MINCHONI; SILVA FIGUEIRÓ, 2013, p.226).

Os autores se referem especificamente a programas policiais, dentre os quais não estão incluídos aqueles materiais que analiso nesta dissertação. Contudo, a circulação de enunciados que classificam os adolescentes como sujeitos “índignos” contribui para a delimitação do lugar desses sujeitos como “culpados”, o que pode ser realçado nos comentários das reportagens analisadas em capítulos anteriores, neste e no próximo.

Não desejo comparar as notícias reunidas por Figueiró, Minchoni e Silva Figueiró (2013) e os textos coletados por Foucault (2003), conforme veremos a seguir, aos que nesse momento analiso. Não se trata dos mesmos documentos, da mesma época, dos mesmos olhos que leem. Ocupo-me de, minimamente, comparar os sujeitos inscritos nesses relatos, na tentativa de compreender como aquilo que é escrito/falado sobre os sujeitos os constrói, os atravessa, e também me atravessa enquanto leitora. Tento entender como somos influenciados pelo processo de narração de um fato e de descrição de um sujeito, personagem desse fato. Como essas descrições massificam no imaginário de uma sociedade modelos de cidadãos, de criminosos, de honrados e desonrados. Como alguns personagens das nossas narrações diárias ganham ou perdem contornos mais ou menos reluzentes, mais ou menos cinzentos, mais ou menos opacos.

Ao longo de sua trajetória de pesquisas, Foucault estudou e se dedicou a temas até então inabituais em seu tempo. O destaque recai sobre o modo de olhar sobre esses objetos, demonstrando que eles têm história, ou seja, não são naturais, mas frutos de estratégias discursivas e políticas que os fabricaram. Nesse sentido, o filósofo perseguiu a reflexão e o desnudamento das vidas de sujeitos silenciados, apagados socialmente e vistos como marginais. Em “A vida dos homens infames” (2003) – introdução de uma publicação em que reúne compilações de fragmentos encontrados inicialmente na Biblioteca Nacional da França, os quais tratavam de breves descrições e notícias sobre sujeitos que podem ser classificados hoje como marginalizados –, ele destaca a importância da antologia dessas existências. Nesse texto, ele relata como encontrou e se ocupou de fazer o levantamento do material, e revela suas motivações ao realizar esse trabalho. Ele salienta a brevidade e a intensidade das referências, e as compara a poemas, pela força com que tais fragmentos o tocaram, se referindo à via desses sujeitos como “existências-relâmpago” ou “poemas-vidas” (FOUCAULT, 2003, p.205).

O autor elenca seus critérios para a compilação e, entre eles, está a necessidade de que fossem relatos breves e efetivamente criados a respeito de vidas “obscuras e desventuradas” e cuja leitura produzisse “um certo efeito misto de beleza e terror” (FOUCAULT, 2003, p.205). Tratavam-se de “existências destinadas a passar sem deixar rastro” (FOUCAULT, 2003, p.207), mas que tivessem algo em suas vidas digno de ser contado; sujeitos comuns atravessados por algo que escandalizasse, seja movendo a misericórdia ou o espanto de quem chegasse a conhecer sua história.

A importância do que foi escrito a respeito desses sujeitos é destacada pelo autor, e o quanto esses escritos impactaram suas vidas:

[...] vidas reais foram ‘desempenhadas’ nestas poucas frases; [...] sua liberdade, sua infelicidade, com frequência sua morte, em todo caso seus destinos foram, ali, ao menos em parte, decididos. Esses discursos realmente atravessaram vidas; essas existências foram efetivamente riscadas e perdidas nessas palavras. (FOUCAULT, 2003, p.207).

O autor salienta que aquilo que retirou essas pessoas do anonimato, o que fez com que houvesse esse relato escrito de suas vidas foi justamente o encontro com o poder, o qual propiciou que as palavras ditas a respeito delas emergissem.

Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros [...] a partir do momento de seu contato com o poder. De modo que [...] só podemos balizá-las tomadas nas declamações, as parcialidades táticas, nas mentiras imperativas supostas nos jogos e nas relações com ele. (FOUCAULT, 2003, p.208).

O teórico percebe que esses sujeitos teriam passado sem existência histórica marcada, caso não tivessem sido tocados pelo poder, seja por terem sido por ele julgados ou por terem feito a ele alguma súplica, ou seja, de alguma forma esses sujeitos dialogaram com o poder. No Brasil, grupos minorizados, empobrecidos, aprisionados, entre outros, passam sua existência nas sombras, sem serem convocados a nenhuma participação mais ativa na sociedade, não são notícia, exceto quando algo trágico ou eleito como digno de ser contado ocorre. Não é possível afirmar que esses sujeitos teriam seu único registro em um confronto com o poder, seja na prisão ou em um julgamento. E nesses casos, em geral, os grupos midiáticos atuam como os propagadores dos relatos.

Ainda observando o texto de Foucault, noto que acentua que os fragmentos por ele estudados podem tomar a forma de lenda, no sentido de que uma lenda tem aspectos de real e de imaginário. E, mesmo que tudo o que foi coletado tenha de fato ocorrido, é tomado por tamanho prodígio que isso absorve a aparência de irreal. Outro detalhe é que nada resta dessas vidas, além dessas palavras que o poder faz emergir; são elas que dão a nós informação da existência desses indivíduos.

Nossa sociedade – em certos aspectos diferente daquelas sobre as quais Foucault pesquisava, nomeava, arquivava – enumera um grande quantitativo de pessoas, de modo que em algum arquivo – seja ele hospitalar, civil, escolar – é possível encontrar alguma referência a boa parte da população brasileira. Porém, há que se perguntar se apenas o registro civil (certidão de nascimento, certidão de casamento, certidão de óbito), a numeração de Cadastro Pessoa Física (CPF) e/ou a carteira de trabalho são suficientes para dar existência aos sujeitos de hoje. O registro no cartório e/ou na Receita Federal faz de alguém um sujeito? Confere-lhe identidade, e, principalmente, a dignidade própria de cidadão? O quanto as circunstâncias de sua vida e de sua morte, bem como seu lugar na cadeia de possibilidades, determinam sua existência?

Em geral, as relações com o poder é que irão delimitar o grau de importância dos sujeitos nas sociedades. Não importa se eles estão listados nos documentos do século passado, iguais aos coletados por Foucault, ou entre mortos em um incêndio no interior do Brasil.

Afinal não é um dos traços fundamentais de nossa sociedade o fato de que nela o destino tome a força da relação com o poder, da luta com ou contra ele? O ponto mais intenso das vidas, aquele que concentra suas energias, é bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças ou escapar de suas armadilhas. (FOUCAULT, 2003, p.208).

No caso dos adolescentes mortos em Goiânia, eles foram tocados pelo poder quando foram “internados” e quando morreram, o que reforçou a condição de delinquência e o racismo de Estado enquanto o lado humano foi apagado. Foucault se refere ao registro de embates como esses e ao fato de serem produzidos como “lendas negras”, pelo motivo de serem sujeitos do obscuro, vidas não preciosas e não reluzentes a ocuparem os escritos em oposição ao que figura como mais usual, que é registrar os feitos e fatos das vidas de sujeitos ilustres, grandes nomes que realizaram atos memoráveis. “Durante muito tempo só os gestos dos grandes mereceram ser ditos sem escárnio” (FOUCAULT, 2003, p.216). Não é usual que pessoas “insignificantes” ocupem espaço de destaque nas bibliotecas ou nas mídias, quando muito são estas reduzidas a pequenos fragmentos, como os textos coletados por Foucault, a não ser quando essa exposição rende publicidade em anúncios, *likes* ou outras formas de visibilidades – em certos casos à custa de muito sensacionalismo.

São textos nos quais são descritas suas mazelas, queixas, crimes e desalinhamentos com os costumes de seu tempo, ou, como alguns dos textos nesta pesquisa reunidos, a descrição de fatos ocorridos, dos quais algumas existências faziam parte. “Vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las” (FOUCAULT, 2003, p.210). Aniquilação e apagamento seja em situação de pobreza, escárnio, descuido, aprisionamento, más condições de vida e saúde, sem os direitos básicos garantidos; ou, em face da morte, tomados, mesmo que sem dizer, como indignos de choro e justiça. Contudo, sujeitos que passam, como afirma Foucault (2003, p.213), do “cotidiano para o discurso”.

O que, senão a morte, e a morte violenta e trágica, levaria a mãe de interno de Centro de Internação para adolescentes em conflito com a lei a ocupar espaço em um dos jornais mais importantes do país? É possível trazer para a análise das reportagens sobre a morte dos adolescentes em Goiânia o que considera Foucault (2003), quando alega que o único registro que se tem daquelas vidas está resumido naquela massa de documentos? Quando deixam de marcar a existência daqueles jovens, além de seus corpos carbonizados, os reduzem a esse pequeno traço, são os “mini criminosos” mortos em mais uma das diversas notícias do dia? Passo, agora, às reportagens propriamente ditas, onde tento vislumbrar elementos levantados nesses questionamentos.

3.2 As reportagens dos sites *Ponte* e *El País*

Observo, neste tópico, um grupo de notícias que apresentou o incêndio e seus desdobramentos a partir do olhar dos familiares das vítimas e analiso como isso determinou a construção de memórias sobre os adolescentes.

O jornal *Ponte* publicou, no dia 29 de julho de 2018, uma longa reportagem, não sobre o fato ocorrido no Centro de Internação, mas sobre os sujeitos vítimas e suas famílias, como indica o título:

A história dos 10 adolescentes queimados vivos em Goiás.

O mote da matéria é ainda mais delimitado no subtítulo, que anuncia:

Dois meses depois de incêndio, conheça a história dos jovens mortos no Centro de Internação Provisória, instalado no 7º Batalhão da Polícia Militar de Goiás.

A reportagem declara que contará as histórias, ou seja, irá apresentar quem são os jovens, como viviam e quais motivos os levaram à internação. São descritos, já nas primeiras linhas, aspectos relativos à superlotação do local e afirma-se terem sido ouvidos diversos especialistas e testemunhas, que inclusive têm seus depoimentos transcritos no texto. Contudo, a ênfase na história dos adolescentes é o objetivo da matéria, conforme é comunicado ao leitor nos trechos: “a proposta é contar ao leitor que, muito além dos atos infracionais, existe uma história por trás de cada morto sob a tutela do Estado no Alojamento 1, da ala ‘A’ do CIP” e “a proposta de uma reportagem que humanize os adolescentes é, prioritariamente, diagnosticar um dos mais ineficazes dispositivos que evitaria a violência em Goiás: o sistema socioeducativo” (*Ponte*, 29/07/2018, s.p.).

Enquanto as reportagens do meio tradicional acionam vozes díspares que até se contrapõem, ainda que se dê, como verificado, especial atenção àquelas investidas de autoridades institucionais, reproduzem um discurso no qual o jornal se apresenta como difusor de informações que ouve todas as partes; portanto, neutro e, se neutro, digno de crédito. Por outro lado, a reportagem da *Ponte* delimita, desde a manchete, sua posição e aquilo que defende. Em contraposição aos modos como os jornais tradicionais delimitaram os adolescentes enquanto autores do incêndio, esta reportagem – ao enunciar sobre o que teria causado o incêndio, ou sobre o fato de os adolescentes terem-no causado – informa:

Segundo a **versão oficial**, os jovens **teriam** ateado fogo em um pedaço de colchão. (*Ponte*, 29/07/2018, s.p. – grifos meus).

Qual a importância do verbo “teriam” e como ele inscreve de modo diferente os sujeitos na ação? As reportagens observadas no capítulo anterior expressam como inquestionável a ação dos jovens que “atearam fogo”, ao passo que deixam aberta a possibilidade de os agentes terem sido negligentes. Isto é, a reportagem afirma que os jovens atearam fogo em si mesmos, e, quanto aos agentes, o texto declara, pela sua construção, que talvez eles tenham sido negligentes.

No *site* da *Ponte*, os sujeitos são retratados como jovens – indivíduos com perspectivas, possibilidades, motivações, sonhos e futuro, diferentemente do viés adotado pelos jornais tradicionais. Em seguida, a reportagem descreve e transcreve os relatos dos familiares dos adolescentes, além de alguns funcionários, de mães de outros internos do CIP e de pesquisadores. Sem romantizar a situação dos internos, a matéria tampouco os apaga ou minimiza os atos que os levaram àquela situação. Os atos infracionais cometidos pelos filhos ou irmãos contidos nas declarações das pessoas entrevistadas são acompanhados de descrições das casas das famílias, de objetos e recordações, da percepção do jornalista sobre o ambiente e de imagens recolhidas nos locais. Segue um trecho:

[...] elas contaram quem eram os filhos antes e depois de entrarem para a vida do crime. Como muitos deles cederam, a rotina em uma unidade de cumprimento de medida socioeducativa em regime fechado e a dor de enterrar filhos em caixões lacrados. (*Ponte*, 29/07/2018, s.p. – grifos meus).

Na sequência, elenco enunciados que se destacaram na reportagem, conforme as séries anunciativas adotadas. A primeira é a **tragédia**:

- O incêndio incinerou o futuro de jovens
- [...] na maior tragédia da história do socioeducativo goiano
- [...] uma tragédia anunciada
- Até hoje não se recuperou (outro interno do CIP)
- [...] as chamas ferozes que engoliram o alojamento
- “O que eles devolveram não era meu filho. Eles me devolveram um corpo carbonizado. Eles não me devolveram.”
- “Meu filho foi cumprir medida socioeducativa, não foi ali para morrer.”
- “Eles mataram meu filho como um cachorro e não aceitaria enterrá-lo como cachorro.”
- [...] mas ele não podia ter sido assassinado assim.

O primeiro grupo de enunciados destacados deste texto jornalístico diz respeito ao aspecto trágico do incêndio. São termos que interpelam o acontecimento como algo importante e terrível, que se cruza com enunciados do discurso familiar de luto e perda, sendo a segunda série anunciativa o **sofrimento familiar**:

- [...] misturou veneno e remédios em um copo. Queria descontar em si mesma a sina de ter o filho, Wallace Feliciano Martins, 18 anos, queimado vivo.
- [...] não come mais, emagrece a cada dia
- Josi ainda tem dificuldades para falar sobre a tragédia.
- Tá pesado seguir com a certeza de nunca mais ver meu filho. Ele era meu tudo.
- “Foi a única coisa que restou do meu irmão. ”
- [...] não consegue responder à pergunta do que vai fazer da vida
- “Sobrevivo a base de remédios”
- “Fico tentando não imaginar como foi a dor que ele sentiu, como ele reagiu ao fogo. Mas ainda dói muito. Todos os momentos, toda hora eu fico pensando nele”
- Ele não vai mais me dar um abraço
- Abraço. É a palavra que faz Carla chorar.
- Como eles deixaram os meninos queimarem daquele jeito? Eles mataram nossos filhos!

Outro destaque do texto, e no qual ele se difere dos analisados anteriormente, é o fato de abranger as questões sociais das famílias e dos adolescentes, observando o entrelaçamento de diversas forças de objetividade e subjetividade que atravessam as vidas desses sujeitos. Eis a terceira série anunciativa, que são as **questões sociais**:

- Muitos dos jovens são órfãos – de pais vivos ou mortos –, seduzidos por facções criminosas e coagidos por policiais corruptos que ocupam as periferias de Goiânia e Região Metropolitana
- “Minha mãe morreu assassinada, meu irmão morreu queimado”.
- Acostumado a passar fome, a ver homens cortando água e luz por falta de pagamento
- A mãe saiu de casa. Foi morar na rua.
- “Mas o senhor não é santo, né, pai? Batia na minha mãe”. Ele não nega. “Batia”.
- Cresceu na seca, na fome e, em toda história que conta utiliza o verbo “trabalhar”. “Sempre repetia pro meu filho que pobre tem que viver a palavra trabalho”.
- Ainda era uma criança quando fugiu da polícia pela primeira vez. (relato da fuga de uma ocupação feita por famílias sem teto expulsas pelo Estado)
- Um câncer de mama. Não demorou e ela morreu.
- Damiana foi abandonada pelo pai das crianças
- Daniel tinha o sonho de ter tido o pai por perto. Um pai presente.

As vidas de todos os sujeitos vítimas das chamadas, bem como de suas famílias estão conectadas por diversas singularidades: a pobreza, o abandono parental, a seca e a migração. Sujeitos que não tiveram experiência de proteção social, mesmo nas necessidades mais básicas, e para os quais o Estado ocupou lugar de violentador. As mulheres são aquelas mais ouvidas na reportagem; elas relatam as dificuldades de encontrar empatia, mesmo em meio aos vizinhos ou conhecidos.

A terceira série anunciativa é a **estigmatização**:

- “Para a sociedade são menos dez bandidos”
- “Pode ser algo genético”, [...] sobre o jovem ter acabado na vida do crime. “Talvez tenha puxado a mãe.”

Esses corpos marcados pela pobreza e precariedade, e que também já eram alvo da violência ou negligência do Estado – seja por falta de moradia, assistência social e médica, desemprego e escassez – passam a sofrer violência ligada à condição de internos no regime em que eram conhecidos entre si como detentos. Como percebido nesta pesquisa, o adolescente em conflito com a lei não comete crime, mas ato infracional, não pode ser chamado de criminoso, detento ou mesmo de menor, contudo, entre si, eles se identificavam como detentos: “Chamo os meninos de lá de ‘detentos’” (Ponte, 29/07/2018, s.p.). Esse enunciado, dito por uma das irmãs de um dos jovens mortos e reproduzido na matéria, revela que os familiares se colocam na posição de familiar de um preso, não de um interno. Esse termo – “detento” – carrega toda a estigmatização e violência de uma prisão, diferente do que deveria ser um centro de internação dentro das normas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece, entre outras coisas, que é dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos internos.

A quarta série anunciativa é a **violência**:

- [...] pai do adolescente ter sido assassinado quando ele tinha 9 anos, a mãe teve o mesmo destino.
- Sem diagnóstico psiquiátrico, era um dos medicados no CIP para se acalmar.
- [...] jamais havia recebido visita da família.
- Quarto de Elias, onde constantemente era espancado por policiais
- Ele estava machucado, com hematomas nas pernas, nos braços, no pescoço e no queixo.
- Lá dentro é um inferno. Um inferno
- Eu nunca tinha visto meu filho chorar daquele jeito.
- [...] um colega de alojamento e um socioeducador o espancaram.
- [...] o cotidiano de repressão, castigos e regras ditadas pelos próprios adolescentes.
- Elizeu tinha hematomas em várias partes do corpo.
- “[...] já ficaram dois dias sem água até para beber”
- Estado de Goiás assume o risco de ter mais mortes de adolescentes ao modo da tragédia do 7º Batalhão.
- [...] os 30 conselheiros tutelares de Goiânia foram proibidos de entrar no CIP.
- “Do jeito que é não deveria nem existir. É um sistema que tortura. Uma tortura permanente.”
- Um Centro de internação em Goiás é pior que um centro de concentração

Outro ponto de destaque na matéria é o fato de enunciar, ou convidar os familiares a enunciarem sobre quem eram os adolescentes, se tinham como paixão o futebol, ou gostavam de origami, ou se alguns falavam em aprender violão, etc. É notável que as informações levantadas e veiculadas realçam a dimensão humana e subjetiva desses jovens.

Esse padrão de entrevista também pode ser observado na última reportagem selecionada sobre o tema, publicada no *site* do jornal *El País*, em 08 de julho de 2019, pouco mais de um ano após o incêndio. O título é:

Goiás reconhece responsabilidade na morte de 10 menores carbonizados.

Acompanhado do subtítulo:

Os jovens morreram após incêndio em centro socioeducativo tomar a cela onde estavam, em maio de 2018. Um ano depois, o Estado pagará indenização para as famílias. O EL PAÍS conversou com três das mães.

Na sequência, o texto inicia relatando o drama da mãe que ficou sabendo da morte do filho, ao receber uma foto de seu corpo carbonizado. No segundo parágrafo da matéria, o *site* faz menção à causa do incêndio da mesma maneira que a *Ponte*, usando os termos: “na versão oficial consta que os rapazes atearam fogo em um pedaço de colchão para depois jogá-lo no corredor do abrigo” (*El País*, 08/07/2019, s.p.). A inserção da expressão “versão oficial”, antes de anunciar que os jovens atearam fogo ao colchão, permite a continuidade, o desdobramento dos fatos e das investigações, ou a curiosidade de quem lê, já que a versão oficial não é a única versão. Nas primeiras linhas da reportagem, o leitor é informado de que foram os jovens que atearam o fogo pelo qual morreram, de acordo com uma dada versão. Além de ouvir as mães como fez a *Ponte*, o *El País* trouxe algumas respostas sobre o incêndio. Como já discutido, nas narrativas do *GI*, havia uma profusão – e uma confusão – de informações sobre a existência ou não de extintores, se houve ou não rebelião – negada veementemente pelo governo – de modo que estas questões não foram sanadas. Diversas autoridades foram ouvidas, muitas informações foram dadas, porém, muitas delas contraditórias, sem que houvesse, por exemplo, a informação sobre o motivo que levou os jovens a cometerem tal ato. Ao contrário do que ocorre no *GI*, a informação no *El País* é dada de maneira mais clara, sem acionar nenhuma autoridade – ou autoridades que se contradigam – nem usar termos como “teriam”. Além de aparecerem detalhes novos:

Era a forma de protestar pela transferência de alguns deles para outro centro socioeducativo. Para evitar que uma sufocante fumaça preta invadisse a cela, tamparam a grade com outros colchões. Foi quando o fogo tomou o local. (*El País*, 08/07/2019, s.p.).

Esse dado da narrativa ainda não havia sido informado nas diversas notícias anteriores. A reportagem informa que 13 servidores foram indiciados, mas que o processo foi arquivado pelo Ministério Público, por considerar que o local era

[...] inapropriado para a internação dos adolescentes e que não havia equipamentos de combate ao incêndio. A juíza que confirmou o arquivamento disse que o resultado negativo deveu-se a circunstâncias alheias à sua vontade e por fatos alheios à sua atuação. (*El País*, 08/07/2019, s.p.).

A notícia prossegue afirmando que um ano depois o Estado de Goiás reconheceu sua responsabilidade quanto ao acidente e assinou acordo para indenizar as famílias. Em seguida, transcreve as falas das mães, que são em alguns pontos similares às descritas na *Ponte*. Trago alguns detalhes que só foram determinados nessa reportagem, entre eles o que ocorreu naquela manhã, quais os motivos de os adolescentes terem causado o fogo. A resposta para essas questões está na voz de uma das mães entrevistadas:

Disseram que na noite anterior [ao incêndio] eles teriam feito algazarra. Eles tinham o costume de cantar, porque lá não tem televisão, só umas caixinhas de música para o lado de fora das celas. Então eles escutam música o dia inteiro e à noite a luz é apagada muito cedo. Disseram que **eles ficaram cantando boa parte da noite, e isso incomodou. Aí chamaram os meninos na coordenação e falaram que dois ou três seriam transferidos.** E os meninos não aceitaram e resolveram fazer um protesto. Atearam fogo num pedaço de espuma do colchão e jogaram pela grade, no corredor. Só que começou a entrar muita fumaça, então eles pegaram um colchão pra tentar tampar a grade. Dizem que esse fogo passou para o colchão, pegou em outros colchões e queimou todo mundo. (*El País*, 08/07/2019, s.p. – grifos meus).

Como em uma história, uma narrativa, havia, em tantas reportagens, várias vozes acionadas, diversas e controversas explicações sobre o que ocorreu após o fogo começar; havia uma lacuna – ao menos para mim – sobre o porquê de os internos protestarem ateando fogo ao colchão. A narração anterior funcionou como uma peça fundamental do quebra-cabeças, uma parte importante da narrativa. Eles reclamavam pelo direito de ouvir música e cantar, um traço de subjetividade em meio àquele mundo de silenciamento e negação. O que houve foi uma ação de resistência dentro da relação de poder imposta aos internos por meio das regras disciplinares do Centro de Internação.

A resistência é, também, um traço nos depoimentos das mães para o jornal *El País*. Os enunciados a seguir estão presentes na reportagem da *Ponte* e do *El País*:

- Quando você é pobre e vem de família pobre, então você não presta.
- Falou que vagabundo não era para ir à escola.
- [...] eles chegavam espancando meu filho quando ele estava dormindo! Eles estavam colocando meu filho na marginalidade. Não foi bandido, era a polícia que colocava.

Nas reportagens, as mulheres – mães, irmãs e avós – são aquelas que enunciam; elas relatam seu luto, sua dor e sua resistência. Para a *Ponte*, entre todos os familiares dos 10 mortos, dois homens faziam parte da vida mais próxima dos jovens, e deram declarações. Para o *El País*, três mães concederam entrevista. Existe marcação do feminino na dor, no luto e na resistência por esses mortos. Apenas um pai, cuja esposa havia morrido, protagonizou sozinho o relato. Elas contaram as histórias de seus filhos e irmãos, demonstrando sua humanidade, as

fraquezas e belezas de suas personalidades. Detalhes negados por outras narrativas, como os que seguem:

- Tinha vontade de fazer medicina. Era um menino muito doce, fazia comida.
- [...] cuidava dos irmãos para eu trabalhar. Era o mais velho e muito especial.
- Ele era apaixonado por música e dava aula de percussão. Amava grafite.

Os relatos sobre a vida pessoal, os gostos, os sonhos e as lembranças trazidas pelas mães e outros familiares e expressos nas reportagens denotam humanidade aos mortos, confere-lhes existência real, identidade e memória. Segundo Albuquerque Júnior (2007), recontar uma história – ou recontar a história – passou por mudanças quando indivíduos passaram a ser contados como agentes e não apenas como categoria que poderia ser contabilizada numericamente. Ele discute como a narrativa e o discurso incidem na construção dos objetos históricos, ou seja, o modo como fatos são narrados interfere na memória que a sociedade terá desses objetos, sujeitos e acontecimentos.

Frente a essa reflexão, questiono-me qual seria minha percepção sobre o fato, esse acontecimento discursivo, caso só tivesse tido contato com as reportagens dos *sites* tradicionais. Restaria em mim, enquanto leitora, enquanto goiana, alguma lembrança dos 10 meninos mortos no incêndio de maio de 2018? Somos acionados pelas narrativas, pelas histórias, pelos “causos”, pelo que se lê ou se vê, em representações artísticas e culturais, por tudo o que torna aquilo algo próximo e humano e não por cronologias.

Todos os recursos – como cronologias, depoimentos contrastantes e repetições – têm uma função dentro do discurso: transmitem a ideia de impessoalidade, imparcialidade e mesmo de uma exaustão de informações, pela quantidade de dados. Entretanto, não humanizam, não individualizam; pelo contrário, massificam, encobrem e silenciam os personagens das histórias, não narradas, mas cronometradas.

Albuquerque Júnior (2007) descreve uma historiografia que não conta com a pessoalidade na qual tudo é narrado de fora e do futuro. Nem aquilo que faço aqui nem aquilo que fazem as reportagens de jornais podem ser definidos como trabalho historiográfico; contudo, histórias são narradas, escolhas são feitas e memórias acionadas. Uma reportagem é um arquivo para a história, uma escolha de tema de dissertação é um modo de ler esse arquivo, de evocar essa história dentro de preceitos teóricos, claro, mas sempre partindo de subjetividades e atravessamentos. O autor escreve que “o arquivo, seja de textos, seja de objetos, é fruto de operações políticas e de sentidos” e completa que “somos nós que evidenciamos, colocamos em evidência dado evento ou conjunto de eventos, e, no mesmo ato,

esquecemos ou jogamos para os bastidores outros tantos acontecimentos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p.25).

Assim, quando cada uma das reportagens foi escrita e quando esta dissertação também está se materializando, esses movimentos aconteceram/acontecem e todos estão implicados pelas relações de poder visíveis no discurso. O estudioso supracitado alega que todo acontecimento é, no início, apenas inquietude e desconforto, e só começa a fazer sentido no momento em que é narrado. Ele insiste na importância do cultural e do simbólico para a existência de um evento histórico, afinal, são esses elementos que compõem as condições históricas dos discursos.

CAPÍTULO 4

A gestão da vida e da morte e o discurso jornalístico

Para amparar as problematizações que se seguem, discorro neste capítulo sobre biopolítica, necropolítica e racismo de Estado. Compreendo que a gestão da vida e da morte determina os modos como sujeitos que ocupam diferentes posições na sociedade são tomados como dignos de terem suas mortes lamentadas ou não. Essa diferenciação dos sujeitos que adquire corpo em ações e omissões por parte de instituições, e também nos discursos produzidos, passa, impreterivelmente, pelo racismo de Estado. Este racismo permeia todas as relações de uma sociedade e é a partir da percepção que ela imprime que os sujeitos são constituídos e construídos nos e pelos discursos.

4.1 Biopolítica e racismo de Estado

No livro *Em defesa da sociedade* (1999), Foucault questiona aquilo que soa um paradoxo no campo do pensamento político: a escolha de um soberano só ocorre na medida em que se teme pela vida. Assim, esse ente de autoridade só é aceito para defender a vida de um grupo ou uma comunidade: “É para poder viver que constituem o soberano” (FOUCAULT, 1999, p.287). Nesse sentido, o autor se pergunta se a vida não deveria ficar fora dos direitos do soberano, uma vez que ela é a premissa para que a ideia de um soberano seja posta em vigor; é para cuidar da vida dos súditos, em tese, que ele seria estabelecido.

O paradoxo é o fato de que este soberano possa “entrar em uma guerra e pedir aos seus súditos que tomem parte da defesa do Estado; sem ‘propor diretamente a sua morte’”, quando, fazendo isso, ele está expondo suas vidas e, nesse sentido, “exerce sobre eles um direito ‘indireto’ de vida e de morte” (FOUCAULT, 1988, p.127 – aspeamentos do autor). “Não deve a vida ficar fora do contrato na medida em que ela é que foi o motivo primordial, inicial e fundamental do contrato?” (FOUCAULT, 1999, p.288). O direito de morte sobre a vida do súdito, no fim das contas, de acordo com o pensamento do autor, estava sempre nas mãos do soberano. A vida – bem que se intencionava proteger – continuava sob risco de algum modo, já que, “em relação ao poder, o súdito não é de pleno direito, nem vivo nem morto. Ele é, do ponto de vista da vida e da morte, neutro, e é simplesmente por causa do soberano que o súdito tem direito de estar vivo ou tem direito, eventualmente, de estar morto” (FOUCAULT, 1999, p.286).

O soberano, nesse caso, exerce um poder assimétrico sobre a vida e a morte, pois é, na proporção em que pode retirar a vida, que ele exerce poder sobre ela. Foucault define essa relação de poder do soberano e do súdito considerando que o que existe nesse caso “não é o direito de fazer morrer ou de fazer viver. Nem é tampouco o direito de deixar viver e de deixar morrer. É o direito de fazer morrer ou de deixar viver” (1999, p.287). Outro modo de observar a fragilidade da vida desse súdito é pensar o confisco que o soberano poderia exigir. Todas as coisas poderiam ser tomadas por ele, de bens, dinheiro, do tempo à vida (FOUCAULT, 1988).

As técnicas e tecnologias de exercício do poder sofreram modificações a partir dos séculos XVII e XVIII, com o surgimento de procedimentos cujo alvo era o corpo. Esse “confisco” da vida dá lugar a um poder que se destina a produzir e promover a vida. Surge, assim, aquilo que Foucault chama de tecnologia disciplinar do trabalho:

[...] técnicas pelas quais se incumbiam desses corpos, tentavam aumentar-lhes a força útil através do exercício, do treinamento, etc. Eram igualmente técnicas de racionalização e de economia estrita de um poder que devia se exercer, da maneira menos onerosa possível, mediante todo um sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de escriturações, de relatórios. (1999, p.288).

Em *História da sexualidade I* (1988), Foucault explica que existem, desde o século XVII, duas formas principais de desenvolvimento do poder. Uma delas centrou-se no corpo enquanto máquina, para adestrá-lo, ampliar suas forças e aptidões, para que, ao mesmo tempo, esse corpo se torne dócil e útil. Ele define esses procedimentos como disciplinas anátomo-políticas (FOUCAULT, 1988).

Na segunda metade do século XVIII, essas técnicas de disciplina prévia são embutidas, integradas, de modo a construir uma nova técnica, que “não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes” (FOUCAULT, 1999, p.289). Essa nova técnica, diferente da primeira, que era aplicada ao corpo, se aplica agora à vida, ao homem, não enquanto ser individual, mas enquanto ser-espécie em seus processos biológicos. Se a disciplina prévia toma o homem para individualizá-lo, esta técnica o captura para massificá-lo, passando, então, da anátomo-política para a biopolítica. Foucault descreve essa transição da seguinte forma:

[...] a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são

próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. (1999, p.289).

Os objetos de saber dessas tecnologias são os processos de reprodução, natalidade, fecundidade, doenças, endemias, velhice, acidentes, anomalias e outros fenômenos que irão fazer com que a biopolítica instale sistemas de observação, monitoramento e intervenção, na passagem da metade para o fim do século XVIII. Além disso, surgiram preocupações com os problemas hidrográficos e geográficos – como os pântanos, por exemplo – e ainda a questão das cidades.

Ao trato com o corpo individual, soma-se, agora, o trato com o corpo coletivo, o corpo social. E é o fato de os indivíduos não serem mais sujeitos ao poder apenas como um corpo, mas como parte de um corpo social que irá implicar mudanças mais propositivas nas atuações desse biopoder. “Pode-se mesmo dizer que, na maioria dos casos, os mecanismos disciplinares de poder e os mecanismos regulamentadores de poder, os mecanismos disciplinares do corpo e os mecanismos regulamentadores da população, são articulados um com o outro” (FOUCAULT, 1999, p.299). Nessa perspectiva, se a saúde do corpo social está em jogo, é preciso que se privilegie o conjunto da sociedade, mesmo que, para isso, alguns integrantes do grupo, ou seja, alguma parte do corpo seja sacrificada em benefício do todo. A imagem de uma doença que deve ser extirpada ultrapassou as áreas médicas e as questões relacionadas à saúde pública para ser aplicada aos mecanismos de gestão social.

A biopolítica, segundo o autor, passou a lidar com a noção de população como problema político, científico, biológico e como problema de poder. É possível “falar de biopolítica para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (FOUCAULT, 1988, p.134).

Esse trato com a vida passará, inevitavelmente, por lidar não com os temas individuais, mas com questões gerais, que englobam a sociedade enquanto corpo social, mediante mecanismos globais, agindo “de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação” (FOUCAULT, 1999, p.294). Essa regulamentação passa a atuar sobre a vida, e o poder, que com o soberano “fazia morrer ou deixava viver”, agora opera de modo a regular, controlar e produzir a vida. Conforme Foucault (1999), o poder é cada vez menos o direito de tirar a vida, e cada vez mais o direito de intervir na maneira com que se vive. A biopolítica foi concebida pelo filósofo como o “fazer viver, deixar morrer”.

Cabe ressaltar que essa dinâmica de poder não substituiu a anterior, porém a recobriu. Dizendo de outro modo, o direito do soberano de “fazer morrer e deixar viver” não foi simplesmente substituído pelo direito do Estado clássico de fazer viver, já que ele não desapareceu, mas foi sobreposto. E assim como o direito do soberano colocava indiretamente a vida dos súditos em risco, mesmo sendo instituído para protegê-la, o biopoder pode, na pretensão de defesa ou manutenção da vida, provocar a morte. O poder, que se enuncia a serviço da vida, que exerceria positivamente uma força que gera vida, acaba por matar (FOUCAULT, 1988).

O autor usa os exemplos da bomba nuclear e da fabricação de vírus para exemplificar o nível máximo dessa possibilidade. Nações que, sob a justificativa de protegerem sua soberania, produzem armas capazes de causar destruição massiva à vida, ou ainda manipulam vírus potencialmente destrutivos. Elas são, para o estudioso, um paradoxo que o faz levantar várias questões: Se o biopoder se afasta do direito do soberano na medida em que se distancia do “fazer morrer”, avançando para o “fazer viver”,

Como um poder como este pode matar, se é verdade que se trata essencialmente de aumentar a vida, de prolongar sua duração, de multiplicar suas possibilidades, de desviar seus acidentes, ou então de compensar suas deficiências? Como, nessas condições, é possível, para um poder político, matar, reclamar a morte, pedir a morte, mandar matar, dar a ordem de matar, expor à morte não só seus inimigos, mas mesmo seus próprios cidadãos? Como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer? (FOUCAULT, 1999, p.304).

A partir dessas observações, Foucault desenvolve reflexões sobre racismo de Estado. Para o pensador, é impossível responder a questões como a incidência do poder sobre a vida e a morte sem abordar essa temática, pois, para ele, o aparecimento do biopoder fez com que surgisse esse tipo de racismo, sem o qual não seria possível o funcionamento do Estado moderno.

Na aula de 17 de março de 1976, Foucault desenvolve a seguinte reflexão: o racismo insere um corte na sociedade, uma divisão entre “quem deve viver e quem deve morrer. [...] Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder” (1999, p.304-305). Para ele, o racismo não surge nesse momento, evidentemente. Porém, é apenas nesse ponto histórico que passa a ter tal modo de funcionamento, o de entender uma parcela da população como uma mistura de raças, agir de modo a qualificar alguns grupos com inferiores ou superiores, bons ou maus, em uma lógica de funcionamento binário da sociedade.

Essas questões não estão pautadas apenas na cor da pele, etnia e nacionalidade, mas na hierarquia biológica dentro de uma mesma população, que justificaria o fato de alguns serem

eliminados em favor de uma suposta proteção do corpo social. A relação, nesse caso, não é militar ou política, entretanto biológica, pois

Quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo, mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar. A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), e o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura. (FOUCAULT, 1999, p.305).

O pensador acrescenta que o imperativo da morte dentro do biopoder não está baseado nos embates políticos, mas na eliminação de todo aquele que não se enquadra na norma que disciplina o corpo e regula a sociedade (FOUCAULT, 1999). E para que esse poder possa exercer o antigo direito soberano de morte, isso teria que passar pelo racismo, justificado pela norma. O autor completa que a morte desses indesejáveis não acontece necessariamente de modo direto, “mas também por tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.” (FOUCAULT, 1999, p.306).

Segundo o autor, as teorias darwinianas foram usadas no século XIX como base científica para pensar as relações entre nações e justificar guerras, o trato com criminosos e outros indesejáveis, que se tornariam um mal a ser eliminado, ou, ao menos, afastado do corpo social. Todas as vezes que “for preciso” matar pessoas ou mesmo populações e civilizações inteiras dentro do modelo do biopoder, isso será feito pautado em discursos evolucionistas e racistas (FOUCAULT, 1999). Esse modo de pensamento justificará não só o extermínio do estrangeiro, mas igualmente daqueles que, nesta visão, contaminam o grupo ou impeçam sua evolução e segurança.

É possível, então, afirmar que o modelo de pensamento moderno que considera necessário isolar ou matar um criminoso, o faz atravessado por um tipo de racismo darwiniano? O autor adianta uma explicação:

Em linhas gerais, o racismo, acho eu, *assegura a função de morte* na economia do biopoder, segundo o princípio de que a morte dos outros e o fortalecimento biológico da própria pessoa na medida em que ela é membro de uma raça ou de uma população, na medida em que se é elemento numa pluralidade unitária e viva. Vocês estão vendo que aí estamos, no fundo, muito longe de um racismo que seria, simples e tradicionalmente, desprezo ou ódio das raças umas pelas outras. Também estamos muito longe de um racismo que seria uma espécie de operação ideológica [...] A especificidade do racismo moderno, o que faz sua especificidade, não está ligado a mentalidades, a ideologias, a

mentiras do poder. Está ligado à técnica do poder, à tecnologia do poder. (FOUCAULT, 1999, p.308-309 – grifos meus).

A ideia de luta de raças não poder ser vista, no pensamento foucaultiano, apenas como embate entre nações, a fim de destruir a raça oponente; é também um sistema de purificação da própria raça, da própria sociedade, a partir dos exemplos por ele discutidos no curso citado. Foucault (1988) destaca que, em tese, a pena de morte para o criminoso deve-se à monstruosidade e incorrigibilidade desse indivíduo, o que poderia constituir não só um risco moral, mas um perigo biológico para o restante do corpo social.

Foucault (1988) pontua que o biopoder foi indispensável para o desenvolvimento do capitalismo, que necessitava de corpos controlados nos aparelhos de produção, além de ajustes da população aos processos econômicos. Era necessário majorar a vida, sem, contudo, permitir que os sujeitos se revoltassem, ou se recusassem a se sujeitar. Para isso, foram mantidos rudimentos de anátomo e de biopolítica e que estão ainda hoje presentes em instituições diversas, como a família, o exército, a escola, a polícia, a medicina – ou seja, todos os mecanismos de administração da comunidade –, que atuam, segundo o filósofo, não só como mantenedores das relações de produção, mas como agentes de “segregação e hierarquização social [...] garantido relações de dominação e efeitos de hegemonia” (FOUCAULT, 1988, p.132).

Outra consequência do desenvolvimento do biopoder é o valor investido na norma em forma de lei. Aos desviantes dessa lei/norma, pesam os riscos de serem capturados pelo sistema regulador. “Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade” (FOUCAULT, 1988, p.135), isto é, não é o soberano que exige a vida, a liberdade ou o afastamento do corpo do indivíduo, entretanto é o indivíduo que coloca sua vida e liberdade em xeque ao se afastar das normas e, automaticamente, se instituir enquanto um risco social. É ele, o indivíduo, quem se distancia da política do “fazer viver” para o domínio do “deixar morrer”, ou ainda do “fazer morrer”.

4.2 A necropolítica, o racismo, a prisão e a morte dos adolescentes

Mbembe (2018) parte das discussões de Foucault⁸ sobre o direito do soberano à vida do súdito, das pontuações sobre biopoder e das noções “fazer morrer, deixar viver” e “fazer viver,

⁸ Mbembe argumenta em seu texto que sua abordagem é baseada na crítica de Foucault à noção de soberania e sua relação com a guerra e o biopoder no livro *Em defesa da sociedade*, curso ministrado no Collège de France entre 1975 e 1976. As pesquisas de Foucault findaram em 1984, ano de sua morte.

deixar morrer” para discutir as políticas de morte. Para ele, a maior expressão de soberania está assentada “no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018, p.5). Esse filósofo se dedica a pensar o Estado não como um garantidor da vida, mas como um gestor da morte, um poder que faz morrer ou que expõe à morte. Nesse aspecto, o Estado necropolítico se diferencia do Estado biopolítico na medida em que, mesmo que um grupo ou uma parte da população seja deixado(a) para morrer, a biopolítica norteia suas ações para garantir a vida – ainda que não seja de todos. Já o Estado necropolítico somente se articula, se movimenta e efetivamente existe na produção de morte. Mbembe parte das questões:

Mas sob quais condições práticas se exerce o direito de matar, deixar viver ou expor à morte? Quem é o sujeito dessa lei? O que a implementação de tal direito nos diz sobre a pessoa que é, portanto, condenada à morte e sobre a relação antagônica que coloca essa pessoa contra seu ou sua assassino/a? [...] Se consideramos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou massacrado)? Como eles estão inscritos na ordem do poder? (2018, p.6).

O autor também se interroga até que ponto a noção de biopoder é capaz de fazer compreender as relações contemporâneas em que o poder político investe sobre seus inimigos com punções de morte. Para isso, ele utiliza as noções de soberania, estado de exceção e estado de sítio, reflexões feitas com base nas perspectivas de Arendt (2012) e Agamben (2015).

Sua preocupação central foi com “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2018, p.10), que seriam as formas de soberania e relação política que ainda vivemos. Ele argumenta que a biopolítica de Foucault funciona basicamente como uma divisão que trata daqueles que devem morrer e daqueles que devem viver no campo biológico.

Dialogando com o conceito foucaultiano de racismo, Mbembe (2018) entende que o argumento da raça sempre foi usado nas sociedades ocidentais para atacar o inimigo, desumanizando-o, de modo que ele acredita ser justificável a afirmação de que o racismo exerça um lugar vital na racionalidade do biopoder. Para o autor, a soberania é basicamente a expressão do direito de matar, sustentada pelo estado de exceção e a relação de inimizade, pressuposto sob o qual se ampara o racismo.

Pensando a partir da noção de que o biopoder apenas se exerce sob estado de emergência, Mbembe afirma que o “poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, emergência e a uma noção ficcional do inimigo. Ele também trabalha para produzir semelhantes exceção, emergência e inimigo ficcional” (2018, p.17). O que significa dizer que é criado um inimigo, que não necessariamente seja de fato um

risco, para que se mantenha um estado de tensão e medo e justificar o extermínio de grupos ou até populações inteiras.

Pelo fato de se produzir um estado de medo, a criação e desumanização do inimigo e a justificativa de sua morte não é apenas motor do poder, por ação do Estado, mas é absorvido pela população naquilo que Mbembe (2018) trata da noção de sobrevivente. O sobrevivente é aquele que correu risco de morte, presenciou ou é consciente da morte de seus iguais, porém escapou e, nessa fuga da violência, eventualmente mata seus agressores. “Por isso, em grande medida, o grau mais baixo da sobrevivência é matar” (MBEMBE, 2018, p.62).

Para esta pesquisa, importa deslocar essa discussão para a realidade do Brasil na conjuntura atual. Se levarmos em conta que a sociedade brasileira é permeada pela questão da violência e que o medo do criminoso – difundido em grande parte pela mídia – é causa de inquietação, atravessado pela sensação de impunidade, será possível reconhecer as causas desse desprezo por essas vidas e o desejo por sua aniquilação. Se o criminoso é inimigo da sociedade, um perigo público, seu extermínio é percebido por ela como um problema a menos. Não há lamentos quando um delinquente morre, afinal, conforme discurso amplamente difundido em meio a parte da população brasileira, “bandido bom é bandido morto”.

Adolescentes em situação de conflito com a lei podem se enquadrar naquilo que afirma Foucault (1999) ao discutir a respeito do sujeito considerado como um perigo para os outros dentro de uma sociedade, que, por ser considerado um risco para o restante da população, pode ser legitimamente eliminado.

Completando esse raciocínio, Kwen (2016) relata que a fragilidade social torna os jovens suscetíveis à criminalidade e que a quantidade percentual de jovens e adolescentes envolvidos em crimes é pequena em comparação com adultos. Em crimes hediondos, como estupros, por exemplo, a prisão de jovens alcançou o número de 288 em 2015, enquanto a de adultos no mesmo período foi de 13.980. A maioria das infrações cometidas por jovens e adolescentes está, segundo Kwen (2016), ligada a furtos, ou seja, são crimes não violentos. O que o leva a considerar a conexão desses casos de criminalidade à desigualdade social. Além disso, estes jovens mais pobres, em comparação a jovens de classes mais altas, são presos mais vezes, por mais tempo e morrem mais.

Os estudos desse autor ainda dão conta de que existe um alto índice de mortalidade na faixa entre 18 e 20 anos e que isso está ligado à violência por parte do crime organizado e ao abandono por parte do Estado: a pobreza, a falta de serviços básicos como escola, transporte e o desemprego. O Estado está, por esta perspectiva, diretamente ligado à incidência de

adolescentes e jovens em delitos. A omissão deixa desprotegida a infância e a adolescência pobres no país, formadas, em sua maioria, por negros.

À revelia destas questões sociais, crianças e adolescentes em situação de conflito com a lei são tomados na sociedade como criminosos, danosos, desprezíveis, e, portanto, descartáveis, em uma lógica regulada pela distribuição e manutenção da vida pelo poder que “distribui os vivos em um domínio de valor e utilidade” (FOUCAULT, 1988, p.135). Para a proteção de um grupo, permite-se o massacre de outro, o que Foucault chama de racismo ou “genocídio sistemático dos outros” (1988, p.140). Esse genocídio não ocorre, necessariamente, com uma sentença, como dito, mas pode ocorrer com a ausência de um extintor, ou o não socorro (ou a demora do socorro) às vítimas de um incêndio, ou ainda com o arquivamento de um processo. Tal fato é indicado por Foucault, quando argumenta que “Vê-se aparecer na segunda metade do século XVIII a ideia de que o delinquente é o inimigo da sociedade inteira” (2003, p.71).

Partindo dessa constatação, é possível compreender discursos materializados em alguns comentários de leitores do *site GI*, como: “Foi suicídio”; “morreu foi pouco”, entre outros. Foucault foi incisivo em seus textos, ao decretar a falência do sistema penitenciário, que

[...] consiste em internar pessoas, sob uma fiscalização especial, em estabelecimento fechados, até que se emendem – isso é ao menos o que se supõe –, fracassou totalmente. [...] vivemos dentro de um sistema punitivo, é isso que se deve pôr em questão. A prisão, em si mesma, não é, senão, uma parte do sistema punitivo. (2003, p.66).

O estudioso ainda trata da estigmatização que sofre o apenado e que ela é também lugar de surgimento de revoltas (referindo-se a situações encontradas na segunda metade do século passado na França e em outros países europeus). Ele afirma que quem foi aprisionado sente dificuldade em retornar ao trabalho e à vida social. Essa situação pode ser igualmente percebida neste século e neste continente. Sobre isso, Cury (2019)⁹ diz que as pessoas não são presas para serem ressocializadas, ao serem separadas de suas famílias e colocadas em situação de subclasse de seres humanos. Ele alega, concordando com os autores já citados, que “em nenhum lugar do mundo aumentar o número de pessoas presas diminuiu o número de crimes praticados” (CURY, 2019, 46:59).

Continuando sua argumentação, Cury explica que, apesar de as cadeias não cumprirem o papel de ressocializar ou de diminuir os crimes, ela cumpre um papel social seletivo, um

⁹ Palestra ministrada por Thiago Luna Cury (do Núcleo de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo), no auditório da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, no I Seminário Internacional “Resistência dos familiares: do sofrimento à luta pelo fim das prisões”, ocorrido nos dias 4 e 5 de julho de 2019. Projeto realizado pela Amparar em parceria com o Fundo Brasil de Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-EfrG8j3C4&t=3834s>. Acesso em: 10 jul. 2020.

sistema de controle, com foco em uma classe social específica, “[e] essa seletividade, ela tem cor, ela tem classe social, e ela tem idade” (2019, 36:41). A estigmatização é algo que, segundo o palestrante, desumaniza tanto o apenado quanto a família e todos aqueles que fazem parte do mesmo grupo social, isto é, aqueles que estão no mesmo lugar social de onde vieram os presos são vistos como perigo para a sociedade, equiparados a uma subclasse tanto quanto os presos. O que legitima a retirada de direitos não só daqueles que estão presos, mas dos que estão soltos. “Isso tudo é legitimado por conta desse discurso de que os que estão presos são menos humanos que os outros” (CURY, 2019, 53:26).

Para este representante da defensoria pública, o sistema prisional precisa estigmatizar para existir. Sobre especificamente o adolescente em conflito com a lei, Alessio e Santos (2018, p.166) alegam que até mesmo os códigos anteriores ao Estatuto da Criança e do Adolescente sequer reconheciam o adolescente como ser em formação, patamar hoje afirmado, senão nas práticas ou nos discursos de alguns grupos, ao menos em lei.

A prisão, apesar de questionada, especialmente a que se ocupa de adolescentes, não perde seu poder de convencer a população de que é eficaz. Ainda que, segundo Foucault (2003), ela contribua, em realidade, para a manutenção de uma sociedade capitalista que necessita de um sistema punitivo que enquadre certos sujeitos. Concordando com Foucault, Borges (2019, p.86) acrescenta: “A sociedade é compelida a acreditar que o sistema de justiça criminal surge para garantir normas e leis que assegurarão segurança para seus indivíduos. Mas, na verdade, trata-se de um sistema que surge já com uma repressão que cria o alvo que intenta reprimir”. No Brasil, a mais importante área da segurança pública é a prisão ou centros de internação.

4.3 O incêndio no Centro de Internação em Goiânia e o incêndio no Ninho do Urubu

Em fevereiro de 2019, o país foi impactado com a notícia sobre um incêndio no Centro de Treinamento Presidente George Helal (conhecido como Ninho do Urubu), do time de futebol do Flamengo, localizado no bairro Vargem Grande, na cidade do Rio de Janeiro. O alojamento do time de base, onde dormiam vários adolescentes, foi destruído pelo fogo e morreram 10 deles.

O objetivo da inclusão da reportagem sobre o incêndio no Ninho do Urubu nesta dissertação serve para apontar resposta ao seguinte questionamento: Os veículos midiáticos jornalísticos adotam formas distintas de ver e falar de determinados grupos de sujeitos, os “delinquentes” e “as promessas do futebol”? Quais recebem avaliações mais positivas?

A fim de refletir sobre as relações do discurso midiático com os sujeitos da notícia, selecionei as primeiras reportagens publicadas pelo *site* *GI* a respeito do incêndio no Centro de Internação em Goiânia, ocorrido em 25 de maio de 2018 e sobre o incêndio no Ninho do Urubu, que aconteceu em 8 de fevereiro de 2019. Em ambos os casos, morreram 10 adolescentes: no primeiro, eles estavam custodiados pelo governo e, no outro, sob responsabilidade do clube de futebol. Para isso, trago alguns trechos de cada uma das notícias postadas no *site*, observando como as mesmas enunciam sobre os adolescentes mortos.

O objetivo é observar as distinções do discurso jornalístico ao abordar cada um dos fatos, usando como base conceitual teórica a biopolítica e a necropolítica. Estas discussões contribuem para a pesquisa na medida em que a normalização de determinados discursos sobre presos ou “bandidos em potencial” permitem que a mídia discorra sobre mortes de adolescentes sob tutela do governo sem gerar a comoção de uma tragédia, mas de um incidente.

Tendo em vista que “o discurso jornalístico colabora para a manutenção de certos discursos em circulação, ou seja, trabalha, no inconsciente, de modo a deixar viva a memória discursiva e, com isso, contribui para a manutenção (ou reforço) das relações sócio-jurídico-políticas” (CORACINI, 2003, p.204), interessa-me compreender como foram constituídos parte dos enunciados que constroem o acontecimento de modo a perceber as aproximações e os distanciamentos entre eles, explicitando as construções discursivas a respeito do incêndio e seus envolvidos, em especial os adolescentes mortos. De início, descrevo as reportagens, destacando trechos que se refiram aos adolescentes e o discurso de outros sujeitos em relação a eles, para entender como sua morte foi recepcionada pelas diversas instituições que falam nas notícias.

As reportagens do *site* são construídas em um estilo padronizado, contêm no alto da página uma tarja na cor vermelha para a aba principal e notícias em geral, verde para a aba de esporte, e laranja e azul para destaques sobre celebridades e entretenimento. Cada notícia pode ser acessada por *links* direcionados por esses temas principais, localizados no alto da página, ou por região do país, em barra de menu à esquerda da tela. Os destaques do dia são posicionados na tela de abertura do *site*. O título, uma imagem e um pequeno trecho de cada matéria são alinhados em ordem vertical.

Acessadas as reportagens, o título de cada uma é disposto em letras maiores, seguido do subtítulo (linha fina) e o trecho do jornal televisivo que reportou o fato anteriormente. A página do *site* *GI* reúne, dessa forma, informação em vídeo, texto, além de imagens, fotos, gráficos e *hiperlinks* que podem levar o leitor a outras matérias relacionadas. Nosso foco de análise, contudo, abordará apenas o texto, ou seja, a dimensão escrita da matéria jornalística.

A primeira das reportagens¹⁰ observadas trata do incêndio acontecido no dia 25 de maio de 2018 – no Centro de Internação que funcionava dentro do sétimo Batalhão de Polícia Militar, em Goiânia – que matou, ao todo, 10 adolescentes. Tal reportagem foi postada alguns minutos após o ocorrido. O título da notícia é o seguinte:

Incêndio atinge centro de internação para menores em Goiânia e deixa pelo menos 9 mortos, dizem bombeiros.

Segue o subtítulo (texto introdutório):

Corporação explicou que menores colocaram fogo em colchão enrolado na entrada de um dos alojamentos. Unidade fica dentro do 7º Batalhão da Polícia Militar.

Posteriormente, no primeiro parágrafo, a reportagem repete as informações do título e subtítulo, para, em seguida, acionar o depoimento de diversas autoridades: além do Corpo de Bombeiros, a assessoria da Polícia Militar, o Instituto Médico Legal e o Gabinete do Governo Estadual emitiram seus pareceres. A reportagem é encerrada com uma nota do Governo Estadual lamentando o fato; ao que se seguiu a informação dada pelo Hospital de Urgências sobre o estado de saúde do adolescente ferido.

O incêndio em Goiânia chegou a ser noticiado, de forma breve, pelas mídias nacionais, contudo, sem tomar grandes proporções, ficando sua repercussão restrita aos jornais e *sites* regionais. Por outro lado, o incêndio no Centro de Treinamento do Flamengo (Ninho do Urubu), localizado na cidade do Rio de Janeiro, tomou o jornalismo nacional pelas semanas seguintes, seja nas páginas esportivas ou nas páginas de notícias gerais.

A segunda reportagem selecionada para esta análise é a que trata desse incêndio no Centro de Treinamento (CT) Ninho do Urubu, o qual atingiu o alojamento dos atletas juvenis que dormiam na madrugada, matando 10 deles. Postada no dia 08 de fevereiro de 2019, anuncia em seu título (manchete):

Atletas da base do Flamengo morrem em incêndio no CT Ninho do Urubu.

Segue, abaixo, o subtítulo (texto de abertura):

Dez jovens, com idade entre 14 e 16 anos, morreram; há três feridos. Fogo atingiu alojamento das categorias de base do time em Vargem Grande. Prefeitura disse que dormitório não tem licença municipal.

¹⁰ Parte da descrição da matéria do *GI* já foi realizada nos capítulos 1 e 2. Contudo, é retomada neste capítulo dada à importância que possui para a discussão proposta.

A matéria que faz o relato do acidente no Rio de Janeiro informa, já no primeiro parágrafo, que:

Todas as **vítimas** foram identificadas: eram atletas da base do time – tinham entre 14 e 16 anos. (*GI*, 08/02/2019, s.p. – grifo meu).

Nela, evidencia-se a palavra “vítima”, termo que não foi utilizado em nenhum momento na reportagem feita em Goiânia. Imediatamente abaixo, com letras maiores, a matéria sobre o Ninho do Urubu coloca em destaque a fala do dirigente do Flamengo lamentando o ocorrido:

Estamos todos consternados. É a maior **tragédia** pela qual o clube já passou em 123 anos de história. (*GI*, 08/02/2019, s.p. – grifo meu).

A palavra “tragédia” ocorre pela primeira vez com relação ao fato e será muitas vezes usada em reportagens seguintes.

Na página do *site GI*, logo na sequência, *hiperlinks* dão ao leitor a possibilidade de acessar reportagens paralelas:

VÍTIMAS: veja quem são

SOBREVIVENTES: leia depoimentos

REPERCUSSÃO: ex-atletas lamentam

FOTOS: imagens da tragédia

VÍDEOS: momento do incêndio

É possível, por meio desses *hiperlinks*, acessar depoimentos de sobreviventes, entrevistas com parentes, vídeos de atletas profissionais lamentando a morte dos adolescentes. A reportagem segue com esclarecimentos a respeito da causa do incêndio, entrevistas com funcionários do local, destinado ao treinamento de atletas, além de informações sobre o espaço onde tudo aconteceu, e detalhes de como o local foi comprado e construído. A seguir, algumas observações sobre estes trechos iniciais de ambas as reportagens, com grifos meus:

Quadro 5 – Os incêndios que mataram 10 adolescentes cada um.

<i>GI</i>	INCÊNDIO EM GOIÂNIA	INCÊNDIO NO RIO DE JANEIRO
Título	Incêndio atinge centro de internação para menores em Goiânia e deixa pelo menos 9 mortos , dizem bombeiros	Atletas da base do Flamengo morrem em incêndio no CT Ninho do Urubu
Subtítulo (Linha fina)	Corporação explicou que menores colocaram fogo em colchão enrolado na entrada de um dos alojamentos. Unidade fica dentro do 7º Batalhão da Polícia Militar.	Dez jovens, com idade entre 14 e 16 anos, morreram; há três feridos. Fogo atingiu alojamento das categorias de base do time em Vargem Grande. Prefeitura disse que dormitório não tem licença municipal.

Noto que o sujeito da oração no primeiro título é o “Incêndio”, já no segundo o agente – ou seja, aquele termo da frase que faz a ação e, conseqüentemente, recebe maior ênfase na leitura – é o termo “Atletas”. Seguindo essa construção, os enunciados dos títulos (manchetes) determinam quem ou o que receberá mais atenção na narrativa que se seguirá. Essa delimitação demarca mais que o ponto de vista, mas o ponto de partida da construção enunciativa, de modo que o direcionamento da primeira frase é para o “Incêndio” e, na segunda, para os “Atletas”.

Destaco o fato de não haver, no trecho de introdução da matéria na cidade de Goiânia, referência a quem eram os “9 mortos” – se trabalhadores, internos ou visitantes. A informação sobre quem morreu é dada na nota do Governo do Estado, no fim da reportagem. É feita referência à necessidade de exame da arcada dentária para identificação dos corpos dos adolescentes, em uma descrição de imagem com letras miúdas, contudo, em nenhum trecho a matéria diz claramente “morreram 9 adolescentes” ou “9 internos”.

Isso colabora para a percepção de que, se o incêndio e as mortes ocorreram em um centro de internação, naturalmente os mortos teriam sido internos e essas palavras não precisam ser escritas. Por outro lado, a responsabilidade pelo fato é delimitada no texto da linha fina (trecho abaixo do título), que anuncia que foram os menores alojados no Centro de Internação que atearam fogo aos colchões.

Ambas as reportagens – de Goiás e do Rio de Janeiro – trazem manifestações dos governadores estaduais. No estado de Goiás, a reportagem expõe uma nota oficial do governo, da qual, aqui reproduzida na íntegra, destacarei alguns trechos:

*O incêndio em um alojamento do centro que abriga **menores infratores** no 7º Batalhão da Polícia Militar foi **provocado pelos próprios internos**. Nove*

adolescentes morreram. Um acabou ferido e foi levado para o Hospital de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (Hugol).

As providências para combater o fogo foram tomadas de imediato e evitaram um dano ainda maior. Todas as forças policiais já estão mobilizadas para apurar as causas do incêndio.

*O governador José Eliton, assim que informado, determinou que fossem tomadas as **medidas necessárias para a apuração das causas** e para o apoio aos familiares dos internos. José Eliton, que está em Cuiabá – onde participa do Encontro de Governadores do Brasil Central –, também antecipou seu retorno a Goiânia para acompanhar e designar novas providências necessárias.*

*O Governo de Goiás lamenta o ocorrido e externa sua **solidariedade** aos familiares dos adolescentes mortos. (G1, 25/05/2018, s.p. – grifos meus).*

Apesar de informar duas vezes na nota (no segundo e terceiro parágrafos) que o governo “mobilizou as forças policiais para identificar as causas do incêndio”, já no primeiro parágrafo, ela dá conta de que a reponsabilidade pelas mortes é dos adolescentes (“menores infratores”, “próprios internos”) e que eles são os causadores do incêndio. Outro termo usado que se destaca é “dano”; as providências foram tomadas, não para evitar mais mortes ou ferimentos, mas para evitar “danos ainda maiores”. Esses movimentos produzidos a partir dos posicionamentos assumidos pelos sujeitos discursivos acionados para falar sobre o fato demonstram que a preocupação com a vida dos adolescentes não está presente. Importa deixar claro que, em Goiânia, os adolescentes estavam sob tutela do Estado, o que difere dos jovens do Rio de Janeiro, que estavam sob tutela do clube esportivo.

Quanto à reportagem da cidade do Rio de Janeiro, não existe relato de nota oficial do governo. O governador enviou, via *twitter*, a mensagem descrita na matéria:

*Deixo aqui minhas **condolências** aos familiares e amigos dos 10 jovens, vítimas do incêndio no Centro de Treinamento do Flamengo, em Vargem Grande. **Esses atletas seriam o futuro do nosso futebol.** aguardo investigação minuciosa sobre o fato. Que Deus dê força e conforto às famílias. (G1, 08/02/2019, s.p. – grifos meus).*

No *twitter* do governador, Wilson Witzel, o termo usado é “condolências”, que remete a sentimentos, pêsames, pesares. Há embutido, nesse termo, o sentido de uma intimidade maior, uma dor que se sente conjuntamente. Já na nota do governo goiano, a palavra dedicada à família dos mortos é “solidariedade”, termo que remete, entre outras possibilidades, à ajuda, caridade, assistência.

Vale destacar também, no *twitter*, a frase “Esses atletas seriam o futuro do nosso futebol”. Os jovens mortos são lamentados pelo governador e celebridades ouvidas como estrelas em formação. No país do futebol, em que jogadores de destaque são comparados a heróis, a gestação de cada atleta é importante. Essa noção pode ser percebida no enunciado:

Meninos do Ninho do Urubu eram parte de uma elite talentosa. (*GI*, 08/02/2019, s.p.).

A interrupção do percurso de um possível candidato a ídolo pode tomar proporções maiores que a morte de um adolescente comum, pois um atleta, em certa medida, não é uma pessoa comum. Nele, se condensam esperanças, afetos e expectativas. O atleta é objeto de sonhos no imaginário da população.

Além da nota do governador, o jornal reporta as condolências do Presidente da República e das celebridades do mundo do futebol, Pelé, Zico e Neymar. A notícia é de que

Ídolos do futebol e clubes rivais mandam mensagens de força. (*GI*, 08/02/2019, s.p.).

O enunciado remete à ideia de união em torno do luto, já que times rivais determinaram uma pausa no espírito de competitividade, a fim de se consternarem juntos pela morte dos adolescentes.

Outros termos presentes no discurso materializado na reportagem sobre as mortes no Ninho do Urubu são as expressões: “Tragédia” e “luto”.

Tragédia no Flamengo.

O governador Wilson Witzel e o prefeito Marcelo Crivella decretaram luto oficial de três dias.

Vidas se foram. (*GI*, 08/02/2019, s.p.).

Nenhuma menção semelhante às vistas a respeito dos meninos mortos no Ninho do Urubu foi feita por qualquer entrevistado na reportagem de Goiás, no que se refere aos adolescentes mortos em Goiânia, seja em manifestações de autoridades ou representantes de entidades. Todas as informações são técnicas, como as seguintes (já apresentadas no capítulo 1 desta dissertação): “em nota o governo de Goiás lamenta”; “a assessoria de imprensa da polícia militar informou que não vai se pronunciar”; “o órgão declarou que não houve rebelião”; “conforme o documento obtido pela tv. Anhanguera”. Noto nesses enunciados o distanciamento próprio das instituições do Estado.

Dois pontos se destacam na leitura das duas reportagens: aquilo que está dito e aquilo que não está, aquilo que está materializado em forma de texto e o que está nas bordas do enunciado, mas ainda assim, permeia o discurso. Dito de outro modo, não são apenas os termos ou enunciados sobre um fato em comparação ao outro que devem ser destacados. O que também marca a análise – além da seleção de palavras e/ou sintagmas que, em sua dimensão enunciativa, apontam para um discurso ou outro – é justamente a ausência de certos enunciados, discursos ou ainda certos movimentos, sejam eles sociais ou institucionais. A lacuna, o silêncio, aquilo

que não é dito sobre certos mortos e o que é sacralizado a respeito de outros é um ponto central dessa análise. Como constatado, termos como “consternados” e “pesar” não existem nas reportagens sobre o incêndio em Goiânia.

Reafirmando, é pela seleção de palavras/enunciados ou formas de dizer, assim como a presença/ausência de certos enunciados, que se delimita uma diferença de discursos sobre os adolescentes. Aos atletas, um discurso; aos menores em conflito com a lei, outro. Pela morte dos atletas decreta-se luto de três dias, pois são promessas do futebol, conforme o discurso presente no enunciado “tinham um futuro pela frente”. Esses jovens atletas receberam uma avaliação positiva no discurso midiático. Pela morte dos adolescentes do Centro de Internação não se decreta luto, já que eles não são promessas para a sociedade, mas são tomados, em larga medida, como criminosos ou futuros criminosos, ou seja, possuem avaliação negativa.

Essas avaliações são formas de dizer que recuperam um domínio de memória muito recorrente em parte da mídia/sociedade brasileira sobre diferentes grupos e classes, formas de ver e falar sobre determinados grupos sociais que podem ser percebidas pelas posições de sujeitos inscritas nos enunciados.

Outro detalhe a ser destacado é que os nomes das vítimas são ocultados na reportagem sobre o incêndio no Centro de Internação. Segundo a Secretaria Cidadã de Goiás, e corroborado pelas instâncias midiáticas, isso acontece para que as famílias não sejam constrangidas:

Em nota, a Secretaria Cidadã informou que divulgou os nomes dos jovens primeiramente às famílias para protegê-las de “constrangimento”, seguindo o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹¹. (*GI*, 25/05/2018, s.p.).

Já, na segunda tragédia, os nomes e as fotos são divulgados, com o propósito de homenagem aos falecidos.

O lugar do atleta, desde a Antiguidade grega carrega a simbologia do homem ideal. É comum que os nomes de atletas famosos ocupem o lugar dos heróis da atualidade, como os semideuses ocupavam em nossas civilizações remotas. Entre os gigantes de cada nação, estão sempre nomes de esportistas. Normalmente, entre os grandes feitos da humanidade, as lembranças daqueles preciosos, está algum triunfo realizado por esses habitantes de uma espécie de Olimpo, esse lugar reservado aos que se sobressaem.

¹¹ Essa informação foi dada na segunda reportagem do *GI* sobre o incêndio, postada dois dias depois. Ela foi objeto de análise no capítulo 1 desta dissertação. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/unico-sobrevivente-a-incendio-que-matou-9-em-centro-para-menores-de-goiania-esta-sedado-e-respira-por-aparelhos-diz-hospital.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2019.

A homenagem em forma de citação faz com que esses nomes sejam lembrados. Essas vidas e essas mortes não serão – ou não devem ser – esquecidas¹². Eram possíveis futuros heróis, os atletas do futuro. Conforme Coracini (2003, p.204), “Alguns desses discursos, repetidos e ao mesmo tempo transformados em narrativas, vão constituindo a memória discursiva de um povo e construindo uma nação”.

Ao adotar enunciados que compõem discursos de acusação sobre os adolescentes do Centro de Internação, conforme elaboração discutida anteriormente, os discursos oficiais e as mídias tradicionais, mesmo adotando no texto em geral termos modalizadores (“teriam”, “supostamente” etc.), fazem a marcação da posição desses sujeitos enquanto criminosos que foram internados por terem cometido algum delito, portanto, o que se espera deles será sempre algo negativo.

Esses sujeitos silenciados pela mídia tradicional e pelo discurso oficial são infames que só “vieram à luz” pelo fato de terem sido tocados pelo poder que, por sua vez, jogou luz sobre a sua delinquência. O encontro com o poder não deu visibilidade à sua humanidade, mas deu visibilidade aos atos infracionais, que no discurso que circula na sociedade não difere de práticas criminosas.

Quando não se nomeia um morto, não o fadamos ao esquecimento e ao apagamento histórico, social, subjetivo e identitário, fazendo desse fato apenas mais um número? Os mortos em Goiás não são nomeados, suas trajetórias não gloriosas não merecem ser infladas com o anúncio de seus nomes, seus atos, sejam esses bons ou maus. Aos pequenos infames, projetos de marginais, desdenhados pela sociedade, não cabem lembranças. Nada se perde com sua morte. Não há um futuro brilhante à vista, nem projeção de orgulho nacional.

Os discursos analisados deixam evidente que o lugar de sujeito de cada grupo de jovens, com idade média de 16 anos, já estava definido e foi esse lugar que delimitou o discurso emitido sobre cada um. Os adolescentes custodiados pelo governo, vítimas do incêndio, não eram indivíduos a quem se pretendesse validar a posição de cidadão.

Por outro lado, tanto o espaço físico da prisão, quanto aqueles que, de algum modo, já cruzaram seus corredores como prisioneiros, jovens ou adultos, têm sua história marcada também com um símbolo, não um símbolo de glória, mas como a marca da perdição, e

¹² Importa destacar que, até a escrita desse texto, as famílias dos adolescentes mortos no Ninho do Urubu requeriam judicialmente indenização pela perda de seus filhos e tinham queixas quanto ao tratamento do clube do Flamengo. Contudo, minha observação se restringe aos discursos jornalísticos datados imediatamente após o incêndio. Essas informações podem ser encontradas em: <https://www.lance.com.br/flamengo/acusado-coagir-sobreviventes-ninho-urubu.html> e <https://www.gazetaesportiva.com/times/flamengo/familiares-de-vitima-no-incendio-do-ninho-protestam-o-clube-esquece-mas-a-gente-nao/>. Acesso em: 10 out. 2020.

despertam curiosidade, medo e raiva. Foucault (2003) alega que, na segunda metade do século XVIII, começou-se a desenvolver a ideia de que o delinquente é o inimigo de toda a sociedade. Não seria uma perda trágica que alguns sejam sacrificados para o bem da sociedade, dos outros, dos bons cidadãos (FOUCAULT, 1988).

Se for levada em consideração a reflexão de Mbembe (2018) sobre a criação de um estado de medo – em cujas bases esteja a desumanização de um suposto inimigo em paralelo com o domínio de memória que posiciona adolescentes em conflito com a lei como inimigos reais ou em potencial, e tendo em vista que grande parte das mídias jornalísticas reproduzem com mais ou menos intensidade esses enunciados –, as reportagens que não os humanizam estão alinhadas com esses discursos que os desmerecem e, por isso, apagam os adolescentes vítimas do incêndio em Goiânia para iluminarem seu lugar de bandido que merece castigo.

Ainda assim, alguns fatos nas vidas destes “sujeitos infames” (FOUCAULT, 2003) despertam algum nível de fascínio que pode ser observado nos relatos de acontecimentos reais. No Brasil, ao mesmo tempo em que a situação de prisões e prisioneiros não é discutida amplamente, a depender do condenado ou de algum acontecimento violento, este espaço é alvo do escrutínio midiático. Coracini (2003, p.202) entende que

O sujeito é, assim, fruto de múltiplas identificações – imaginárias e/ou simbólicas – com traços do outro que, como fios que se tecem e se entrecruzam para formar outros fios, vão se entrelaçando e construindo a rede complexa e híbrida do inconsciente e, portanto, da subjetividade.

Na notícia sobre o incêndio do Rio de Janeiro, uma diversidade de sujeitos é convidada a emitir seus pesares. Já na reportagem feita em Goiás, apenas autoridades são instadas a falar institucionalmente sobre as mortes.

Com as reflexões até aqui desenvolvidas, não pretendo desqualificar as homenagens e pesares endereçados aos jovens do Ninho do Urubu. Interessa-me refletir por que a morte de 10 adolescentes no incêndio de Goiás não é atravessada por discursos de comoção, uma vez que o caso é tratado, em certo nível, como algo casual, até incômodo, ou inconveniente e não como uma tragédia.

CONCLUSÕES?

Antes de apresentar as possíveis conclusões para esta dissertação, ainda é importante trazer mais algumas palavras sobre o sistema prisional, com base em Wacquant (2001). Em estudos sobre como o sistema punitivista se espalhou dos Estados Unidos para a Europa e as Américas, ocorrido desde os anos 60 do século XX, esse autor discute a relação do aprisionamento massivo de camadas mais pobres da sociedade, o neoliberalismo e o aumento exponencial do número de presos. Esse processo não resultou, conforme se dizia esperar, em diminuição da criminalidade. O que ocorreu, especialmente no caso brasileiro, foi o aumento da violência e da discriminação de pessoas empobrecidas. Segundo Wacquant (2001, p.7):

A penalidade neoliberal apresenta o seguinte paradoxo: pretende remediar com um ‘mais Estado’ policial e penitenciário o ‘menos Estado’ econômico e social que é a *própria causa* da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países (aspeamentos e grifos do autor).

Esse movimento de acirramento de vigilância e prisões foi focado na manutenção da ordem pública e investia o uso das forças policiais contra a delinquência de rua. Para o autor, tratou-se de uma maneira de controlar setores populacionais que se tornavam cada vez mais prejudicados pelas mudanças no trabalho e na economia, o que resultava em desemprego, baixos salários, falta de moradia e de mobilidade social.

Entre a possibilidade de, frente a essas mudanças, optar pelo “tratamento social da miséria e seus correlatos – ancorado numa visão de longo prazo guiada por valores de justiça social e solidariedade” (WACQUANT, 2001, p.8), as escolhas feitas pelos sistemas de poder se concentraram em lidar com a pobreza e o desemprego por meio do “tratamento penal – que visa as parcelas mais refratárias do subproletariado e se concentra no curto prazo dos ciclos eleitorais e dos pânicos orquestrados por uma máquina midiática fora de controle” (WACQUANT, 2001, p.8).

Em suas pesquisas, o autor afirma ter notado que tais medidas foram ainda mais incisivas em países da América do Sul, tais como o Brasil, Chile, Paraguai e Peru, que ainda não tinham criado uma estrutura que mantivesse suas populações protegidas em caso de desgaste econômico. O impacto desse movimento por maior penalidade – compreendido pelo autor como um conjunto de práticas institucionais e discursos relacionados à culpabilização criminal – foi sentido de modo especial pelos jovens das camadas periféricas. Wacquant (2001, p.8) explica que:

Na ausência de qualquer rede de proteção social, é certo que a juventude dos bairros populares esmagados pelo peso do desemprego e do subemprego crônico continuará a buscar no ‘capitalismo de pilhagem’ da rua (como diria Max Weber) os meios de sobreviver e realizar os valores do código de honra masculino, já que não consegue escapar da miséria do cotidiano (aspeamento do autor).

Todo o acirramento da política policial e penitenciária desenvolvida desde então, além de manter essas populações sob constante vigilância e não contribuir em nada para que deixassem a miséria, tampouco influenciou para a diminuição da violência. De acordo com o autor, a intervenção das forças de ordem do estado contribui para o aumento da insegurança criminal, pois instala terror por meio de tortura, desaparecimentos, execuções e pela banalização da brutalidade. Esse modelo de intervenção estatal brasileiro também está associado à “concepção hierárquica e paternalista da cidadania, fundada na oposição cultural entre *feras* e *doutores*, os ‘selvagens’ e os ‘cultos’, que tende a assimilar *marginais*, trabalhadores e criminosos, de modo que a manutenção da ordem pública se confunde” (WACQUANT, 2001, p.9, grifos e aspeamentos do autor), situação reforçada pelo racismo endêmico nos setores policiais e judiciários, e pelo

[...] estado apavorante das prisões do país, que se parecem mais com *campos de concentração para pobres*, ou com empresas públicas de depósito de detritos sociais, do que com instituições judiciárias servindo para alguma função penalógica – dissuasão, neutralização ou reinserção. (WACQUANT, 2001, p.11, grifos do autor).

Nessas condições, o sistema carcerário brasileiro agrava a instabilidade e as condições de miserabilidade das famílias que têm algum de seus membros encarcerado. Outro fator agravado é a cultura da desconfiança dos outros, que leva à busca de soluções particulares de proteção que vão de guardas armados a bairros fortificados e o aparecimento de justiceiros, situação que retroalimenta a violência. O estudioso criminalista alega que é urgente no Brasil a luta contra a insegurança social, pois é ela que “impele ao crime e normatiza a economia informal de predação que alimenta a violência” (WACQUANT, 2001, p.12).

Mesmo após o fim da Ditadura Militar do Brasil, o autoritarismo ainda marca a cultura brasileira, que identifica na defesa dos direitos humanos uma tolerância à bandidagem, de onde reverbera o discurso recorrente “bandido bom é bandido morto” e “se está com pena leva pra casa”. Assim, discursos que defendam direitos ou qualidade de vida de prisioneiros ou mesmo de adolescentes em conflito com a lei são rechaçados por parte da sociedade e dificilmente são observados em setores midiáticos tradicionais. Pelo contrário, o estudioso afirma que a mídia

teve – não apenas no Brasil, mas em diversos outros países nas Américas e Europa – papel fundamental na criação de um “inimigo” da sociedade e no reforço do medo da delinquência. A mídia funcionaria como balizadora da punição dos “maus pobres” (WACQUANT, 2001, p.52) e da expansão do aparato policial e penal.

Ao levar em consideração tais estudos associados ao pensamento foucaultiano sobre discurso e poder, e às reflexões sobre necropolítica, silêncio e mídia, é possível notar que os noticiários tradicionais elencados nesta dissertação se alinham discursivamente com ideias punitivistas, principalmente em relação à população carcerária ou em situação de internamento, como é o caso dos adolescentes de Goiânia. Não pelo fato de reverberarem discursos discriminatórios – como fazem, por exemplo, as mídias estudadas por *Figueiró, Minchoni e Silva Figueiró* (2013) –, mas na medida em que se distanciam desses sujeitos, recusando-se a humanizá-los. Notícias de jornal não são apenas os relatos de fatos relevantes em dada comunidade. Vidas e mortes são narradas, e o são de modos distintos conforme as posições sociais que já ocupavam.

Como resultados desta pesquisa, foi possível constatar que a voz dos adolescentes e de seus familiares é silenciada na maioria das reportagens das mídias tradicionais e, nos momentos em que essa voz é colocada em tela, isso acontece de maneira discreta. Por outro lado, as matérias veiculadas pelo *Justificando*, *El País* e, principalmente pela *Ponte*, carregam um contorno discursivo de denúncia da negligência e da violência por parte do Estado, além de acionarem a voz dos familiares das vítimas do incêndio, o que confere a esses sujeitos uma dimensão de existência humana.

No capítulo 1 desta dissertação, Fernandes Júnior e Drummont (2018) informam que os enunciados midiáticos obedecem a práticas, estratégias e técnicas que delimitam contornos àquilo que é veiculado. Foucault (1996) indica que a possibilidade de enunciar é disputada e tutelada pelas instituições, como um respaldo àquele que enuncia. O que faz notar que o Estado se vale do aparato discursivo para se isentar de responsabilidades por tragédias ocorridas sob sua administração, inclusive, pelo fato de as reportagens convocarem a enunciar, em sua maioria, representantes das instituições do poder.

No capítulo 2, pensando com Foucault (1995), Coracini (2003) e Sampaio (2019), entendo que as reportagens são narrativas construídas de modo a dialogar com um conjunto de enunciados que já circulam na sociedade. O fato de enunciados como “os adolescentes atearam fogo” serem repetidos nas reportagens, ainda que fazendo uso de verbos modalizadores, constitui a formulação de uma verdade sobre os sujeitos. Do mesmo modo, quando, nas reportagens do *GI* e *O Popular*, os sujeitos mortos e suas famílias não são convocados a

enunciar, existe um apagamento dos mesmos, o que reverbera na culpabilização dos adolescentes no lugar de criminosos.

No capítulo 3, com Orlandi (2015) e Gregolin (2007), refleti sobre mídia e silêncio, entendendo que o silêncio não é a ausência de sentidos, mas que ele contribui para a formulação de significados. Foucault (2003) e suas ponderações sobre os homens infames me fazem compreender que os sujeitos vítimas do incêndio em Goiânia tiveram sua existência marcada pelo encontro com o poder. Os enunciados da *Ponte* mobilizam elementos distintos daqueles movimentados pelos veículos tradicionais, que apontam para a dimensão humana e dá a ler e ver os acontecimentos a partir dos depoimentos dos familiares das vítimas, o que lhes confere identidade e memória.

Foucault (1995) ressalta os mecanismos de poder e sujeição, respondendo às perguntas sobre o “como” do poder, que seleciona e delimita lugares de vida e morte para os sujeitos. Mbembe (2018) aprofunda a discussão ao definir que alguns são escolhidos para morrer. Assim, no capítulo 4, percebo que enunciados inscritos em reportagens como as do *GI* sobre os adolescentes mortos em Goiânia se apoiam/dialogam e mantêm as regularidades de um conjunto de outros enunciados que reforçam o discurso que os criminaliza e demarcam o racismo de Estado contra esses sujeitos, na medida em que suprime termos usados na reportagem sobre os adolescentes vítimas do incêndio no Ninho do Urubu, tais como tragédia, luto e perda.

São graus de racionalização apoiados em uma rede de saberes e formas de estratégias de poder que fomentam discursos que reverberam na objetivação e subjetivação dos adolescentes como criminosos, e que parte de um já dito, evoca o discurso oficial, preserva as instituições e isenta o Estado. No caso dos adolescentes tomados como delinquentes, são “vidas que não importam”, que merecem morrer; por outro lado, adolescentes jogadores de futebol, também vítimas de incêndio, são sonhos destruídos pelo fogo, promessas queimadas no país do futebol.

O fogo promove dois apagamentos distintos no campo discursivo e social: por um lado, potencializa a visibilidade da delinquência e de vidas que não importam, afinal “bandido bom é bandido morto”; de outro lado, queima-se as promessas de um futuro. São vidas com e sem promessa de futuro.

Acredito que há mais a dizer sobre o tema. As discussões iniciadas aqui permitem outras abordagens, diferentes olhares, outras incursões, quem sabe mais detalhadas/os em alguma particularidade pouco ou não explorada, quem sabe mobilizando outros saberes e/ou aportes teóricos. Particularmente, sinto que alguns aspectos ainda me convocam e me incomodam. Mas,

uma pesquisa geralmente não acaba. Encerramos uma reflexão, que poderá, eventualmente, levar a outras e mais outras; ou por um tempo, poderemos ficar atordoados, digerindo.

Essa pesquisa me causou estranhamento, perturbação, angústia e sentimentos extremamente confusos. Briguei com Foucault, estranhei Foucault, amei Foucault, julguei Foucault insuficiente. E ele era. Por isso, como dito no início da dissertação, recorri a outros autores e autoras. Eu precisava, também, estar na pesquisa, colocar-me na pesquisa; encontrar meu lugar de estudante da linguagem não foi simples, mas foi renovador. Terminei esse texto fazendo um incentivo a todos que desejam se aventurar no mundo da pesquisa acadêmica a fazer aquilo que meu orientador certa vez me disse: “se jogue”.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Da terceira margem eu so(u)rrio: Sobre história e invenção. In: _____. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Educs, 2007. p.19-39.
- _____. Diz Positivo: entre o castor e a aranha. In: FERNANDES JÚNIOR, Antônio; MENEZES DE SOUSA, Kátia. **Dispositivos de poder em Foucault**: práticas e discursos da atualidade. 2. ed. Catalão: Editora do Cerrado, 2014. p. 17-30.
- ALESSIO, Priscila Chuarts; SANTOS, Márcia Andréa dos. Do vadio ao adolescente em conflito com a lei: uma construção histórico-discursiva. **Cadernos Discursivos**, Catalão-GO, v.1, n.1, p.154-174, 2018. (ISSN: 2317-1006 - *Online*). Disponível em: <https://cadis.letras.catalao.ufg.br/p/23100-2018-volume-1-n-1>. Acesso em: 08 out. 2020.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- Ayub, João Paulo. **Introdução à analítica do poder de Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2014.
- BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. Belo Horizonte: Pólen, 2019.
- BRASIL. Presidência da República. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069/90. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso: 10 out. 2020.
- Coracini, Maria José. A celebração do outro na constituição da identidade. **Organon**: Revista do Instituto de Letras da UFRGS, v.17, n.35, p.201-220, 2003. (E-ISSN: 22388915 - *Online*). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/30024>. Acesso em: 08 out. 2020.
- CURY, Thiago Luna. **Resistência dos familiares**: do sofrimento à luta pelo fim das prisões. 2019. <https://www.youtube.com/watch?v=-EfrG8j3C4&t=3834s>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- FERNANDES JÚNIOR, Antônio; DRUMMOND, Carine Caetano. Entre fatos, boatos e vontades de verdades: os sentidos produzidos pela mídia na política brasileira. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, n.16, p.26-51, set. 2018. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/issue/view/146>. Acesso em: 10 out. 2020.
- FIGUEIRÓ, Rafael de Albuquerque; MINCHONI Tatiana; SILVA FIGUEIRÓ Martha Emanuela Soares. A produção do adolescente “infrator” na mídia brasileira. **Anais do Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede**. Santa Maria, RS, p. 22-234, 2013. Disponível em: <http://www.ufsm.br/congressodireito/anais>. Acesso em: 10 maio 2020.
- FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I**: A vontade de saber. 21. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Tradução de Vera Porto Carrero e Antônio Carlos Maia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.231-249.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France, 1975-1976. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Estratégia, poder-saber**. Org. Manuel Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **Arqueologia das ciências e História dos sistemas de pensamento**. Org. Manuel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.

_____. **Do governo dos vivos**: Curso no Collège de France, 1979-1980. Tradução de Nildo Avelino. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo, v.4, n. 11, p.11-25, nov. 2007.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 2. ed. [S.L.] Edusp, 2001.

KWEN, Nara Josepin. **O debate da Maioridade Penal no Congresso Nacional: Mapeamento das Propostas Legislativas**. 2016. 149 f. (Dissertação) – Mestrado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento. Escola de Direito de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2016.

NASCIMENTO, Raquel Costa Guimarães; RIBEIRO, Eriplane Rodrigues. Uma análise discursiva dos *memes* “nego isso, nego aquilo”. **Revista do Sell**, v.7, n.1, jun. 2018. ISSN 1983-3873. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/sell/article/view/2306>. Acesso em: 10 set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.18554/rs.7il.2306>.

_____; FERNANDES JÚNIOR, Antônio. Discurso, história e memória a partir do *post* “vende-se um filhote de bandido”. **Revista Heterotópica**, v.1, n.2, p.58-78, 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/52108>. Acesso em: 10 set. 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

SAMPAIO, Simone Sobral. **Foucault e a resistência**. Goiânia: Editora da UFG, 2006.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Referências bibliográficas do corpus

ÂNTARA, Thalys. Combate ao fogo em centro de internação tem duas versões. **O POPULAR**. Goiânia. 28 mai.2018. Cidades. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/combate-ao-fogo-em-centro-de-interna%C3%A7%C3%A3o-provis%C3%B3ria-tem-duas-vers%C3%B5es-1.1538805>. Acesso em: 10 set. 2019. Acesso em: 10 set. 2019.

ATLETAS da base do Flamengo morrem em incêndio no CT Ninho do Urubu. **G1**. 08 FEV. 2019. G1 Rio e TV Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/02/08/incendio-deixa-mortos-e-feridos-no-centro-de-treinamento-do-flamengo.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2019. <https://www.lance.com.br/flamengo/acusado-coagir-sobreviventes-ninho-urubu.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

BETIM, Felipe; PIRES, Toni. Goiás reconhece responsabilidade na morte de 10 menores carbonizados. **El País**. 08 jul. 2019. Especial. Mães em luta. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/17/politica/1560808150_918606.html. Acesso em: 10 set. 2019.

DIAS, Artur. Justiça arquiva processo contra 13 servidores no caso do incêndio no Centro de Internação em Goiânia. **Mais Goiás**. 4 fev. 2019. Cidades/Catalão. <https://www.emaisgoias.com.br/justica-arquiva-processo-contra-13-servidores-no-caso-do-incendio-no-centro-de-internacao-em-goiania/>. Acesso em: 10 set. 2019.

Incêndio em centro de detenção em Goiânia deixa nove mortos. **O Globo**. Rio de Janeiro. 25 mai. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/incendio-em-centro-de-detencao-em-goiania-deixa-nove-mortos-22718257>. Acesso em: 10 set. 2020.

MORAIS, Raquel. Único sobrevivente a incêndio que matou 9 em centro para menores de Goiânia está sedado e respira por aparelhos, diz hospital. **G1 GO**. 27 mai. 2018. G1 Goiás TV Anhanguera. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/unico-sobrevivente-a-incendio-que-matou-9-em-centro-para-menores-de-goiania-esta-sedado-e-respira-por-aparelhos-diz-hospital.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2019.

MORAIS, Raquel. Novas imagens mostram suposta demora de agentes durante incêndio em Centro de Internação Provisória que matou 10 adolescentes, em Goiânia. **G1 GO**. 29 ago.2018. G1 Goiás TV Anhanguera. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2018/08/29/novas-imagens-mostram-suposta-demora-de-servidores-no-socorro-a-menores-infratores-em-incendio-em-centro-de-internacao-em-goiania.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2019.

RESENDE, Paula. Juíza arquiva inquérito contra 13 servidores por mortes de 10 adolescentes em incêndio em centro de internação em Goiânia. **G1 GO**. 03 fev. 2019. G1 Goiás TV Anhanguera. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/02/03/juiza-arquiva-inquerito-contra-13-servidores-por-mortes-de-10-adolescentes-em-incendio-em-centro-de-internacao-em-goiania.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2019.

SALES, Yago. A história dos 10 adolescentes queimados vivos em Goiás. Ponte. 29 jul. 2018. Notícias/Geral. Disponível em: <https://ponte.org/a-historia-dos-10-adolescentes-queimados-vivos-em-goias/>. Acesso em: 10 set. 2019.

SANTANA, Vitor. Incêndio atinge centro de internação para menores em Goiânia e deixa pelo menos 9 mortos, dizem bombeiros. **G1 GO**. Goiânia. 25 mai. 2018. G1 Goiás TV Anhanguera. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/incendio-atinge-celas-em-batalhao-da-policia-militar-deixa-mortos-em-goiania-dizem-bombeiros.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2019.

Tragédia anunciada: presídio em que nove adolescentes morreram queimados estava condenado por Governo e pelo TJGO. **JUSTIFICANDO**. 28 mai. 2018. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/05/28/tragedia-anunciada-presidio-em-que-nove-adolescentes-morreram-queimados-estava-condenado-por-governo-e-pelo-tjgo/>. Acesso em: 10 set. 2019.

VELASCO, Murillo. Polícia indícia 13 servidores pela morte de 10 adolescentes durante incêndio em Centro de Internação de Goiânia. **G1 GO**. 27 ago. 2018. G1 Goiás TV Anhanguera. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2018/08/27/policia-indicia-13-servidores-pela-morte-de-10-adolescentes-durante-incendio-em-centro-de-internacao-de-goiania.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2019.

ANEXOS

Anexo 1 - Reportagem 1 - G1

Incêndio atinge centro de internação para menores em Goiânia e deixa pelo menos 9 mortos, dizem bombeiros

Corporação explicou que menores colocaram fogo em colchão enrolado na entrada de um dos alojamentos. Unidade fica dentro d

o 7º Batalhão da Polícia Militar.

Por Vitor Santana, G1 GO

25/05/2018 11h57



Incêndio em centro de internação em Goiânia deixa 9 menores mortos

Um incêndio no centro de internação provisória para menores do 7º Batalhão da Polícia Militar, no Jardim Europa, em Goiânia, deixou pelo menos nove mortos e um ferido nesta sexta-feira (25). Segundo o Corpo de Bombeiros, os adolescentes atearam fogo a um colchão enrolado na grade de um dos alojamentos da Ala A. Em nota, o Governo de Goiás lamentou as mortes e disse apurar o ocorrido (*veja íntegra abaixo*).

O adolescente ferido no incêndio foi levado ao Hospital de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (Hugol). Segundo a unidade, ele tem estado de saúde considerado gravíssimo.

A assessoria da Polícia Militar informou que não vai se pronunciar sobre o assunto, porque a responsabilidade pelo local é da Secretaria Cidadã. Em nota, o órgão declarou que não houve rebelião, mas não explicou o que causou as

chamas. O órgão disse ainda que vai passar detalhes sobre os prejuízos e providências que serão tomadas após o trabalho dos bombeiros.

O Instituto Médico Legal (IML) informou à TV Anhanguera que as vítimas terão que ser identificadas pela arcada dentária, já que a maior parte dos corpos está carbonizada.



IML identificará adolescentes mortos em incêndio por meio da arcada dentária, em Goiânia



Famílias buscam informações de internos após incêndio em centro de internação, em Goiânia

O Corpo de Bombeiros informou que foi acionado às 11h27 e enviou quatro caminhões para apagar as chamas e resgatar feridos. No centro de internação estavam cerca de 50 internos, mas no alojamento incendiado estavam 11 adolescentes.

Conforme documento obtido pela TV Anhanguera, no último dia 6 de março uma vistoria no local detectou que a unidade estava superlotada. Apesar de ter 52 vagas, o local abrigava 84 menores, todos do sexo masculino.

O G1 entrou em contato com a Secretaria Cidadã, por e-mail, e aguarda posicionamento do órgão.



Alojamento ficou destruído após incêndio, em Goiânia — Foto: Reprodução/TV Anhanguera

Apreensão

Familiares foram conduzidos a um auditório dentro do batalhão para receberem informações sobre o incêndio e mortes. A tia de um dos internos disse que o sobrinho está na unidade há um mês, mas que toda a família está aflita por não ter notícias sobre como está o garoto até o momento.

O advogado Jean Felipe defende quatro menores que estão internados na unidade e também faz críticas. "As informações são bem poucas, recentes. As famílias entraram em contato conosco dizendo que teve um incêndio. Tudo que eu sei até agora é que um dos meus clientes não estava ali em que houve o incêndio."

OAB

O membro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil Gilles Sebastião Gomes criticou o local onde os menores estavam e informou que irá criar um comitê para a análise do caso.

"Em 2013, a Defensoria Pública do Estado de Goiás entrou com uma ação civil pública que determinava a limitação das vagas nesse centro de internação e, até hoje, isso não foi cumprido pelo estado. A Ordem dos Advogados do Brasil vai tomar atitudes no sentido de interditar essa unidade e, caso contrário, limitar as vagas em 50 internos", disse.

Ele afirmou ainda que a unidade não tinha a estrutura necessária para receber os internos. "Essa unidade tem capacidade para 50 internos, mas nos últimos dias oscilava em cerca de 80 pessoas. Sem contar isso, falta água com frequência. As condições que o próprio Estatuto da Criança e Adolescente determina não são cumpridas", explicou.



Corpo de Bombeiros combate incêndio em centro de internação para menores de Goiânia —

Foto: Reprodução/TV Anhanguera

O governador de Goiás, José Eliton, estava em Cuiabá para um encontro de governadores, mas cancelou sua participação no evento e já está retornado para a capital para acompanhar a situação.

Em nota, o governo disse que as causas do incêndio serão apuradas após a conclusão da intervenção dos bombeiros e da Polícia Militar no local.

A assessoria de imprensa da Polícia Civil informou que ainda não havia sido acionada para investigar o caso até as 12h20 desta sexta-feira.

Nota do Governo de Goiás

"Acerca do ocorrido na unidade de internação de menores:

O incêndio em um alojamento do centro que abriga menores infratores no 7º Batalhão da Polícia Militar foi provocado pelos próprios internos. Nove adolescentes morreram. Um acabou ferido e foi levado para o Hospital de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (Hugol).

As providências para combater o fogo foram tomadas de imediato e evitaram um dano ainda maior. Todas as forças policiais já estão mobilizadas para apurar as causas do incêndio.

O governador José Eliton, assim que informado, determinou que fossem tomadas as medidas necessárias para a apuração das causas e para o apoio aos familiares dos internos. José Eliton, que está em Cuiabá - onde participa do Encontro de Governadores do Brasil Central -, também antecipou seu retorno a Goiânia para acompanhar e designar novas providências necessárias.

O Governo de Goiás lamenta o ocorrido e externa sua solidariedade aos familiares dos adolescentes mortos."

*Veja outras notícias da região no **G1 Goiás**.*



Incêndio em centro de internação provisória em Goiânia deixa mortos —
Foto: Reprodução/TV

Anhanguera

Anexo 2 – Reportagem 2 - O Globo

Incêndio em centro de detenção em Goiânia deixa nove mortos

OAB informa que local estava superlotado e não tinha estrutura para receber internos

O Globo

25/05/2018 - 17:50 / Atualizado em 25/05/2018 - 18:46



Incêndio em centro de detenção em Goiânia deixa nove mortos e um ferido Foto: Reprodução TV

GOIÂNIA — Nove jovens morreram e um ficou gravemente ferido em **incêndio**, nesta sexta-feira, no centro de internação provisória para **menores** do 7º Batalhão da Polícia Militar, no Jardim Europa, em **Goiânia**. Segundo o Corpo de Bombeiros, o incêndio começou após os adolescentes atearam fogo em um colchão enrolado na grade de um dos alojamentos da Ala A. Os bombeiros, no entanto, não informaram o motivo da ação dos jovens.

A Secretaria Estadual Cidadã, que administra a unidade, informou que vai interditar o prédio e investigar as causas do incêndio.

Os corpos das vítimas foram carbonizadas e, segundo o Instituto Médico Legal (IML), deverão ser identificados pela arcada dentária.

No centro de internação estavam cerca de 50 internos, mas no alojamento incendiado havia 11 adolescentes, segundo o Corpo de Bombeiros. No entanto,

segundo documento obtido pela TV Anhanguera, no último dia 6 de março uma vistoria no local detectou que a unidade estava superlotada. Apesar de ter 52 vagas, o local abrigava 84 menores.

O Corpo de Bombeiros informou que foi acionado às 11h27 e enviou quatro caminhões para apagar as chamas e resgatar feridos.

Familiares e advogados reclamam da falta de informações sobre as vítimas e os sobreviventes. Membro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Gilles Sebastião Gomes criticou o local onde os menores estavam e informou que irá criar um comitê para a análise do caso.

- Em 2013, a Defensoria Pública do Estado de Goiás entrou com uma ação civil pública que determinava a limitação das vagas no centro de internação, o que não ocorreu até hoje. A Ordem dos Advogados do Brasil vai tomar atitude no sentido de interditar essa unidade e, caso contrário, limitar as vagas em 50 internos - disse.

Ele afirmou ainda que a unidade não tinha a estrutura necessária para receber os internos.

- Essa unidade tem capacidade para 50 internos, mas nos últimos dias oscilava em cerca de 80 pessoas. Sem contar isso, falta água com frequência. As condições que o próprio Estatuto da Criança e Adolescente determina não são cumpridas - explicou.

ANEXO 3 - REPORTAGEM 3 - G1

Único sobrevivente a incêndio que matou 9 em centro para menores de Goiânia está sedado e respira por aparelhos, diz hospital

IML informou que já liberou todos os corpos. Adolescentes atearam fogo a colchão, dizem bombeiros; Polícia Civil investiga.

Por Raquel Morais, G1 GO

27/05/2018 08h21 Atualizado há um ano



Alojamento ficou destruído após incêndio, em Goiânia, Goiás — Foto: Reprodução/TV Anhanguera

Continua em estado grave o jovem que **sobreviveu ao incêndio que matou nove adolescentes do Centro de Internação Provisório** para menores do 7º Batalhão da Polícia Militar, no Jardim Europa, em Goiânia. De acordo com o Hospital de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (Hugol), o rapaz está sedado e respirando com ajuda de aparelhos.

O último boletim é das 7h01 deste domingo (27). As causas do fogo são apuradas pela Delegacia de Investigação de Homicídios (DIH).

Os corpos das nove vítimas foram liberados para as famílias pelo Instituto Médico Legal (IML) ao longo deste sábado. O incêndio aconteceu no final da manhã de sexta-feira (26) e, segundo informações preliminares, teria sido provocado pelos próprios adolescentes.



Equipes do Corpo de Bombeiros durante combate a incêndio no Centro de Internação Provisório (CIP) do 7º Batalhão da Polícia Militar, em Goiânia, onde nove jovens morreram — Foto: Reprodução/TV Anhanguera

O Corpo de Bombeiros disse que eles atearam fogo a um colchão que estava entrelaçado às grades do alojamento. Isso, aponta, dificultou o resgate.

Em nota, a Secretaria Cidadã informou que divulgou os nomes dos jovens primeiramente às famílias para protegê-las de “constrangimento”, seguindo o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A pasta também rebateu relatórios que apontam que o centro de internação não tem estrutura adequada e estava superlotado.



Instituto Médico Legal de Goiânia — Foto: Reprodução/TV Anhanguera

“Assim como em outras unidades, o CIP em questão funciona bem. Apesar de trágico, o fato desta sexta-feira foi um caso isolado. Historicamente não há problemas nas unidades. No CIP do 7º Batalhão, os menores assistem aulas com conteúdo didático das escolas da Rede Estadual, realizam trabalhos manuais como artesanato, são estimulados a frequentar a biblioteca da unidade, possuem local para praticar esportes”, disse.

“De acordo com o Gecria [Grupo Executivo de Apoio a Crianças e Adolescentes], os jovens recebem (opcionalmente) visitas de grupos religiosos

de vários credos e também de seus familiares, com frequência semanal. Também são assistidos por uma equipe da Secretaria Municipal de Saúde a partir de demandas médicas, odontológicas e farmacêuticas, exatamente como determinam as leis que tratam o assunto. Nestes casos médicos, sempre monitorados pelo governo de Goiás”, completou.

Avô de uma das vítimas, o funcionário público Luiz Lopes resumiu o sentimento: “revolta”.



O funcionário público Luiz Lopes, avô de uma das vítimas de incêndio que matou nove no Centro de Internação Provisório para menores, em Goiânia — Foto: Reprodução/TV Anhanguera

Já uma mãe ouvida pela TV Anhanguera, que preferiu não se identificar, questionou as circunstâncias do incêndio.

“Só mãe que sabe o que eu tô sentindo. Eu queria saber onde eles acharam fogo, se lá não podia entrar fogo”, declarou.



Mãe que perdeu filho em incêndio que matou nove jovens no Centro de Internação Provisório (CIP), em Goiânia — Foto: Reprodução/TV Anhanguera

Também sem se identificar, um agente contou que não havia extintor de incêndio e que o alojamento tinha capacidade apenas para seis internos, embora houvessem dez no momento. A Secretária Cidadã negou que essa fosse a limitação do espaço e que faltassem equipamentos. "Lá não tem EPI [equipamento de proteção individual] nenhum para combater incêndio. Nunca tivemos treinamento para combater incêndio. Lá não tinha extintores", afirmou o agente.

Mãe de um dos nove adolescentes que morreram no incêndio, uma dona de casa que preferiu não se identificar contou ao G1 que soube da tragédia ao assistir a uma reportagem. Em seguida, ela correu até o 7º Batalhão da Polícia Militar, no Jardim Europa, em busca de informações sobre o filho, de 16 anos.



7º Batalhão da Polícia Militar, em Goiânia — Foto: Reprodução/TV Anhanguera

"Fui correndo para lá na esperança de ele estar bem, mas não falaram o nome dele na lista dos que estavam bem. Não consigo comer, nem pensar, estou destruída, não sei como vou viver sem meu filho", disse.

A mulher contou que o adolescente era o mais velho dos quatro filhos. Segundo a mãe, ele estava no centro de internação há seis meses, após ser apreendido por roubo, e estava arrependido.

A última vez que a dona de casa viu o filho foi na quarta-feira (24), quando ele disse que estava bem. Conforme a mãe, o adolescente gostava de entregar cartas para a família.

"Ele me entregou uma carta falando que estava tudo bem, que eu não precisava me preocupar, que estava com saudade da gente", disse a mãe.

Desativação do centro

A falta de estrutura da unidade também é defendida pelo Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO). Os promotores pedem a desativação do Centro de Internação Provisória do 7º Batalhão da Polícia Militar em Goiânia desde 2012.

Conforme um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado na época, **o órgão cobrava a construção de um novo centro de internação na capital e a desativação da antiga unidade**. O órgão informou que, como os termos do documento não foram cumpridos, entrou com uma ação no Poder Judiciário. O MP-GO deu à causa valor de mais de R\$ 9 milhões.

Por meio de nota, o governo de Goiás informou que o TAC “está sendo cumprido”. Ainda conforme o texto, “houve atraso em algumas obras e há um esforço constante para dar mais celeridade aos processos e execuções”.

Superlotação

Um documento, de quarta-feira (23), assinado pela diretoria geral do Grupo Executivo de Apoio à Criança e ao Adolescente (Gecria), mostra que a unidade abrigava 80 internos e tinha capacidade para 52. Ainda assim, nota divulgada nesta sexta-feira (25) pelo governo estadual afirma que “não há superlotação na unidade”, que teria capacidade para 80 adolescentes.

Conforme outro documento obtido pela TV Anhanguera, a capacidade máxima de 52 já seria considerada acima do indicado pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que aconselha até 40 internos por centro de internação.

O coordenador do Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente do MP-GO, Publius Rocha, destacou que o incêndio que ocorreu nesta sexta-feira foi uma “tragédia anunciada”.

“O MP já tinha chamado a atenção do Poder Executivo e do Poder Judiciário provocando formalmente através de processo. Estamos aguardando um posicionamento não só sobre a inadequação desta unidade, mas de outras unidades pelo estado”, disse o promotor.

Incêndio

Segundo o Corpo de Bombeiros, os adolescentes atearam fogo a um colchão enrolado na grade de um dos alojamentos da Ala A. O Corpo de Bombeiros informou que foi acionado às 11h27 e enviou quatro caminhões para apagar as chamas e resgatar feridos.

O defensor público Tiago Gregório Fernandes esteve no local do incêndio e informou que não havia ventilação nos alojamentos e que o fogo teria sido provocado pelos próprios internos.

“O que a gente ouviu é que os adolescente protestavam contra uma possível transferência e em relação a insalubridade do alojamento”, afirmou.

O presidente do Conselho Estadual de Direito da Criança e do Adolescente, Eduardo Mota, informou que o local não tinha estrutura adequada para receber os 11 adolescentes que estavam abrigados lá.

“Na cela cabem 4 adolescente e tinha 11. Por sorte, um dos adolescentes que estava lá dentro havia deixado a cela, se não seria mais um morto. Não havia extintores disponíveis na hora”, declarou.

Por meio de nota, o governo disse que o alojamento não estava superlotado, que o espaço tem capacidade para 10 internos e havia exatamente este número de adolescentes no local. Ainda segundo o posicionamento, o incêndio foi apagado com ajuda de um hidrante que estava a cinco metros de distância do fogo, no corredor.

Em nota, o Governo de Goiás lamentou as mortes e disse apurar o ocorrido (*veja íntegra abaixo*).

Nota do governo de Goiás

O Governo de Goiás informa que não houve rebelião no centro de internação que abriga menores infratores no 7º Batalhão da Polícia Militar. Trata-se de ato isolado, feito pelos próprios internos. A motivação do movimento está sendo apurada, uma vez que não houve o menor indício de que poderia haver o incidente. Todas as forças policiais estão envolvidas na apuração.

Por volta de 11h30, foi colocado fogo em um colchão no corredor da unidade. Na parte interna da cela, os menores ergueram outro para impedir a entrada da fumaça, mas que acabou pegando fogo e causando as mortes.

O Corpo de Bombeiros atuou de forma imediata no combate ao incêndio, o que evitou danos ainda maiores. O local conta com extintores e todos os equipamentos internos necessários.

Nove internos morreram no incêndio. Um ficou ferido e foi levado ao Hospital de Urgências Otávio Lage de Siqueira (Hugol). Outro menor também está hospitalizado, mas não há nenhuma relação com o incidente. Os demais 69 internos não ficaram feridos

Todas as famílias que procuraram a unidade foram recebidas. Uma equipe composta por assistentes sociais e psicólogos atenderam aos parentes das vítimas. Toda a assistência necessária está sendo dada às famílias dos adolescente

Os corpos foram retirados após os procedimentos legais. A Superintendência de Política Técnico-Científica coletou materiais e elementos que vão subsidiar os laudos técnicos. A Polícia Civil, por meio da Delegacia Estadual de Investigação de Homicídios (DIH) e Delegacia de Apuração de Atos Infracionais (Depais), esteve no local para as providências iniciais. A conclusão dos trabalhos será apresentada oportunamente.

Vale ressaltar que não há superlotação na unidade. No alojamento onde estavam as dez vítimas, a capacidade é de 10 vagas. O Termo de Ajustamento e Conduta (TAC),

firmado em 2012, está sendo cumprido. Houve atraso em algumas obras e há um esforço constante para dar mais celeridade aos processos e execuções.

O Governo de Goiás reforça, ainda, que segue com o planejamento de construir novas unidades no Estado, como o Case de Anápolis, que já está em funcionamento. Goiás, cabe ressaltar, é único estado brasileiro a construir unidades socioeducativas, mesmo com o cenário de crise econômica nacional. No total, serão 10 novas unidades.

Somente na capital, os investimentos são de R\$ 4.351.753,14 em adequação, ampliação e reforma do Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) de Goiânia e na construção de duas Casas de Semiliberdade, que terão a capacidade acrescida em 140 novas vagas.

Todas as unidades do Socioeducativo dispõem de contrato com empresa de reparos e manutenção de estruturas físicas. As novas unidades permitiram a desativação de duas unidades que funcionavam em pavilhões de batalhões da Polícia Militar.

Mais uma vez, o Governo de Goiás lamenta o ocorrido, externa sua total solidariedade e se coloca à disposição dos familiares dos adolescentes.

22

COMENTÁRIOS

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site. Se achar algo que viole os **termos de uso**, denuncie. Leia as **perguntas mais frequentes** para saber o que é impróprio ou ilegal.

R. S.

HÁ 2 ANOS

Alguns comentaristas aqui entendem tanto do assunto quanto de exploração espacial. Sempre com os velhos jargões que apontam soluções miraculosas para um problema crônico... Antes de postar

asneiras se aprofundem no assunto...

R. A.

HÁ 2 ANOS

TINHA DE TER MORRIDO TODOS , SÃO VERMES DA SOCIEDADE .

R. R.

HÁ 2 ANOS

Era pra ter morrido todos esses vermes do diabo.

J. E.

HÁ 2 ANOS

se matam uns aos outros para o bem da sociedade. este deveria ter morrido também e todos os outros também.

M. A.

HÁ 2 ANOS

Foram eles que colocaram fogo no colchão , então foi suicidio. Caso encerrado! Menos nove pra roubar, matar e estuprar!!!!

E. L.

HÁ 2 ANOS

Pois deviam ter morrido era todos os 10...mas daqui a pouco a conta fecha...

C. L.

HÁ 2 ANOS

Vamos fazer um favor a nós mesmos, Vamos levar presentes para os "pobres adolescentes", que sobraram, eu sugiro:Gasolina aditivada e isqueiro da Bic, senão alcool da Sheel e fósforo Beija Flor

J. S.

HÁ 2 ANOS

que azar.. sobrou um?..ali só tinha santinho.. todos com asinhas..

○

C. L.

HÁ 2 ANOS

Pois é, porque não saíram voando né?

C. L.

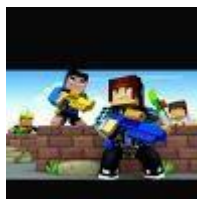
HÁ 2 ANOS

Acho que o Governo tem coisas mais importantes pra resolver, este fato pra mim e caso resolvido, entreguem estespresuntos para os donos e bola pra frente

E. S.

HÁ 2 ANOS

Que todos os presos do mundo sigam o exemplo!!



M. A.

HÁ 2 ANOS

Suponho que nenhum de vocês tenham filhos, ou crianças na família? Porque ninguém está imune. pense em suas palavras enquanto há tempo. Os atos deles foi muitas vezes por ter pais iguais a vocês. Então pergunto onde está seu filho? Ou onde ele estará daqui uns 5 anos? Você sabe?

E. L.

HÁ 2 ANOS

M., deve ter alguns dos seus guardados na chave, pra fazer esses cmnts...Pois deviam ter morrido era todos os

10...mas daqui a pouco a conta fecha...

R. A.

HÁ 2 ANOS

**** BANDIDOS SEJAM MENORES OU MAIORES SÃO BONS MORTOS ****

■

R. S.

HÁ 2 ANOS

Não se preocupe M. Esses b o ç a i s que aqui comentam tem opiniões formadas a partir de conversas de boteco e de internet. Tratam um problema tão profundo com imbecilidades como se a vida criminosa fosse, unicamente, fruto da opção.

Mas, garanto que, a coisa muda de figura quando um dos seus é envolvido....

C. L.

HÁ 2 ANOS

Interessante, os bandidinhos ateam fogo no lar deles, e daí morre só nove, e ainda publicam assim: Não vamos divulgar os nomes dos "Jovens" para não trazer constrangimento as suas famílias, pode isto? Constrangimento maior é que estes trastes traziam para o cidadão de bem, e inclusive para suas próprias familiares, (se é que estes prestem), acho que foi uma faxina

preventiva, "jovens" já eram assim, imagina adultos.

M. M.

HÁ 2 ANOS

que pena...

C. F.

HÁ 2 ANOS

Lamentável ter sobrevivido um e mais lamentável o fogo não ter se espalhado pelo resto do complexo e eliminado o resto das sementinhas do mal.

○

W. N.

HÁ 2 ANOS

parabens sabias
palavras

W. N.

HÁ 2 ANOS

menos nove ta no colo do capeta
kkkkkk

W. G.

HÁ 2 ANOS

Lamentavel é a globo chamar os delinquentes de adolescentes. Engraçado que acabou de acontecer e os direitos dos manos ja

estavam la. Quando eles matam policiais pais de familia esses animais nem
ligam

M. V.

HÁ 2 ANOS

Eles atearam fogo então foi suicidio.

ANEXO 4 - REPORTAGEM 4 - *Emais Goiás*

Servidores foram negligentes em incêndio que matou menores em centro de internação, afirma Polícia Civil

Imagens do circuito interno do local mostram que fogo começou a ser combatido apenas quatro minutos após ter iniciado



Thais Lobo

Do Mais Goiás | Em: 27/08/2018 às 13:09:54



Foto: Reprodução

A Polícia Civil indiciou, por homicídio culposo, 13 servidores pelo incêndio que culminou, no último dia 25 de maio, com a morte de 10 internos que cumpriam pena sócio educativa no 7º Batalhão da Polícia Militar, no Jardim Europa, em Goiânia. Adjunto da Delegacia Estadual de Investigações de Homicídios (DIH), o delegado Hellyton Carvalho afirma ter obtido provas de que os servidores mentiram em depoimento, e demoraram quase cinco minutos para iniciar o combate ao fogo.

Imagens obtidas pela Polícia Civil indicam que o incêndio começou exatamente às 11 horas, 10 minutos e 40 segundos. O circuito interno do local também mostra que, logo quando as primeiras chamadas apareceram, um adolescente que fazia o serviço de limpeza avisa os agentes.

Tocador de vídeo

00:00

01:53

“Somente quatro minutos e alguns segundos depois de serem avisados, é que

a coordenadora, os agentes de segurança, e os educadores pegam alguns baldes e uma mangueira, e, então, começam a combater o fogo”, relatou o delegado.

O Corpo de Bombeiros, segundo as investigações, só foi acionado às 11 horas e 27 minutos. “Nós descobrimos também que eles só ligaram para os Bombeiros quando constataram que nove adolescentes já estavam sem vida dentro da cela, ou seja, eles descumpriram tudo o que determina o Procedimento Operacional Padrão”, pontuou.

A tragédia, segundo o delegado, poderia ter sido bem menor, caso o combate às chamadas tivesse sido imediato. “O que

observamos é que, devido à negligência e demora, o fogo se alastrou, e, com certeza, contribuiu para os 10 óbitos, por isso indicamos todos eles,” concluiu Hellyton Carvalho.

Os 13 servidores que estavam de serviço no dia do incêndio foram afastados do serviço pela Secretaria Cidadã, que é quem cuida dos Centros de Internação de menores infratores em Goiás. O delegado concluiu dizendo não ter conseguido apurar se de fato existiam extintores de combate à incêndio na unidade, mas que isso seria irrelevante, uma vez que as chamas foram facilmente combatidas com a mangueira que existia no local.

TÓPICOS

ANEXO 5 - REPORTAGEM 5 – *Justificando*



Segunda-feira, 28 de maio de 2018

Tragédia anunciada: presídio em que nove adolescentes morreram queimados estava condenado por Governo e pelo TJGO

Foto: reprodução/TV Anhanguera

Se a barbárie não estivesse tão normalizada, provavelmente a morte de nove adolescentes queimados em incêndio no Centro de Internação Provisória (CIP), em Goiânia, despertaria alguma reação indignada na sociedade civil. Ante suas péssimas condições estruturais, o lugar de encarceramento de jovens estava condenado à interdição desde 2013 em acordo assinado pelo próprio governo, como também havia relatório do Tribunal de Justiça de Goiás, em vistoria no ano passado, identificando superlotação e a precária situação no presídio. Apesar de todos os indicativos, nada foi feito pelas autoridades e agora o Brasil sedia mais uma tragédia em seu cárcere.

O incêndio ocorreu na manhã da última sexta, 25. Segundo foi apurado, alguns jovens protestaram contra a possível transferência de internos em decorrência de barulhos à noite e atearam fogo em um colchão do lado de fora da grade. A manifestação, contudo, tomou consequências contrárias e o fogo entrou para dentro do alojamento e se espalhou para outros colchões. No momento, funcionários do presídio estavam almoçando no refeitório e, ao perceberem as chamas, retiraram os internos mais próximos e tentaram apagar as chamas com mangueiras, uma vez que a unidade não continha extintores de incêndio. O Governo de Goiás nega a inexistência de extintores no local.

As dificuldades estruturais imensas em apagar as chamas se somavam ainda ao enorme calor. Um agente queimou suas mãos ao tentar abrir a grade da cela. *“Meus colegas estão arrebatados psicologicamente, fizeram o que estava no alcance do atendimento. Ninguém é louco de deixar o povo pegar fogo”*, desabafou um agente ao jornal goiano [“O Popular”](#).

A tragédia era mais que anunciada. Segundo apurou o mesmo jornal, em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em 2012, o governo de Goiás assumiu o compromisso da construção de novas unidades do sistema socioeducativo e o fechamento do CIP, já que ele funciona em um batalhão da Polícia Militar (PM), local considerado inadequado para alojar crianças e adolescentes infratores.

Além disso, o Tribunal de Justiça de Goiás, por meio do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo, fez em julho do ano passado uma vistoria no local. Na oportunidade, em 13 categorias analisadas, o CIP foi avaliado como a pior nota possível em 8 quesitos, dentre os quais destacam-se instalação hidráulica, estrutura predial e temperatura dos alojamentos.

Segundo o relatório do Tribunal de Justiça, foi identificada condição insalubre no alojamento, com odor fétido e sem leitos suficientes para abrigar os adolescentes. O documento do próprio tribunal afirma que o local não permite atendimento em “condições dignas e humanizadas aos internos”.

Especialista afirma responsabilidade do Estado no presente caso

Para **Ana Claudia Cifali**, Coordenadora Adjunta do Departamento de Infância e Juventude do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM): *“O Estado era e é responsável pela integridade física desses adolescentes. A superlotação é um fator que agrava o problema, mas a situação de hoje não pode ser chamada de ‘imprevisto’, dado que conflitos desse tipo são recorrentes no sistema socioeducativo, porque resultam das constantes violações pelas quais esses adolescentes passam”*.

Cifali destaca a superlotação do local como um quadro agravante da responsabilidade, bem como questiona a estrutura da equipe que trabalha no local – *“é importante apurar, neste caso, alguns pontos específicos: se os funcionários do sistema socioeducativo recebem capacitação, para enfrentar essas situações; se há programa de prevenção contra incêndios; se existe um plano de ação na unidade; e se os equipamentos estavam em condições de funcionamento para quando necessário”*.

“Verificada qualquer omissão nesse sentido reflete a negligência e, portanto, culpa do Estado com relação à perda desses nove adolescentes” – conclui.

ANEXO 6 - REPORTAGEM 6 - O Popular

JC

Classi | Clube O Popular | Jornal Daqui | Jornal do Tocantins | Ludovica

O Popular 62 99995 2795 BUSCAR 4 RAQUEL X ANUNCIE AQUI ASSINE JÁ R\$5,90 R\$5,90 R\$5,90

CAPA POLÍTICA ECONOMIA MUNDO **CIDADES** ESPORTE MAGAZINE LUDOVICA OPINIÃO ESPECIAIS INFOMERCIAL VÍDEOS GUIAS PODCAST ÁUDIO DIGITAL

Thalys Alcântara
thalys.alcantara@o-popular.com.br

CIDADES

Combate ao fogo em Centro de Internação Provisória tem duas versões

Corpo de Bombeiros afirma que chamas foram apagadas por servidores, mas não diz se existiam extintores em incêndio que matou 9 adolescentes. Estado garante que havia dispositivo

28/05/2018 - 21:00



Continue lendo Mais lidas

- 1 Combate ao fogo em Centro de Internação Provisória tem duas versões
- 2 Coronavírus: Goiânia tem 30 novos casos nas últimas 24 horas e registra aument...
- 3 Mais três unidades do Vapt Vupt voltam a funcionar nesta segunda-feir...
- 4 PM apreende duas carretas com cigarros em Jussara
- 5 Galpão pega fogo durante a madrugada deste domingo (3), no Seto...

O Corpo de Bombeiros de Goiás (CBMGO) informou por nota que o incêndio que atingiu o Centro de Internação Provisório (CIP), no Jardim Europa em Goiânia, e matou nove adolescentes na última sexta-feira (25), foi controlado pelos próprios trabalhadores da unidade "por meio do uso do sistema preventivo". No entanto, a corporação não informa se havia extintores no local. Segundo a nota, o fogo já havia sido controlado quando a equipe chegou no local da ocorrência.

Dois servidores do CIP ouvidos pela reportagem dizem que no momento em que constataram o incêndio não havia extintores e tiveram que utilizar uma mangueira acoplada a um hidrômetro. Já Luzia Dora Juliano Silva, diretora geral do Grupo Executivo de Apoio a Crianças e Adolescentes (Gecria), o órgão responsável pela gestão do sistema socioeducativo em Goiás, garante que existiam extintores disponíveis e os bombeiros os utilizaram no combate ao fogo.

Na última sexta, internos do alojamento 1 do CIP colocaram fogo em um colchão no corredor da ala como forma de realizar uma reivindicação. No entanto, as chamas se espalharam para o interior da cela. Além dos nove mortos, um adolescente ficou gravemente ferido com 90% do corpo queimado. Ele está internado em estado



Continue lendo	Mais lidas
1	Combate ao fogo em Centro de Internação Provisória tem duas versões
2	Coronavírus: Goiânia tem 30 novos casos nas últimas 24 horas e registra aument...
3	Mais três unidades do Vapt Vupt voltam a funcionar nesta segunda-feir...
4	PM apreende duas carretas com cigarros em Jussara
5	Galpão pega fogo durante a madrugada deste domingo (3), no Seto...

gravemente ferido com 90% do corpo queimado. Ele está internado em estado gravíssimo no Hospital de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (Hugol), em Goiânia.

Durante a tarde desta segunda-feira (28), representantes do Gecria, do Judiciário, da Defensoria Pública e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente participaram de reunião no Centro Estadual de Apoio ao Deficiente (Cead), na Vila Nova, para debater a situação do CIP. Familiares das vítimas também participaram do encontro. Foi deliberada a criação de um fórum de debate junto a chefes de poderes para adequar o CIP ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

Por nota, a Secretaria Cidadã, responsável pelo Gecria, apenas informou que o titular da pasta, Murilo Mendonça, pediu celeridade nas investigações. Mendonça não participou da reunião desta segunda-feira, mas se encontrou com o delegado geral da Polícia Civil, André Fernandes de Almeida.

Uma orientação do governador José Eliton (PSDB) pede que apenas a Secretaria Cidadã se pronuncie sobre o assunto. A reportagem tentou contato pelo celular do secretário Murilo Mendonça, mas não obteve resposta até o fechamento desta



Continue lendo	Mais lidas
1	Combate ao fogo em Centro de Internação Provisória tem duas versões
2	Coronavírus: Goiânia tem 30 novos casos nas últimas 24 horas e registra aument...
3	Mais três unidades do Vapt Vupt voltam a funcionar nesta segunda-feir...
4	PM apreende duas carretas com cigarros em Jussara
5	Galpão pega fogo durante a madrugada deste domingo (3), no Seto...

JC Classi | Clube O Popular | Jornal Daqui | Jornal do Tocantins | Ludovica

O Popular 62 99995 2795 BUSCAR 4 RAQUEL X ANUNCIE AQUI ASSINE JÁ R\$5,90 12 MES

CAPA POLÍTICA ECONOMIA MUNDO **CIDADES** ESPORTE MAGAZINE LUDOVICA OPINIÃO ESPECIAIS INFOMERCIAL VÍDEOS GUIAS PODCAST ÁUDIO DIGITAL

Por nota, a Secretaria Cidadã, responsável pelo Gecria, apenas informou que o titular da pasta, Murilo Mendonça, pediu celeridade nas investigações. Mendonça não participou da reunião desta segunda-feira, mas se encontrou com o delegado geral da Polícia Civil, André Fernandes de Almeida.

Uma orientação do governador José Eliton (PSDB) pede que apenas a Secretaria Cidadã se pronuncie sobre o assunto. A reportagem tentou contato pelo celular do secretário Murilo Mendonça, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição. A assessoria da pasta informou que ele não dará entrevista e que as informações serão respondidas apenas por notas.

Também nesta segunda-feira, o Conselho Regional de Psicologia 9ª Região emitiu uma nota de solidariedade aos familiares e profissionais ligados ao CIP. A entidade responsabilizou o Estado pela tragédia, que estaria ignorando a "necessidade de especial respeito" à condição de pessoa em desenvolvimento.

WhatsApp Email Facebook Twitter LinkedIn

Continue lendo Mais lidas

- 1 Combate ao fogo em Centro de Internação Provisória tem duas versões
- 2 Coronavírus: Goiânia tem 30 novos casos nas últimas 24 horas e registra aument...
- 3 Mais três unidades do Vapt Vupt voltam a funcionar nesta segunda-feir...
- 4 PM apreende duas carretas com cigarros em Jussara
- 5 Galpão pega fogo durante a madrugada deste domingo (3), no Seto...

ANEXO 7 - REPORTAGEM 7 - G1

Novas imagens mostram suposta demora de agentes

durante incêndio em Centro de Internação Provisória que matou 10 adolescentes, em Goiânia

Polícia indiciou 13 servidores públicos por homicídio culposo. Sindicância da Secretaria Cidadã apontou mesmo resultado e levou ao afastamento de equipe.

Por Raquel Morais, G1 GO

29/08/2018 12h58 Atualizado há um ano



Novas imagens mostram incêndio em centro de internação que matou 10 menores, em Goiânia

Novas imagens, obtidas com exclusividade pela TV Anhanguera, mostram a suposta demora de servidores no socorro a vítimas no dia em que o **Centro de Internação Provisória de Goiânia (CIP) foi atingido por um incêndio**. O ocorrido levou à morte dez adolescentes infratores. **A Polícia Civil indiciou na segunda-feira (27) 13 servidores públicos** por homicídio culposo e apontou que eles foram negligentes.

O incêndio ocorreu em maio. As gravações mostram o prédio de vários ângulos. É possível ver fumaça saindo pela janela do alojamento a partir de 11h11. Do outro lado, a cortina de fumaça avança pela porta. Policiais militares aparecem

do lado de fora, e dois deles dão a volta na unidade. A fumaça aumenta muito, e os PMs aguardam cerca de três minutos segurando as armas.

A câmera apontada para a entrada do CIP registra três policiais sentados. Quando o fogo começa, um policial que está ao celular se levanta. Servidoras passam com prato na mão e continuam comendo. A coordenadora, de blusa estampada de vermelho e calça jeans, surge em seguida e conversa com os PMs. Às 11h14, ela pega um celular e repassa a uma servidora, que faz ligações.



Policiais percebem fumaça durante incêndio em alojamento de menores infratores no Centro de Internação Provisória, em Goiânia — Foto: Reprodução/TV Anhanguera

A TV Anhanguera apurou que havia ao menos dois celulares funcionando no CIP no momento em que o incêndio começou, mas a primeira ligação para o Corpo de Bombeiros só teria começado

17 minutos depois. Ainda segundo as imagens, um agente e um socioeducador pegaram a mangueira no hidrante que fica na recepção e só depois os PMs foram autorizados a entrar na unidade.

A Secretaria Cidadã informou, por meio de nota, que dos 13 servidores afastados "quatro fizeram treinamento específico de combate a incêndio" mesmo que o curso tenha sido "disponibilizado a todos os servidores que atuam no socioeducativo". Ainda conforme o órgão, os treinamentos não são obrigatórios.

O **G1** procurou a Polícia Militar por telefone e por e-mail no início da tarde desta quarta (29) para comentar o ocorrido, mas não recebeu retorno até a última atualização desta reportagem.

Uma sindicância feita pela secretaria apontou resultado semelhante ao da investigação policial, e **13 servidores foram afastados do CIP e encaminhados para funções administrativas.** Os nomes deles não foram divulgados nem pela pasta nem pela Polícia Civil.



Servidoras do Centro de Internação Provisória de Goiânia (CIP) após início de incêndio que levou à morte de dez adolescentes — Foto: Reprodução/TV Anhanguera Advogado dos servidores, Pedro Henrique Aires do Prado disse que a mangueira que apareceu nas imagens era a única que existia no CIP. “De frente ao alojamento onde aconteceu o incêndio tinha um hidrante, porém estragado, servia de depósito.”

Preferindo não se identificar, uma socioeducadora disse que os servidores ficaram perdidos, “igual a uma barata tonta”, sem saber como agir diante do fogo. “E aí você fica de mãos atadas, você não sabe o que fazer e fica parecendo barata tonta, porque não tem ninguém com capacitação pra direcionar as pessoas. Estavam todos sem direcionamento.”

A mulher afirmou ainda que, em quase dez anos de prestação de serviços na área, nunca recebeu um treinamento de incêndio. “Para mim, treinamento seria colocar em situação, sabe? Seria uma simulação, isso é treinamento. Demonstração não é treinamento.”

“Eu estava atônita. Eu estava na minha cabeça ‘meu Deus, que que eu faço? Não tem extintor’ e, para ser sincera, eu não lembrei de mangueira, porque o meu emocional não me deixou.”

Em nota encaminhada à TV Anhanguera, a Secretária Cidadã disse que disponibilizou cursos para os servidores que atuam no sistema socioeducativo e que 4 dos 13 servidores afastados fizeram esse treinamento. Além disso, informou que o estatuto não os obriga a passar pela capacitação.

O órgão disse ainda que havia extintores no centro e que o hidrante funcionava no dia do incêndio, assim com os telefones.

O advogado que defende os servidores afirma que eles fizeram o possível diante da estrutura quetinham. “Faltou treinamento, faltou orientação por parte da coordenação.”

“[Faltou] Determinar o que cada servidor tinha que fazer, o que tinha que usar, se realmente tinha os extintores, como afirma a secretaria e onde estavam. Tudo isso culminou para a tragédia”, declarou Pedro Henrique.

Investigação

Segundo o delegado Hellyton Carvalho, apesar de, em depoimento, os servidores afirmarem que começaram a combater o fogo assim que notaram as chamas, as imagens contestam a versão, indicando que os responsáveis pelo CIP só começaram a agir 4 minutos depois, com baldes de água, e só chamaram o Corpo de Bombeiros quase 20 minutos depois do incêndio começar.



Polícia indicia 13 servidores pela morte de 10 menores em incêndio em Centro de Internação

“O que a gente observa é que o fogo foi constatado por volta de 11h10 e apenas por volta de 11h15 é que os agentes passaram a tentar combatê-lo, embora o procedimento operacional padrão deles diga que eles deveriam agir prontamente, seja no sentido de utilizar extintores, utilizar água, ou acionar o Corpo de Bombeiros”

“O mais grave é que o Corpo de Bombeiros só foi acionado as 11h27, 17 minutos depois do início do incêndio”, disse o delegado.

O **incêndio ocorreu no último dia 25 de maio de 2017**, no Centro de Internação Provisória, que ficadentro do 7º Batalhão da Polícia Militar, no Jardim Europa. Segundo a Polícia Civil, o fogo foiprovocado por menores de um dos alojamentos, que colocaram fogo em um pedaço de colchão. Nove adolescentes morreram carbonizados no momento do incêndio, e outro menor morreu apósquase um mês internado na Unidade de Terapia Intensiva do Hospital de Urgências GovernadorOtávio Lage de Siqueira (Hugol).

De acordo com o delegado, o inquérito aponta que não havia como os servidores terem aberto as celas, já que, além do fogo ter atingido a entrada do local, os internos haviam amarrado fios lacrando as grades. No entanto, o investigador concluiu que havia chances do fogo ter sido combatido pelos funcionários antes mesmo de atingir o alojamento e matar os internos.



Equipes do Corpo de Bombeiros durante combate a incêndio no Centro de Internação Provisória(CIP) do 7º Batalhão da Polícia Militar, em Goiânia, onde jovens morreram — Foto:

Reprodução/TV Anhanguera

“Ficou constatado que os próprios menores do alojamento atearam fogo em colchões e jogaram no corredor que fica em frente à entrada. Então o fogo impediria a passagem de qualquer agente para tentar abrir o local. Inclusive, no protesto deles, eles chegaram a amarrar com fios a entrada do alojamento, o que também dificultou quando os agentes, ao apagar o fogo, entrassem para socorrê-los. O que restava era apagar as chamas” “Acreditamos que se houvesse esta atuação mais enérgica no início, o fogo teria sido extinto no início”, considerou o delegado.

Os 13 servidores foram indiciados por homicídio culposo, quando não há intenção de matar, mas se assume o risco de morte, já que, segundo o delegado, houve negligência no atraso ao socorro às vítimas.

Cronologia dos fatos, segundo a Polícia Civil:

- **11h10** – Incêndio é notado por uma servidora que servia o almoço
- **11h11** – Interno percebe o fogo e avisa outras servidoras
- **11h11** – Servidores observam o fogo, mas não tomam nenhuma atitude
- **11h12** – Coordenadora sai para preencher solicitação de intervenção policial
- **11h14** – Coordenadora e servidores observam o fato e uma pedagoga aparece sorrindo no pátio
- **11h14** – Coordenadora pede apoio a um interno, os dois vão para a ala que pega fogo e tentam apagar o fogo com um balde, enquanto servidores aguardam a chegada de uma mangueira
- **11h15** – A mangueira chega e eles tentam acoplar à torneira, enquanto o menor continua jogando baldes d'água no fogo;
- **11h15** – A mangueira começa a funcionar e os servidores começam a combater o fogo
- **11h27** – O Corpo de Bombeiros é acionado, mas quando chega ao local o fogo já foi combatido

'Ajuda, ajuda!'

No relatório da sindicância, divulgado no último dia 14 pelo Jornal O Popular, consta o depoimento de um adolescente que disse ter ouvido os internos pedindo ajuda. Um deles gritou: "Socorro, educador, nós (sic) tá queimando". Outro implorou:

"Vai nos deixar morrer, educador? Ajuda, ajuda".

Ainda conforme o relatório, o circuito interno mostra que vários servidores passaram pelo local onde o incêndio ocorria e "nada fazem". Um deles, inclusive, faz sinal com as mãos em forma de desdém e ainda sorri "com total descaso da situação".

10

COMENTÁRIOS

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site. Se achar algo que viole os [termos de uso](#), denuncie. Leia as [perguntas mais frequentes](#) para saber o que é impróprio ou ilegal.

Este conteúdo não recebe mais comentários.

•

Dr. P.

HÁ 2 ANOS

os próprios detentos atearam fogo nos colchões, então se querem culpar alguém, que sejam os detentos.



○

B. S.

HÁ 2 ANOS

estavam no lugar certo ... nao podemos culpar certas pessoas pelo ato de terceiros

M.

HÁ 2 ANOS

Menos um punhado de bandidos, deveria ter ido mais pra vala!

F. S.

HÁ 2 ANOS

Ué como começou o incêndio?

D. J.

HÁ 2 ANOS

Espera aí pra voces verem a indenização que o Estado vai ter que pagar para essas 10 famílias.....

○

M. Z.

HÁ 2 ANOS

verdadelamentavel

.....

M. P.

HÁ 2 ANOS

A culpa é do Estado, que além de não capacitar o seu pessoal, aloja esses delinquentes em verdadeiros depósitos que irão formar bandidos com alta periculosidade para o crime.

R. M.

HÁ 2 ANOS

Esses anjinhos estavam fazendo o que pra terem sido trancados na cadeia? As verdadeiras vítimas são os cidadãos de bem

que foram agredidos por esses trastes.

M.

HÁ 2 ANOS

Servidores não é bombeiro, fez o certo de não fazer nada. E a Polícia também não são bombeiros. E benza a Deus foi -10

F. F.

HÁ 2 ANOS

Agora, convenhamos, não se perdeu nada! As famílias sofrem, porém ninguém fala nas vítimas desses criminosos.

ANEXO 8 - REPORTAGEM 8 - G1

Polícia indícia 13 servidores pela morte de 10 adolescentes durante incêndio em Centro de Internação de Goiânia

Delegado concluiu, com base em imagens de Câmeras de Segurança, que houve negligência dos funcionários que, segundo ele, demoraram começar a combater o fogo; veja cronologia dos fatos.

Por Murillo Velasco, G1 GO

27/08/2018 13h47 Atualizado há um ano



Polícia indícia 13 servidores pela morte de 10 menores em incêndio em Centro de Internação

A Polícia Civil indiciou, nesta segunda-feira (27), 13 servidores públicos estaduais por homicídio culposo no caso em que 10 adolescentes morreram em **incêndio no Centro de Internação Provisória** de **Goiânia** (CIP), ocorrido em maio deste ano. Segundo a corporação, eles foram negligentes ao demorar começar a combater o fogo e a tentar salvar os menores. Câmeras de segurança registraram quando chamas começaram (*veja acima*).

Por e-mail, a Secretária Cidadã, responsável pelo CIP, informou que vai analisar o inquérito, ao qual teve acesso na segunda. O órgão também citou a sindicância que realizou, na qual também chegou à conclusão de que 13 servidores "supostamente foram negligentes". Eles foram afastados das funções.

"Ainda em âmbito administrativo, uma comissão do Processo Administrativo Disciplinar (PAD) foi criada para aprofundar as apurações e, eventualmente, punir possíveis culpados", declarou.

A Polícia Civil não divulgou o nome dos servidores indiciados, mas a secretaria já havia afirmado que os **13 servidores haviam sido afastados temporariamente** de suas funções.

Segundo o delegado Hellyton Carvalho, apesar de, em depoimento, os servidores afirmarem que começaram a combater o fogo assim que notaram as chamas, as imagens contestam a versão, indicando que os responsáveis pelo CIP só começaram a agir 4 minutos depois, com baldes de água, e só chamaram o Corpo de Bombeiros quase 20 minutos depois do incêndio começar.

"O que a gente observa é que o fogo foi constatado por volta de 11h10 e apenas por volta de 11h15 é que os agentes passaram a tentar combatê-lo, embora o procedimento operacional padrão deles diga que eles deveriam agir prontamente, seja no sentido de utilizar extintores, utilizar água, ou acionar o Corpo de Bombeiros"

"O mais grave é que o Corpo de Bombeiros só foi acionado as 11h27, 17 minutos depois do início do incêndio", disse o delegado.

O **incêndio ocorreu no último dia 25 de maio de 2017**, no Centro de Internação Provisória, que fica dentro do 7º Batalhão da Polícia Militar, no Jardim Europa, região sudoeste da capital. Segundo a Polícia Civil, o fogo foi provocado por menores de um dos alojamentos, que colocaram fogo em um pedaço de colchão.

Nove adolescentes morreram carbonizados no momento do incêndio, e outro menor **morreu após quase um mês internado** na Unidade de Terapia Intensiva do Hospital de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (Hugol).



Imagem mostra quando fogo começa em Centro de Internação de Goiânia — Foto: Reprodução/TV

Anhanguera

Cronologia dos fatos, segundo a Polícia Civil:

- **11h10** – Incêndio é notado por uma servidora que servia o almoço
- **11h11** – Interno percebe o fogo e avisa outras servidoras
- **11h11** – Servidores observam o fogo, mas não tomam nenhuma atitude
- **11h12** – Coordenadora sai para preencher solicitação de intervenção policial
- **11h14** – Coordenadora e servidores observam o fato e uma pedagoga aparece sorrindo no pátio
- **11h14** – Coordenadora pede apoio a um interno, os dois vão para a ala que pega fogo e tentam apagar o fogo com umbalde, enquanto servidores aguardam a chegada de uma mangueira
- **11h15** – A mangueira chega e eles tentam acoplar à torneira, enquanto o menor continua jogando baldes d'água no fogo;
- **11h15** – A mangueira começa a funcionar e os servidores começam a combater o fogo
- **11h27** – O Corpo de Bombeiros é acionado, mas quando chega ao local o fogo já foi combatido

De acordo com o delegado, o inquérito aponta que não havia como os servidores terem aberto as celas, já que, além do fogo ter atingido a entrada do local, os internos haviam amarrado fios lacrando as grades. No entanto, o investigador concluiu que havia chances do fogo ter sido combatido pelos funcionários antes mesmo de atingir o alojamento e matar os internos.

“Ficou constatado que os próprios menores do alojamento atearam fogo em colchões e jogaram no corredor que fica em frente à entrada. Então o fogo impediria a passagem de qualquer agente para tentar abrir o local. Inclusive, no protesto deles, eles chegaram a amarrar com fios a entrada do alojamento, o que também dificultou quando os agentes, ao apagar o fogo, entrassem para socorrê-los. O que restava era apagar as chamas” “Acreditamos que se houvesse esta atuação mais enérgica no início, o fogo teria sido extinto no início”, considerou o delegado.

Os 13 servidores foram indiciados por homicídio culposo, quando não há intenção de matar, mas se assume o risco de morte, já que, segundo o delegado, houve negligência no atraso ao socorro às vítimas.



Equipes do Corpo de Bombeiros durante combate a incêndio no Centro de Internação Provisório (CIP) do 7º

Batalhão da Polícia Militar, em Goiânia, onde nove jovens morreram — Foto: Reprodução/TV Anhanguera

Falta de extintores

Tanto durante a sindicância realizada pela Secretaria Cidadã, quanto durante os depoimentos à Polícia Civil, parte dos servidores envolvidos no procedimento **afirmou que não havia extintores na unidade**. De acordo com o delegado, uma inspeção feita pelo Corpo de Bombeiros após o fato constatou que, atualmente, o local está dentro das normas técnicas exigidas.

A Secretaria Cidadã informou à TV Anhanguera que existiam extintores de incêndio dentro da unidade no momento do ocorrido, mas que, para evitar que eles fossem utilizados em possíveis rebeliões, os itens ficavam guardados em outros lugares, como na cozinha, na sala de artesanato e no almoxarifado.

“Depois do fato, houve uma vistoria por parte do Corpo de Bombeiros, que constatou que atualmente o Centro se encontra de acordo com as normas técnicas. Ficou-se a dúvida em relação a época dos fatos, alguns servidores relataram que não havia extintores, outros disseram que havia, mas não souberam indicar onde estavam. Independentemente disto, o próprio procedimento operacional padrão diz que tem que ser avaliado o uso, seja de extintores, de água ou de acionamento do Corpo de Bombeiros”, disse.

“Independentemente se havia extintor ou não, tinha que ser usado baldes de água e a mangueira, como foi usado, de forma atrasada, e isso serviu para apagar o incêndio”, disse o delegado.

‘Ajuda, ajuda!’

No relatório da sindicância, divulgado no último dia 14 pelo Jornal O Popular, consta o depoimento de um adolescente que disse ter ouvido os internos pedindo ajuda. Um deles gritou: "Socorro, educador, nós (sic) tá queimando". Outro implorou:

"Vai nos deixar morrer, educador? Ajuda, ajuda".

Ainda conforme o relatório, o circuito interno mostra que vários servidores passaram pelo local onde o incêndio ocorria e "nada fazem". Um deles, inclusive, faz sinal com as mãos em forma de desdém e ainda sorri "com total descaso da situação".



Familiares fazem ato em homenagem a nove mortos em incêndio em centro de internação em Goiânia Goiás

— Foto: Paula Resende/G

ANEXO 9 - REPORTAGEM 9 – *Ponte*

A história dos 10 adolescentes queimados vivos em Goiás

29/07/18 por Yago Sales/Dia Online

Dois meses depois de incêndio, conheça a história dos jovens mortos no Centro de Internação Provisória, instalado no 7º Batalhão da Polícia Militar de Goiás



*Publicado originalmente no [Dia Online](#).

Dois meses depois de dez adolescentes morrerem queimados no Centro de Internação Provisória (CIP) para menores em conflito com a lei, conhecido como “cadeião”, instalado dentro do 7º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Goiás, em Goiânia, ninguém consegue explicar o que aconteceu naquela sexta-feira, dia 25 de maio de 2018.

Superlotado, o CIP tinha 80 jovens – dos quais 57 definitivos e 23 provisórios. O incêndio incinerou o futuro de jovens e se transformou na maior tragédia da história do socioeducativo goiano. Mas o Brasil não enxergou a tragédia: o país estava de olhos atentos na greve dos caminhoneiros, que se mobilizavam quando o fogo atingiu o alojamento 1.

Desde o dia do incêndio, o Portal Dia Online acompanha o caso. Conversou com especialistas, testemunhas e conseguiu, em dois meses, ouvir familiares dos dez adolescentes. A proposta é contar ao leitor que, muito além dos atos infracionais, existe uma história por trás de cada morto sob a tutela do Estado no Alojamento 1, da ala “A”

do CIP.

Muitos dos jovens são órfãos – de pais vivos ou mortos -, seduzidos por facções criminosas e coagidos por policiais corruptos que ocupam as periferias de Goiânia e Região Metropolitana. “Um policial pediu para meu filho conseguir drogas e armas. Eu vi no celular a mensagem”, diz uma mãe. “Traficantes entraram aqui em casa, queriam matar minha família se ele não assumisse o crime”, conta outra.

Algumas mães demoraram até 50 dias para responder aos pedidos de entrevista, outras marcavam e desmarcavam. Por telefone, ou em suas casas em bairros afastados, elas contaram quem eram os filhos antes e depois de entrarem para a vida do crime. Como muitos deles cederam, a rotina em uma unidade de cumprimento de medida socioeducativa em regime fechado e a dor de enterrar filhos em caixões lacrados.

“Para a sociedade são menos dez bandidos”, disse uma das mães entrevistadas. Outra acredita que a sociedade não quer saber o que sente a mãe de “bandidinho”. A proposta de uma reportagem que humanize os adolescentes é, prioritariamente, diagnosticar um dos mais ineficazes dispositivos que evitaria a violência em Goiás: o sistema socioeducativo. Há quem acredite que o sistema não ressocializa, mas devolve o adolescente ainda pior.

As chamadas

Enquanto pais saíam desolados do 7º Batalhão, mesmo aqueles que souberam que os filhos sobreviveram, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-GO), Defensoria Pública, Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO) e do Juizado da Infância e da Juventude não tiveram dúvidas: a morte dos dez adolescentes foi uma tragédia anunciada, como versa a música do Rappa.

Segundo a versão oficial, os jovens teriam ateado fogo em um pedaço de colchão e jogado próximo ao alojamento 1, na ala “A” por causa da transferência de dois adolescentes. A versão foi sustentada por funcionários ouvidos pelo Portal Dia Online, mas aguarda laudos para conclusão de um inquérito na Delegacia de Investigação de Homicídios (DIH). O delegado Hellyton Carvalho, responsável pela investigação, foi procurado durante semanas, mas repetia: “Não posso adiantar nada”.



Cenário da tragédia | Foto: Reprodução

“Eles nunca querem ser transferidos. O CIP é um inferno, mas eles preferem lá. Os outros lugares são muito piores”, conta a mãe de um adolescente da unidade encaminhado para o Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) antes do incêndio. “Meu filho chora querendo voltar, mas não me conta nada. Sabe que vou denunciar”, fala, em um encontro com a reportagem no Terminal Padre Pelágio.

Onze jovens entre 15 e 18 anos dividiam o espaço incendiado. Um deles saiu minutos antes e foi poupado das chamas que começaram após o banho de sol. O incêndio teria tido início às 11h30, mas pelo menos duas mães garantem terem recebido imagens dos jovens mortos e áudios de um suposto policial do Batalhão por volta de 11h.

Na tentativa de evitar que a fumaça preta invadisse o alojamento, os garotos teriam colocado colchões na grade. E o fogo passou para dentro. O espaço tinha seis camas de concreto e mais cinco colchões amontoados no chão. “Fora as roupas que secavam na grade”, acrescenta um socioeducador.

Funcionários que tentaram apagar as chamas, mesmo sem extintores no local, se queimaram. “Olha minha mão.... pensei que eu fosse desmanchar”, conta, sob anonimato, um funcionário dentro de uma lanchonete próximo ao 7º Batalhão. “Queríamos explicar para a família que a gente tentou salvar os meninos”. Ele não quis comentar a atuação de policiais militares diante do incêndio.

No alojamento 2, sete adolescentes gritavam desesperadamente por socorro. Um dos jovens, em pânico, subiu em uma das jegas (as camas de concreto). Colocou as mãos nos ouvidos. Até hoje não se recuperou. Poucos minutos depois de as chamas invadirem o alojamento, um silêncio. “Depois ficou tudo calado lá dentro”, disse um jovem que viu o fogo invadindo o alojamento 1 para a mãe.

Os efeitos psicológicos nos jovens lá dentro são pouco comentados. Mas pelo menos dois deles não gostam de falar no assunto. Ficam nervosos ou pedem para mudar de assunto. Um deles, é um jovem que foi apreendido com Lucas Rangel Lopes. Do alojamento 5, apenas ouvia o amigo gritando. É o mais retraído quando se fala nas chamas que mataram, além do colega, a vontade que ele tinha de se mudar para o local incendiado.

Esse mesmo adolescente ouviu do Lucas Rangel, no banho de sol, que “algo ia acontecer”. “Ele estava preocupado, não queria participar”, conta a mãe de Lucas, Luciana Pereira Lopes.

Depois de os bombeiros controlarem o fogo, no meio do cenário de horror em que colchões, roupas, lençóis, livros, chinelas e corpos ficaram carbonizados, um coração respirava. Dois olhos abertos, respiração fraca. O mais novo do alojamento 1, que teria sobrevivido porque estaria debaixo do chuveiro, Daniel Paulo de Souza, de 15 anos, foi levado para o Hospital Otávio Lages (Hugol). Ele morreu 20 dias depois, no dia 14 de junho, após os médicos tentarem controlar uma febre. Ele teve o braço amputado. Daniel era a esperança para mães que o enxergavam como a única testemunha daquela sexta-feira.

‘Para a sociedade, foram menos dez bandidos’



Wallace Feliciano Martins | Foto: Reprodução

Quinze dias depois de ter enterrado o filho, Josi Guimarães, de 40 anos, misturou veneno e remédios em um copo. Queria descontar em si mesma a sina de ter o filho, Wallace Feliciano Martins, 18 anos, queimado vivo enquanto cumpria medida socioeducativa no CIP. Por sorte, um dos filhos, tomou o copo de sua mão. “O que vai ser da gente, mãe?”

Divorciada e mãe de cinco filhos, Josi aprendeu a enxergar numa caneta bordada pelo Wallace a memória que o fogo tentou apagar. Na casa simples em que mora com os filhos que lhe restaram – um está preso na Penitenciária Odenir Guimarães (POG) e outra se casou – às vezes o choro do caçula, de 12 anos, desperta Josi na madrugada.

Em choque, o filho de 15 anos, saiu amparado pelo advogado quando soube que o nome do irmão não foi lido pelos funcionários do CIP no auditório no dia 25 de junho. Na saída do 7º Batalhão, xingou repórteres que filmavam Josi e ele saindo do local. “Ele não come mais, emagrece a cada dia”, lamenta Josi.

Wallace foi levado pela polícia de casa com a alegação de que “participaria de uma audiência”. Depois disso, não voltou. Na quarta-feira, dia 23 de maio, a mãe de Wallace o visitou pela última vez.

Na visita, ele a tranquilizou e disse que tinha planos para o futuro quando saísse dali. “Ele me deu um abraço e disse ‘eu to bem, mãe’. Me contou que tava fazendo um curso e que ia começar a trabalhar e me ajudar.”

Dois dias depois, sexta-feira, Josi recebeu imagens pelo Whatsapp: era uma foto de jovens carbonizados. Foi assim que ela desconfiou de que Wallace havia morrido.

Para a mãe, nenhuma explicação ou contato oficial foi dado por parte do Estado, assim como auxílios para o funeral. “Não recebi ajuda de nada, nada do governo.” Quando foi ao IML, disseram para ela procurar a Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas). “Lá eles te dão um caixão”, disseram.

Josi ainda tem dificuldades para falar sobre a tragédia. Emocionada, ela lamenta, além da morte do filho, os caminhos que o fizeram estar no Alojamento 1.

“Que mãe quer o filho preso, envolvido com coisa errada? Eu queria meu filho estudando, queria meu filho médico, doutor! Eu lembro que ele me abraçou e falou ‘eu vou mudar de vida, mãe. Eu vou fazer a senhora parar de sofrer’, foi a última coisa que ele me falou.”

Agora, Josi se preocupa com os dois filhos mais novos. “Não tenho psicóloga para eles. Tá pesado seguir com a certeza de nunca mais ver meu filho. Ele era meu tudo. Sou mãe solteira, nunca tive apoio. Ele era a cabeça.”

Depois de um silêncio, comenta: “Os meninos fizeram coisas erradas, claro, mas a gente conversava, explicava, mas nada. Meu filho tem um histórico pesado, mas ele não podia ter sido assassinado assim.” E complementa: “Para a sociedade, foram menos dez bandidos.”

‘O que restou do meu irmão’



Livro de Lucas Oliveira, o adolescente que ensinava dobraduras. | Foto: Yago Sales

Karolayne Oliveira tem 20 anos, mora com a avó materna em um setor periférico de Goiânia e é mãe de uma menininha de sete meses. Sentada no sofá da sala em uma casa com paredes desbotadas e sem laje, com uma mão segura a filha no colo e, com a outra, um livro grande e surrado de capa colorida. “Foi a única coisa que restou do meu irmão.”

A moça é irmã de Lucas Oliveira de Araújo. O rapaz completaria 17 anos em julho de 2018, mas as chamas ferozes que engoliram o alojamento onde Lucas cumpria medida socioeducativa há três meses fizeram com que o jovem não sobrevivesse para celebrar a data, como fez, no ano anterior, em uma pizzaria com a família.

Apreendido pela primeira vez em junho de 2017, Lucas foi levado para o Centro Educacional de Internação para Adolescentes de Porangatu (CEIP). Lá, Lucas ganhou de um dos socioeducadores o livro que ensina a fazer dobraduras de papel ao famoso estilo japonês dos origamis.

Desde então, não se desgrudou do livro. No CIP, já em Goiânia, o livro começou a desgastar-se. “Então ele pediu para eu encapá-lo uma semana antes do incêndio”, conta o professor de Matemática, Edson Plínio.



Avó segura jarro feito de papel por Lucas | Foto: Yago Sales

“Ele ia para todo canto com o livro debaixo do braço. Não largava pra nada”, relembra a irmã ao contar que recebeu o livro do professor Edson cerca de um mês depois de enterrar o irmão. “Vai ficar comigo pra sempre.”

Lucas, que tinha como paixão o futebol – torcedor do Goiás Esporte Clube – acabou virando o professor de origami dos outros adolescentes. Conforme a reportagem ouviu por parte de mães, Lucas era reverenciado pelos adolescentes pela paciência com que ensinava a dobrar papéis, pintar e transformar arames em bicicletas bordadas. “É assim, moço, assim.”

O livro-xodó foi o único pertence do jovem poupado pelas chamas, além do próprio rosto, ao contrário de pelo menos oito colegas de alojamento que ficaram irreconhecíveis por causa das chamas. Por isso ainda conseguiu ser velado com o caixão aberto.

“Te amo, não esquece disso não”. A frase, o irmão vindo em sua direção na última visita, na quarta-feira – dois dias antes do incêndio – são lembranças que comovem Karolayne.

“Ele veio andando na minha direção falando que me amava. Ele estava tão bonito.”

Na visita, a irmã levou uma das comidas preferidas do Lucas: o bolo de farinha de trigo que a avó, sentada da sala, ditava para a neta o que utilizar e a quantidade. Maria, de 73 anos, adorava mimar o neto com o bolo, mas já não consegue cozinhar. Andando com dificuldades pela casa, senta-se pertos dos repórteres e fala com saudade do Lucas: “era o meu neto mais carinhoso.”

Com a mesma dificuldade, Maria vai ao quarto e traz uma fotografia. É a mãe de Lucas. Depois de o pai do adolescente ter sido assassinado quando ele tinha 9 anos, a mãe teve o mesmo destino na manhã do dia 2 de setembro de 2015. Um homem atirou dez vezes contra o rosto de Andreia Oliveira Araújo, 33 anos, a duas esquinas da Casa do Albergado, no Jardim Europa – a pouco mais de 300 metros do 7º Batalhão onde Lucas morreria queimado três anos depois. Andreia cumpria pena por tráfico de drogas em regime semiaberto.



À esquerda a fotografia da mãe de Lucas e a bicicletinha que ele fez no CIP. Ele era o professor dos jovens | Foto: Yago Sales

Karolayne olha para a fotografia da mãe no raque da sala, num silêncio triste que dura alguns momentos. “Minha mãe morreu assassinada, meu irmão morreu queimado. A única coisa que me mantém de pé é a minha filha”. Neste momento, a bebezinha brinca com o livro do tio que ela não conheceu. Observada pela mãe e pela bisavó, alheia à tragédia envolvendo tiros e fogo na família, a criança sorri. É o que expulsa a dor da sala.

‘Falei com meu irmão 30 minutos antes do incêndio’



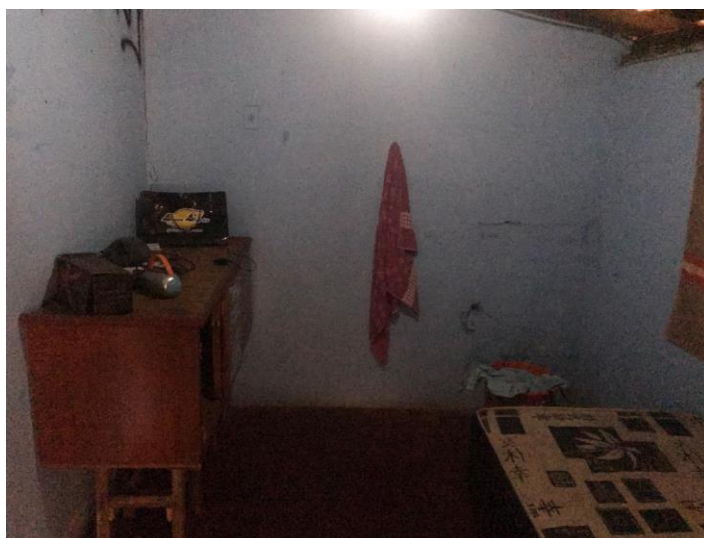
Depois de Acidente Vascular Cerebral, pai de Elias passa o dia na cadeira | Foto: Yago Sales

“Meu filho ressuscitou trinta minutos depois do enterro [choro]. Ele vai abrir o portão e entrar [choro]. Os anjos abriram o caixão e tirou meu filho de lá [choro]”. Sentando em uma cadeira, o pai de Elias Santos Bonfim, de 17 anos, com o braço esquerdo atrofiado após um Acidente Vascular Cerebral (AVC) em 2012 – quando Elias ainda era uma criança de 11 anos e a outra filha, Janaira (nome fictício) 10 – acredita que o filho está vivo. Ele conversa com dificuldade.

Elias – como contou mães de adolescentes mortos ou vivos ouvidos em duas ocasiões em que a reportagem esteve em dias de visitas depois do incêndio no CIP – era um jovem agitado, nervoso e desconfiado. “Meu irmão dividia sabonete com ele porque ninguém levava”, lembra a irmã de um dos adolescentes.

Sem diagnóstico psiquiátrico, era um dos medicados no CIP para se acalmar. “Meu filho contou que ele era meio doidinho, às vezes falava coisa com coisa. Era agressivo”, conta uma mãe. Elias, desde que foi internado, jamais havia recebido visita da família.

A única pessoa que conseguia falar com ele, de vez em quando, mesmo assim fora de horário de visita, era o advogado Rondinelli da Costa Silvério, vinculado à Associação São Vicente de Paula, instituição que enxergou a família quando o Estado enviava apenas homens fardados à casa do adolescente.



Quarto de Elias, onde constantemente era espancado por policiais | Foto: Yago Sales

Quando professores, por causa das travessuras juvenis, advertiam, suspendiam e tentavam expulsar Elias da escola do bairro, Rondinelli tentava estimular o jovem a continuar o estudo. Elias deixou a escola, mas voltou anos depois por meio do Educação para Jovens e Adultos (EJA). Quando apreendido, estava matriculado no 7º ano do Ensino Fundamental.

Janaina, aos 16 anos, tenta convencer o pai de que o irmão morreu. “Me respeita. Não me contesta. Ele ressuscitou. Você acredita em mim?”, pergunta ao repórter. Depois de fingir que concorda, Janaina vai ao quarto, volta com o celular Samsung com a tela quebrada e mostra o histórico de ligações do dia 25 de maio, pelo menos 30 minutos antes do incêndio.

A história dos dez adolescentes queimados vivos em Goiás “Eu sempre ligava à tarde porque não conseguia visitar ele. Não sei explicar, mas naquele dia eu liguei de manhã. Combinei com a ex-namorada do Elias e falamos com ele por cinco minutos”. Janaina conta que, diferente de outros dias, o irmão estava tranquilo, até brincava, mas desligou a ligação nervoso quando a ex-namorada, mesmo dizendo que o amava, finalizou a conversa falando que não voltaria com ele. “Elias ficou bravo”.

Elias, conhecido na região em que morou desde pequeno pelo jeito desaforado e corajoso pela forma com que lidava com policiais militares que lhe culpavam por qualquer crime que ocorresse na região, foi preso em uma manhã dentro de casa. O pai, que se rasteja com a ajuda de um andador, estava no mesmo lugar em que repete que Elias a qualquer momento pode voltar.

“Eu e meu irmão estávamos na sala quando alguns amigos começaram a ligar dizendo que a polícia estava cercando o quarteirão atrás do Elias. Meu irmão nem tentou fugir. Ficamos aqui na área, esperando. Alguns policiais pularam o muro e outros derrubaram o portão [que continua danificado].”

Sob o choro desesperado do pai, os policiais não bateram nele. Não dentro de casa. Preso por volta das 11h, o adolescente foi levado para a Delegacia de Apuração de Atos

Infracionais (Depai) apenas à noite. No CIP, contou a funcionários que passou o dia em um pasto na região, com sacos na cabeça para entregar o comparsa.

Internado no CIP, Elias tinha apenas um assunto: a irmã e o pai. Acostumado a passar fome, a ver homens cortando água e luz por falta de pagamento em um barracão no fundo de um lote de terra batida – por onde passeia um cachorro tomado de carrapatos

– ele pedia para que os amigos cuidassem dos dois. “Quando morreu, um amigo dele veio aqui trazer uma bolacha. Ele disse que o Elias falava que meu pai gostava muito”, lembra a irmã.

Em uma carta que Janaína recebeu de um jovem que dividia alojamento com o irmão, o rapaz destaca o amor de Elias pela família. “Ele escreveu que Elias falava muito bem de mim. Que eu era uma mulher guerreira, boa para casar e me passou o telefone da irmã desse ‘detento’. Chamo os meninos de lá de ‘detentos’”, conta, sorrindo.

“Pode ser algo genético”, comenta uma mulher, que faz parte de um grupo de vizinhos que ajuda a família, sobre o jovem ter acabado na vida do crime. “Talvez tenha puxado a mãe.”

Quando os irmãos ainda eram criança, a mãe saiu de casa. Foi morar na rua. Às vezes é vista pedindo próximo à Rodoviária de Goiânia, mas sempre perambula em Inhumas, município a 35 km da capital. Foi por ali, nas praças, embriagada e suja, que soube que o filho havia morrido.

Duas semanas depois de sepultar o irmão, Janaina recebeu uma ligação. Um amigo, a algumas quadras de casa, avisava que a mãe procurava a família que não via há anos. “Ela não lembrava nem onde morou com os filhos”, comenta a vizinha. Quando chegou, a primeira providência da filha foi dar um banho na mãe. “Ela ficou duas horas aqui e foi embora de novo”, diz, cabisbaixa.

Aos 34 anos, a mulher ligava para o filho atrás de dinheiro. “E ele saía louco atrás de grana, roubando”, conta a vizinha. Quando foi apreendido, a polícia encontrou dezenas de celulares em uma casa abandonada ao lado do barracão que ele havia pintado de azul-bebê cinco meses antes de morrer carbonizado.

Elias esperou a tinta secar e, com canetão, escreveu no quarto do pai, ao lado da cama: “Te amo pai”. O mesmo fez no braço direito, em uma tatuagem que desagradou inicialmente o pai mas, ao ouvir do filho o que estava escrito, chorou.



Antes de ser apreendido e morto, Elias pintou a casa e escreveu: “Te amo pai” | Foto: Yago Sales

Janaina quer falar da mãe. Depois de suspirar, ignora o rosto ranzinza do pai e diz: “...mas o senhor não é santo, né, pai? Batia na minha mãe”. Ele não nega. “Batia. Uma vez quebrei um prato na cabeça dela depois que ela enfiou um garfo no meu rosto”, revela, mostrando a cicatriz. Quem ouve, meneia a cabeça.

Esquecidos pelo Estado, que enviou apenas a repressão policial na casa da família, a violência familiar, a fome e o abandono obrigaram o Conselho Tutelar a levar Elias e a irmã, ainda crianças, para o abrigo Centro de Valorização da Mulher (Cevam).

Decido a mudar depois de quase perder os filhos, o pai de Elias começou a frequentar a igreja evangélica Deus é Amor. “Ele amarrou uma daquelas caixas de supermercado na bicicleta e levava os meninos para a igreja, para o trabalho”, conta a vizinha. O pai chora ao lembrar.

Enquanto a irmã de Elias não consegue responder à pergunta do que vai fazer da vida, tenta convencer o pai de que nenhum anjo tirou Elias do cemitério Jardim da Saudade, onde foi enterrado em 27 de junho ao lado de três colegas do alojamento 1: Wallace Feliciano Martins, filho de Josi e do Lucas Oliveira de Araújo, irmão da Karolayne.

‘Eu nunca tinha visto meu filho chorar daquele jeito’



Johny Barbosa Cardoso deixou uma filhinha | Foto: Divulgação

Dois meses após o incêndio do 7º Batalhão, a doméstica Edna Soares, de 45 anos, começa a retomar à rotina. Porém, a lembrança da morte de seu filho, Jhony Barbosa Cardoso, segue tão acesa quanto as chamas que destruíram o corpo do jovem de 17 anos na manhã de 25 de maio.

Edna tem outros dois filhos: uma moça de 16 e um pequenino de 2 anos. “Eles eram o xodó do Jhony. Ele me ajudava a cuidar deles”, lembra ela, com a voz embargada. Jhony cumpria medidas socioeducativas no CIP desde o dia 9 de abril.

Acusado de envolvimento em atos infracionais equiparado a roubo, o adolescente aguardava a reavaliação do caso pelo juiz. Enquanto cumpria a medida socioeducativa, Edna seguia o percurso de casa ao CIP, como o fez na manhã do dia 23 de maio, na quarta-feira, dois dias antes do incêndio.

“Ele estava machucado, com hematomas nas pernas, nos braços, no pescoço e no queixo. Quando perguntei o que tinha acontecido, ele abaixou a cabeça e disse que tinha se machucado jogando futebol. Como se machuca o pescoço e o queixo daquele jeito jogando futebol? Aquilo não tinha sido futebol”, contesta Edna, pelo telefone.

Segundo Edna, era a primeira vez que seu filho cumpria medida socioeducativa e, apesar de sempre tentar tranquilizar a mãe durante as visitas, Jhony dava insinuações de como era o tratamento dado aos adolescentes na unidade.

Apesar de machucado, o filho de Edna aparentava alegria ao vê-la na quarta-feira. As salas utilizadas para visitas ainda estavam enfeitadas para o Dia das Mães [comemorada uma semana antes]. “Ele me mostrou os enfeites e falou: ‘Mãe, esses enfeite bonitinho aqui fora é tudo fachada. Lá dentro é um inferno. Um inferno’”, repete ela.

Quando encerrou o horário da visita, o jovem abraçou a mãe e, chorando, lhe dizia: “Mãe, a senhora é minha rainha. Eu não vou mais te dar sofrimento, eu vou mudar! A senhora vai ver! Eu nunca tinha visto meu filho chorar daquele jeito”. A mãe de Jhony não sabia, mas aquela seria a última vez que veria o filho com vida.

No final da manhã de sexta-feira, dia 25 de maio, Edna recebeu uma foto em um grupo do WhatsApp. A foto mostrava uma pilha de corpos amontoados e tão carbonizados que já nem tinham aparência humana. “Foi assim que descobri que meu filho tinha morrido. Desse jeito.”

Ao correr para o endereço da tragédia, as poucas e vagas informações que a mãe de Jhony recebeu quando chegou, por parte dos funcionários do CIP, a fizeram questionar as circunstâncias em que o incêndio ocorreu. Até hoje ninguém respondeu as perguntas que ela se faz todos os dias.

“Me disseram que o incêndio tinha acontecido quase meio-dia, 11h45. Como, se eu recebi a foto no meu celular às 11h15? E como nenhum dos funcionários, ninguém, tentou combater o fogo? Como eles deixaram os meninos queimarem daquele jeito? Ninguém viu? Não tinha extintor de incêndio? Eles mataram nossos filhos!”, acusa ela, atônita.

‘Repetia pro meu filho que pobre tem que viver a palavra trabalho’



Gabriel Sena da Silva | Foto: Reprodução

Gabriel Gonçalves Sena da Silva ainda era uma criança quando fugiu da polícia pela primeira vez. Aos cinco anos, o pai dele, Cilemar Gonçalves Sena entrou afoito dentro do barracão de alvenaria de dois cômodos construído na maior ocupação da história de Goiás, no Parque Oeste Industrial, em Goiânia.

Naquele dia 15 de fevereiro de 2005, um policial militar amigo da família avisou: “fujam imediatamente. A polícia tem que colocar todo mundo pra fora.” A ordem partiu do governador à época, Marconi Perillo, contrariando promessas de que não haveria reintegração de posse no local.

Cilemar, a mulher e os dois filhos – Gabriel de cinco e outro de 10 anos – fugiram em uma motocicleta deixando para trás os móveis e alguma esperança de conseguirem uma moradia. Horas depois, pela televisão, assistiram àquela que se tornaria a mais violenta ação coordenada por Perillo.

Na desapropriação, pelo menos dois jovens foram assassinados com disparos letais de policiais, centenas de pessoas machucadas e milhares delas violentadas, primeiro, pelos cassetetes, balas de borracha, bombas de efeito moral e, segundo, ao assistirem aos

imóveis destruídos pelas máquinas e fogo na ocupação.

Um ano depois, a família de Cilemar conquistava aos poucos os móveis e a autoestima quando a mulher dele descobriu um câncer de mama. Não demorou e ela morreu. Sem saber o que fazer, Cilemar arranjou um carrinho, comprou utensílios de casa – como espelhos, painéis, jogos de toalhas, sapateira, baú, capas de sofá – para vender de porta em porta pela capital.

Com a ajuda dos pais, conseguiu criar os filhos. “Gabriel andava comigo o dia todo oferecendo a mercadoria, de casa em casa.” Depois de a mulher morrer, ele decidiu enviar uma carta para a Agência Goiana de Habitação (Agehab) contando que tinha filhose não conseguia sustentá-los e comprar uma casa.

Oito anos depois recebeu uma ligação. Finalmente ganhou uma casa no Real Conquista, um conjunto habitacional. Dois quartos, cozinha, sala e um banheiro. “Quando chegamos lá, meu filho começou com amizade errada. Troquei de escola, mas não adiantou. Ele queria ser empreendedor e decidi montar um barzinho para ele e o irmão tocar. Mas os R\$22 mil que eu investi acabaram em quatro meses”, lamenta. “Mas tentei...”

Quando Gabriel foi apreendido, o pai havia viajado há 15 dias para Cuiabá (MT) onde trabalhava. “Meu irmão me disse que entraram lá em casa, quebraram tudo. Mesmo assim eu fiquei trabalhando.”

Na tarde do dia 25, Cilemar aguardava o final de semana para descansar quando recebeu uma ligação. “A mulher nem me perguntou se eu sabia de alguma coisa. Foi direta, perguntando se tinha algo para identificar o corpo do Gabriel. Eu ainda tentei explicar que ele estava preso no CIP. Ela então contou o que aconteceu.”

Sem dinheiro, Cilemar recorreu ao patrão que lhe emprestou R\$300, suficiente para colocar a mercadoria em um ônibus e voltar para Goiânia. Ele foi direto para a casa no Real Conquista e encontrou a porta ainda destruída por causa da invasão dos policiais. Jogou a mercadoria em um dos quartos e correu para o Instituto Médico Legal. “Não reconheci meu filho, aquele não era o Gabriel.”

Desde então, não consegue esquecer o filho, da mulher e se agarra à única pessoa que lhe restou. “Graças a Deus meu filho mais velho não mexe com coisa errada. Ele trabalha fichado e mora aqui comigo”. Cilemar é nordestino do Ceará. Cresceu na seca, na fome e, em toda história que conta utiliza o verbo “trabalhar”. “Sempre repetia pro meu filho que pobre tem que viver a palavra trabalho. Ele não tinha de onde aprender de mim a roubar, a tomar as coisas de pobres como a gente.”

Na semana em que conversou com a reportagem, Cilemar varreu a casa, ajeitou tudo. Recebeu o arcebispo de Goiânia. Tentou sorrir. Dias depois, uma ligação da Defensoria Pública. “Querem que eu faça um acordo com o Estado. Falam em R\$50 mil, R\$100 mil. Já entreguei nas mãos do advogado. Não quero vender meu filho, não, mas se for direito eu pego tudo isso e compro de mercadoria e caio no mundão vendendo de porta em porta...”

‘O erro do meu filho foi fazer justiça com as próprias mãos’



Douglas Matheus Pantoja | Foto: Divulgação

Damiana Pantoja pressentia algo ruim. Em fevereiro de 2018, a cunhada dela decidiu levar uma camiseta de Douglas Matheus Pantoja, de 17 anos, para a igreja. Lá, uma pastora sussurrou para a cunhada que o jovem corria risco. “Ela revelou que meu filho seria espancado. Eu não queria acreditar. E aconteceu.”

Em abril, Douglas estava no Centro de Atendimento Socioeducativo (Case), no Conjunto Vera Cruz I, em Goiânia. Segundo ele contou à mãe, um colega de alojamento e um socioeducador o espancaram. Uma semana depois, ele foi transferido para o CIP.

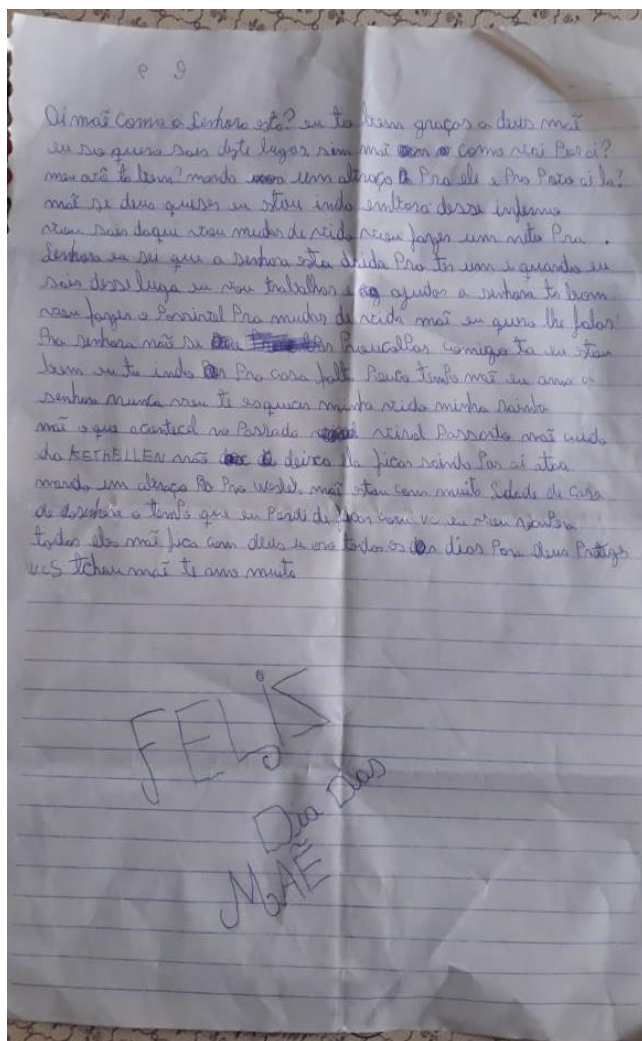
Foram 75 ligações não atendidas, quatro que ficaram em silêncio e dezenas de mensagens de pedido de entrevista não visualizadas para que Damiana Pantoja decidisse, no início da noite de uma sexta-feira de julho, 50 dias depois de o filho morrer no Alojamento 1, a falar.

Monossilábica, durante 20 minutos, mais soluçava do que falava. Não conseguia dizer o que mais no filho lhe faz falta. Além de Douglas, ela é mãe de uma adolescente de 15 anos. Damiana foi abandonada pelo pai das crianças e decidiu sair do Pará, onde nasceu Douglas e vir para Goiânia há cinco anos.

Entre idas – para a casa do pai no norte do País – e vindas, Douglas decidiu ficar de vez na capital goiana. Para morar com a mãe, contudo, teria de se desfazer do rastafári. “Douglas queria ser hippie, até usava aquele cabelo. Desde pequeno falava em aprender violão.” Admirador de música, sobretudo reggae e rap, Douglas não teve tempo de aprender violão um de seus sonhos.

E foi no CIP que o adolescente encontrou elementos para compor letras que reconstituíam o cotidiano de repressão, castigos e regras ditadas pelos próprios adolescentes. Calado, não gostava muito de verbalizar, senão escrevendo em cadernos que se perderam no incêndio, o que se vivia ali.

Os versos não cantados por Douglas escritos em cadernos que ficavam debaixo da jega (cama de concreto) foram incinerados como o sonho de o adolescente cumprir a medida socioeducativa e viajar o mundo com seu rastafári.



‘Se Deus quiser, estou indo embora mãe’, escreveu Douglas | Foto: Reprodução

Douglas foi apreendido em setembro de 2017 após tentar matar um homem que teria roubado uma caixinha de som que ele pegou emprestado da irmã para escutar música em uma praça depois da aula.

“Ele não sabia que ia preso porque achava que tinha feito o certo ao tentar matar o ladrão”, acredita a mãe. “Depois de ser esfaqueado pelo meu filho e levado para o hospital, esse homem fugiu”. Segundo Damiana, quando procurou documentos sobre o ato infracional, Damiana viu que ele tinha sido acusado de ato infracional equiparado a homicídio qualificado.

Na única carta que recebeu do filho, entregue no Dia das Mães, Douglas escreve: “Mãe, se Deus quiser estou indo embora desse inferno [...] Vou mudar de vida e fazer um neto pra senhora”. E promete mais: “Quando eu sair desse lugar, vou conseguir um trabalho para te ajudar mãe. Te amo”.

Quando lê a carta, Damiana engasga com cada palavra. Como se ouvisse a voz do filho fugindo das chamadas pelo corredor do CIP, ocupando os alojamentos com o horror que se misturou ao grito dos outros nove jovens que estavam com ele. E dos adolescentes que batiam nas grades para que alguém ajudasse.

Damiana acredita em injustiça pelo filho ter ficado preso. “Ele tentou matar um ladrão. Ele tinha raiva de bandido. O cara roubou a caixinha de música e ele foi atrás. Ao invés de voltar para casa, meu filho foi atrás dele e tentou matar. E esse cara está morando aqui perto de casa. E meu filho? Meu filho está morto.”

Dias depois da primeira conversa, ela puxa assunto no WhatsApp com a reportagem e desabafa: “Meu filho não roubava, não fazia nada disso. O erro do meu filho foi fazer justiça com as próprias mãos.”

‘Meu filho não tinha pé, todo queimado’

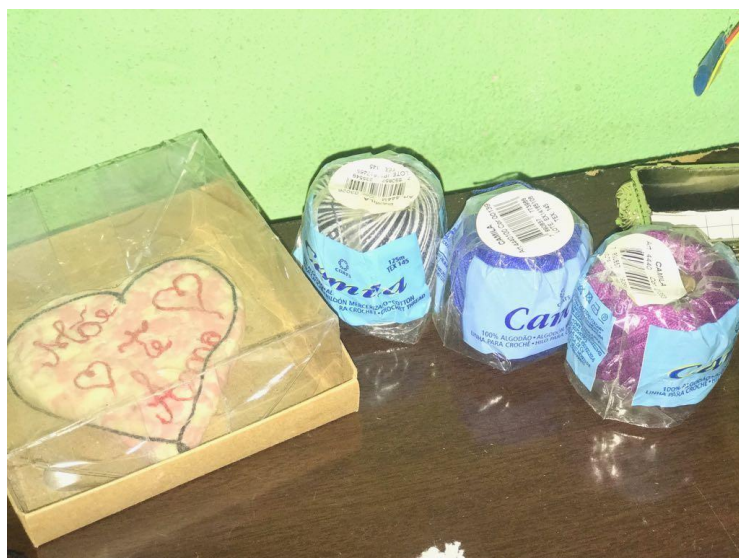


Lucas Rangel Lopes | Foto: divulgação

Luciana Pereira Lopes estremece o queixo quando se lembra do corpo do filho na funerária. Ou pior, o que restou do corpo de Lucas Rangel Lopes, de 16 anos, depois de os efeitos das chamas carbonizá-lo.

“Não era meu bichinho. Quase que não sobra nada para mim.” De ombros caídos, ela se arrasta pelo barracão em que mora com o marido e os três filhos: dois meninos e uma menina. Eles escutam, atentos, às histórias envolvendo o irmão.

Articulada politicamente desde o incêndio, Luciana participou de audiências públicas, protestos e uma viagem a Brasília. Mas está desanimada. Não encontra nenhuma



resposta às perguntas que a acordam de madrugada..

Sabonete ilustrado por Lucas e linhas que a mãe não conseguiu entregar na última visita | Foto: Yago Sales

Na memória da última visita, na quarta-feira, Luciana tenta reencontrar o filho. É lembrando que ela se mantém de pé. “Passamos a manhã inteira juntos, ele subiu para a revista e eu fiquei sentada. Enquanto eu tirava o crachá para entregar para a moça, ele gritou: ‘mãe, eu te amo tantão’”.

Dois dias depois, um número estranho ligou para Luciana ao mesmo tempo em que passava uma chamada de incêndio no 7º Batalhão em uma emissora de tevê. “Entrei em desespero na hora. Quando eu estava no banheiro para banhar e correr para lá, meu outro filho disse que havia chegado algumas fotos no meu celular. Saí com a toalha enrolada no corpo e vi os meninos todos queimados, empilhados, um em cima do outro. Caí com o celular que quebrou a tela.”

Durante três horas, a mãe de Lucas aguardou ansiosamente informações dentro do auditório do 7º Batalhão. “Os policiais e os funcionários disseram que se a gente saísse não poderíamos voltar e ficaríamos sem informações. Colocaram água com açúcar. A gente perguntava e eles não davam respostas.”

De repente, alguém iniciou a leitura de nomes. Eles começaram a ler o nome de adolescentes decrescentemente. Do nove ao alojamento 2. “Ficamos eu e outras quatro mães. Levantei e perguntei: ‘Glória, e meu filho? Cadê meu filho, gente?’ Ela fechou a pasta, passou por mim e foi embora.”

Ninguém falou para Luciana que Lucas estava morto. “Por dedução a gente descobriu que nossos filhos estavam mortos. Uma psicóloga da Defensoria Pública veio conversar comigo. Eu não queria falar com ninguém, queria meu filho.” A mulher, então, disse que Lucas não estava lá mais porque tinha sido levado para o IML.

“O que eles devolveram não era meu filho. Eles me devolveram um corpo carbonizado. Eles não me devolveram.”



‘Só reconheci os dentinhos’, conta Luciana, mãe do Lucas | Foto: Yago Sales

Quando estava indo para o IML, uma mulher ligou perguntando se o filho da Luciana

usava brinco, se tinha dente estragado, se tinha tatuagem. Na manhã seguinte ao incêndio, ela foi à Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) para conseguir um caixão.

“Eles me deram um papel para enterrar meu filho como carente. Quando ele recebeu a sentença ninguém explicou que eu tinha que fazer um plano funerário pro meu filho. Disseram que meu filho ia cumprir uma medida socioeducativa. Peguei o papel e eles mostraram o caixão, mas não aceitei. Eles mataram meu filho como um cachorro e não aceitaria enterrá-lo como cachorro. Meu irmão pegou o cartão do patrão emprestado para pagar outro caixão”, relata.

Na funerária, Luciana ouviu uma das piores coisas de um funcionário: “Mãezinha, a senhora não quer se despedir do seu filho? Aqui é o único lugar que a senhora vai poder ver seu filho porque o caixão dele vai ser lacrado.”

Luciana não queria ver, mas seria a única chance de prestar a homenagem. “Como o homem tinha dito aquilo, eu pensei que tinha sobrado alguma coisa do meu filho. Entrei pelo corredor, tinha portão aberto, um caixão. Meu filho não tinha pé. Olhei dos pés, fui subindo. Meu filho estava cabeludo quando eu vi dois dias antes. Só reconheci os dentinhos, perfeitos, branquinhos, coisa mais linda.”

Quando ela ia tocando no corpo carbonizado do filho, o funcionário a interrompeu dizendo: “Não pega, não, ele vai desmanchar”. Em desespero, Luciana quis gritar. “Fiquei um tempão lembrando dele me dizendo que me amavam, que eu era a vida dele. Aquele não era meu filho. Meu filho bonito, arrumadinho. E eles me devolveram daquele jeito”.

Agora, Luciana tenta encontrar força para lutar por Justiça. “Nada do que fizerem vai trazer meu filho de volta. Quero que seja apurado. Um fogo de dez minutos não tinha condições de meu filho ficar daquele jeito. Como esse fogo entrou lá? Quero que este sistema mude. Quero mudar essa realidade”, diz.

‘Não deixaram Elizeu conhecer o próprio filho’



Elizeu Araújo não conheceu o filho | Foto: Yago Sales

O desenho infantil exibido na tela da TV ligada contrasta com o clima pesado da sala

onde se encontram Marilene Martins de Araújo, 35 anos. As crianças menores dividem a atenção entre o desenho na TV e o relato da mãe. Marilene mexe com agonia no forro do sofá enquanto fala do filho, Elizeu Araújo, 17 anos.

Elizeu foi apreendido e levado para o CIP 15 dias antes de ser pai. Como a família da mãe de seu filho não o aceitava, foi afastado do bebê. Já em cumprimento de medida socioeducativa, ficava inquieto no alojamento em busca de notícias do filho que, após nascer, teve de ser internado em uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN).

Com a burocracia para reconhecer a paternidade, ver uma foto do bebê traria alguma maturidade ao adolescente – vontade que nunca foi atendida. “Eles [funcionário do CIP] não queriam me deixar mostrar o bebê para o Elizeu, então mandaram eu enviar a foto para um número que eles me deram”, conta Marilene, que completou dizendo que, ao pedir a confirmação do recebimento da foto, ouviu que “não receberam porque não havia internet disponível”. “Meu filho morreu sem ver o filho dele.”

Quando recebeu a notícia da morte de Elizeu, Marilene, que é descendente de indígenas, visitava sua mãe numa aldeia no Pará e teve que voltar às pressas para, pelo menos, enterrar o filho. Ela tinha planos de se mudar com a família para perto da sua mãe assim que o filho terminasse de cumprir a medida socioeducativa no CIP. “A gente ia começar uma vida nova longe daqui, ele estava determinado a sair de lá, arrumar um emprego e me ajudar. Mas não deu tempo.”

Numa das visitas que fez ao filho no CIP, uma coisa chamou a atenção de Marilene: Elizeu tinha hematomas em várias partes do corpo. Ao ser questionado sobre os machucados, o rapaz disse que não podia falar, mas pediu à mãe que jamais deixasse que seus irmãos fizessem “coisa errada” para não irem parar ali também.

A sala de visitas do CIP, que estava enfeitada em razão da véspera do Dia das Mães, parecia não conseguir transmitir o sentimento desejado de acolhimento. “Ele me disse que por fora era tudo bonitinho e enfeitado daquele jeito, mas lá dentro era um inferno. Falava e chorava. Eu nunca tinha visto meu filho chorar daquele jeito”, conta Marilene. Segundo a mãe do rapaz, “os dias dentro do CIP são de sobrevivência”.

Na casa em que Elizeu cresceu, os quatro irmãos – de 16, 14, 10 e 9 anos – não gostam de falar do irmão. O de 10 anos, observando o caçula andando de bicicleta, apenas lamenta: “Nessas férias a gente não soltou pipa. Sem ele não tem graça”.

“Elizeu era o mais custoso”, diz o pai, enquanto bebe café. As histórias vão de hábitos estranhos do rapaz – como o de mexer no celular em cima do guarda-roupa – à saudade pela segurança que ele trazia à família. “Meu filho fazia as coisas erradas, mas amava muito a gente. E o jeito que ele tratava o pai, os irmãos, faz muita falta”, diz Marilene.

‘Meu filho foi cumprir medida socioeducativa, não para morrer’



Daniel Freitas Batista | Foto: Reprodução

“Sobrevivo a base de remédios”. Depois que soube da morte do filho, Daniel Freitas Batista, de 17 anos, Cleonice Lourenço de Freitas, 40 anos, dorme apenas com medicação. Imagina o grito do filho se misturando às chamas, longe da casa em que morava em Anápolis, a 59 km de Goiânia. “Por morar longe, não podia visitá-lo sempre e ia a cada 15 dias”, conta.

“Fico tentando não imaginar como foi a dor que ele sentiu, como ele reagiu ao fogo. Acho que com o tempo a gente alivia a dor. Mas ainda dói muito. Todos os momentos, toda hora eu fico pensando nele”, diz ela. “Eu não estou preparada para falar, mas preciso falar algumas coisas. Ainda é muito doloroso para mim.”

Um pouco resistente, decidiu conceder entrevista porque quer deixar claro que o filho errou, mas era um filho carinhoso, presente, protetor. “Meu filho é tudo para mim. Não consigo esquecer do dia que Deus deu ele para mim. Tão pequeno. Eu cuidei da melhor forma dele. Era meu sonho ter um menino. E ele veio saudável, conversava muito quando começou a falar, engraçadinho. Lembrar dele me dói.”

Nos últimos anos, Cleonice percebeu que Daniel estava estranho, diferente das outras duas filhas – uma de 23 e outra de 15 anos. Daniel começou a usar drogas no último ano e, sem que ela soubesse, a cometer atos infracionais. “Eu não sabia da vida errada dele. Soube apenas quando já tinha sido apreendido e logo depois foi levado para longe de mim”, conta.

Agora, tenta superar a dor de não ter nem sequer a certeza de que o filho deixaria a vida do crime para cuidar dela. Em uma das cartas que enviou à mãe, escreveu com letra redonda: “E aí mãe, tudo bem com vocês, minha linda. Logo logo estou aí com vocês, minha família que eu tanto amo. Eu sei que vocês estão morrendo de saudade, mas eu também estou.”

Na mesma carta, diz que “Deus é bom e ele vai trazer a felicidade para nós”. E acrescenta: “o tempo ruim vai passar”. Considerado tranquilo, era querido pelos colegas. Mães de adolescentes que ainda estão no CIP, contaram que Daniel era um dos mais queridos pelo jeito apaziguador.

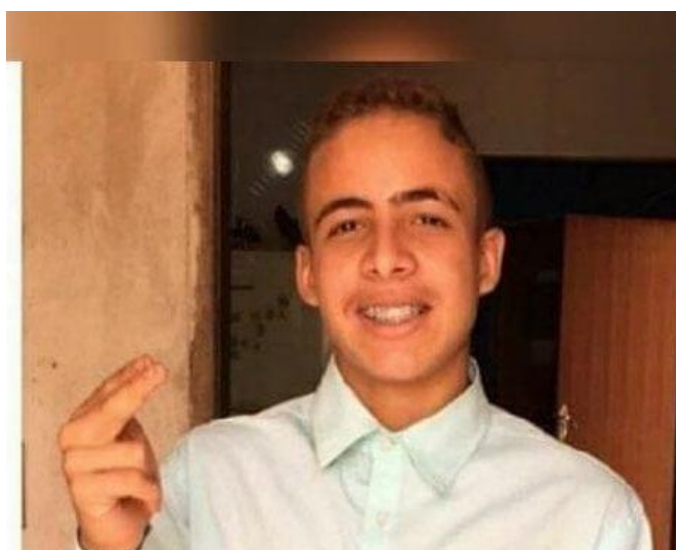
“Sim, meu filho falou dele lá dentro. Ele não desrespeitava as regras”, relata uma mãe depois de visitar um dos filhos internados no CIP e que passou pelo mesmo alojamento do Daniel. “Os dois alimentavam a mesma vontade: a de sair daqui”, diz, apontando para o cenário da tragédia. “Meu filho agora vai tomar jeito. Ele disse que tem uns adolescentes que chamam os jovens de vacilões, mas ele aprendeu com os gritos que escutou.”

O advogado do Daniel, Hélio Ferreira de Brito Júnior, conta que a Defensoria Pública procurou a família para um acordo. “Eles querem fazer um acordo com a Procuradoria, mas vejo um bom êxito. Não vejo que a Procuradoria faria um acordo extrajudicial. Como o defensor público disse que isso é possível, decidimos aguardar.”

Desde que o adolescente foi apreendido, seis meses antes do incêndio, o advogado vinha acompanhando o jovem. “A Cleonice trabalha com a minha mãe, que me pediu para ajudá-la. A gente tentou fazer de tudo. Na audiência, Daniel chorou. Mas ele teria de cumprir a medida. E estava aguardando sair.”

Antes de desligar a ligação, Cleonice diz pela primeira vez com o tom de voz alterado: “Meu filho foi cumprir medida socioeducativa, não foi ali para morrer.”

‘Meu filho caiu na lábia desses bandidos’



Daniel morreu 20 dias depois do incêndio | Foto: Reprodução

Quando foi levado para o Hospital Estadual de Urgências da Região Noroeste de Goiânia Governador Otávio Lages de Siqueira (Hugol), Daniel Paulo Cardoso de Sousa, 15 anos, o mais novo do alojamento 1, cantava um dos hinos que aprendeu na Congregação Cristã.

Com pelo menos 70% do corpo consumido pelo fogo que deixou os colegas irreconhecíveis, Daniel conseguiu se despedir da família. Em um leito da UTI, chorou, mas também sorriu. Visitado diariamente pela mãe, Ana Carla Cardoso Vaz, 31 anos, e pela avó, Conceição Cardoso da Silva, de 70, apresentava melhoras. Sempre acompanhava as duas, com os olhos, até a porta no final das visitas. “Ele vai ficar bem”, falava Conceição.

Daniel não suportou as consequências da fumaça tóxica no organismo. Entubado, ainda teve o braço amputado. “A febre estava muito alta e perdi meu filhinho”, lamenta a avó.

O Portal Dia Online acompanhou diariamente a luta de Daniel pela vida. “Ele vai contar o que aconteceu lá [no alojamento]”, dizia Conceição. A mesma esperança era nutrida na manhã do dia 14 de junho, quando um grupo se concentrou no gramado da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) e cruzeiras brancas foram fincadas.

“Vamos pedir força para Daniel”, “Vamos torcer para que ele conte o que aconteceu”, “Vamos rezar”. As frases surgiam de coletivos que brigam pelos direitos da criança e adolescente, dos negros e das mulheres.

Menos de três horas depois, Daniel morreu. Conceição não acreditou quando soube. “Ele não vai mais me dar um abraço”, ela disse à reportagem assim que soube.

Abraço. É a palavra que faz Carla chorar. “Quando eu fui visitar Daniel pela última vez, ele me deu um abraço forte. Eu levei coisas para ele comer e ele colocou na minha boca. ‘Come, mãe’, ele insistia. Nunca mais vi meu filho.”



Registro de Daniel sendo velado na casa da avó. Horas depois ocorreria uma chacina ali perto | Foto: Yago Sales

Criado pela avó, Daniel tinha o sonho de ter tido o pai por perto. Um pai presente. “Ele cresceu revoltado com o pai porque ele não recebeu atenção”, reclama Carla.

Logo após o carro da funerária deixar o corpo do adolescente em um caixão doado pela Prefeitura na área da casa que cresceu, o pai de Daniel se aproximou e, minutos depois, sentou em uma cadeira branca, cabisbaixo. Carla, amparada por familiares, apontando o dedo indicador para ele, disse que se tivesse dado atenção ao filho talvez não o velariam. O pai chorou.

Carla, grávida do quarto filho, tem uma história parecida com a do filho. Aos dois anos, ela foi entregue para Conceição. “Eu queria uma menina e adotei. Uma menina linda. E quando Daniel nasceu, Carla tinha 16 anos. Acabei cuidando dele também.”

Daniel foi criado na igreja, onde aprendia a tocar violino, presente de um dos tios. Quando ele começava a tocar alguns hinos, foi seduzido por bandidos maiores de idade do bairro que cresceu. “Meu filho caiu na lãbia desses bandidos, que destróem a vida das

peessoas. Meu filho morreu tão jovem”, lamenta.

No mesmo dia em que Daniel foi velado em 15 de junho, Conceição ouviu uma rajada de tiros na rua de cima da residência. Ela não se preocupou. Soube depois que o irmão de Daniel, de 14 anos, chegou em casa às pressas. Escapou da guerra de traficantes na região. Três pessoas morreram e quatro ficaram feridas.



Sepultura de Daniel Paulo Cardoso, o mais novo no alojamento, morto 20 dias após incêndio | Foto: Reprodução

Estado de Goiás faz de conta que sistema funciona

A letra da canção “A cruz de tecido” do Rappa pergunta: “Quem foi, quem foi, quem foi, quem foi responsável pela dor de tanta gente?”

As dúvidas se aplicam ao incêndio que matou 10 adolescentes no Centro de Internação Provisória. Na mesma letra, Rappa fala em tragédia anunciada, uma constatação unânime na mesma sexta-feira em que uma romaria de jornalistas, membros do poder público e familiares se formou em frente ao 7º Batalhão da PM goiana, o primeiro flagrante do desrespeito ao Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo (Sinase) e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca).

Em nota no mesmo dia do incêndio, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) manifestou repúdio à utilização do espaço da Polícia Militar como ambiente para adolescentes que cometem ato infracional, ainda que em internação provisória. “O que viola os direitos de adolescentes sob a tutela estatal”, definiu o Conselho na nota.

Desde o incêndio, caminhadas, audiências públicas, manifestações de entidades, perguntas continuam sem respostas. Como os adolescentes conseguiram colocar fogo no colchão? Como ninguém conseguiu evitar que o fogo se propagasse e os corpos ficassem carbonizados?

Em todos os encontros acompanhados pela reportagem, o nome dos dez adolescentes foram evocados e um coro dizia: “Presente!”. Outro nome, contudo, é comumente rechaçado: o da responsável pelo sistema socioeducativo goiano, o Grupo Executivo de Apoio a Crianças e Adolescentes (Gecria), Luzia Dora.

Considerada insensível e monocrática por servidores consultados, Luzia Dora não satisfaz as demandas de profissionais que atuam neste campo. E não comparece a nenhum ato de solidariedade às vítimas do incêndio em uma unidade sob sua responsabilidade.



Luciana, mãe de Lucas Rangel, busca respostas no dia em que Daniel Paulo Cardoso morreu depois de ficar 20 dias internado |Foto: Maianí Gontijo

Para a conselheira tutelar e assistente social Kátia Regina, a atual diretora do Gecria, Luzia Dora, prejudica a busca por soluções dos problemas do sistema socioeducativo goiano. “Ela é fechada, não dialoga, não aparece, não responde aos questionamentos que chegam a ela”, aponta.

O presidente do Conselho Estadual da Criança e Adolescente, Eduardo Mota, compartilha das mesmas queixas e não tem dúvidas: “Houve negligência [do Gecria] pelo não-cumprimento das medidas de proteção”. Para ele, as poucas unidades de centros de internação não têm profissionais suficientes que atendam às necessidades dos adolescentes privados de liberdade.

Antes do incêndio, os centros de internação goianos foram alvos de denúncias que envolvem negligência, maus-tratos e até tortura contra os adolescentes.

Segundo relato de uma das mães que perdeu o filho na tragédia, a situação dos jovens dentro do 7º Batalhão gerava revolta depois das visitas. “Na última vez que fui visitar o meu filho, ele me contou que ele e os outros do alojamento dele já ficaram dois dias sem água até para beber”, denuncia.

“Os adolescentes chegam ao sistema socioeducativo [de Goiás] de um jeito e saem piores”, assevera Kátia Regina, que trabalha diretamente com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e jovens em situação de vulnerabilidade em Goiânia, capital do

Estado. Uma constatação dessa espécie, vinda de um profissional que convive diariamente com a realidade do sistema socioeducativo goiano, é quase um consenso entre os profissionais da área ouvidos pela reportagem.

Atualmente, Goiás conta com oito centros de internação em funcionamento espalhados, além da capital, em Anápolis, Porangatu, Formosa, Luziânia e Itumbiara. Dois deles ficam em Goiânia: o Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE), no Conjunto Vera Cruz I e o Centro de Internação Provisória (CIP), no Jardim Europa, local do incêndio. Para Kátia Regina, nenhum deles funciona como deveria.

Uma das maiores mais ácidas críticas à gestão, é o desprezo e inaplicação do Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo (Sinase). Proposto em 2006 e aprovado como lei em 2012, o dispositivo regulamenta, em todo o país, o conjunto de normas, princípios e medidas socioeducativas que reeducam e ressocializam o adolescente em conflito com a lei.

Para o presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CEDCA), Eduardo Mota, o Sinase traz bons resultados em termos de reeducação onde é aplicado, o que não é o caso do Estado de Goiás segundo ele.

“O Espírito Santo, por exemplo, reduziu o índice de reincidência de adolescentes infratores de 30% para 12% com a aplicação do Sinase. Já o governo daqui não aplica e nunca aplicou o sistema”, denuncia ele. Mota prevê, ainda que, ao ignorar a aplicação do Sinase, o Estado de Goiás assume o risco de ter mais mortes de adolescentes ao modo da tragédia do 7º Batalhão. “É preciso fechar o CIP”, finaliza.

Para a reportagem, o juiz da Infância e Juventude de Causas Criminais, Vitor França Dias Oliveira, responsável por determinar a internação DE alguns dos adolescentes mortos, disse que não é possível solicitar o fechamento da unidade porque não teria onde colocá-los. “É preciso lembrar que a internação é para aqueles adolescentes que cometem atos infracionais graves, como matar para roubar, estupro.”

A juíza do Juizado da Infância e da Juventude de Aparecida de Goiânia, Stefane Fiúza Cançado Machado, não quis comentar as condições dos centros de internação. “No caso das condições, da superlotação, é preciso ver com o Estado. Não tenho como descumprir o que a lei me determina. Se houver reincidência, por exemplo, ou ato infracional grave, preciso mandá-lo à internação.”

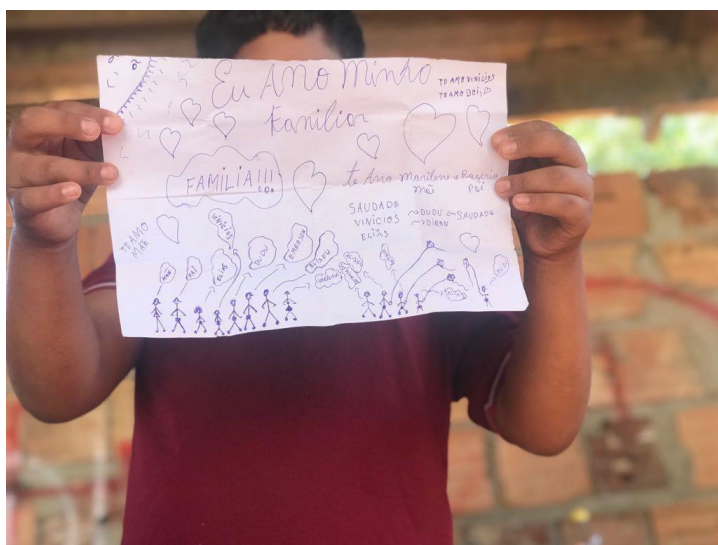


Momento em que familiares saem aliviados: filhos foram poupados pelas chamas. Lá dentro, inicia o inferno de dez familiares |Foto: Wesley Costa

Responsável pela internação de dois dos adolescentes mortos, Fiúza explica que quando não há vaga, o reincidente ou envolvido em ato infracional com grave ameaça, fica aguardando na Delegacia de Apuração de Atos Infracionais (Depai). “Sobretudo quando o adolescente se envolve em roubo com violência, amarra a vítima, bate, agride com arma, por isso acontece de eu dar internação no primeiro ato infracional”, esclarece.

O conselheiro tutelar Willian Carlos reclama que os 30 conselheiros tutelares de Goiânia foram proibidos de entrar no CIP. “Por uma determinação da Luzia Dora a gente não podia fiscalizar, mesmo que estivesse previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Tivemos que entrar com liminar, mas quando conseguimos, já era tarde”, lamenta.

“Do jeito que é, não deveria nem existir. É um sistema que tortura. Uma tortura permanente.” A constatação é do pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência (Necrive) e professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), Dione Antonio Santibanez.



Irmão de Elizeu Araújo segura última carta do irmão | Foto: Yago Sales

Pesquisador do socioeducativo, Santibanez contou à reportagem que anos depois de ter entrado pela primeira vez em uma unidade de cumprimento de medida socioeducativa, não conseguiu esquecer: “Aquele cheiro é insuportável. Depois do incêndio, imagino como sofrem os adolescentes ali. Aquele cheiro de corpo se misturou ao cheiro horrível que já predominava.”

Para ele, um Centro de internação em Goiás é pior que um centro de concentração nazista. “Não se aplica as regras. Um lugar de privação de liberdade fica ainda pior, com clima militarizado. O socioeducador, que deveria ajudar na socialização, mais parece um agente penitenciário para adultos, usando coturno, roupa preta. Sem dúvidas, o funcionamento, as regras, é pior que a estrutura. É preciso mudar”, aponta.

O Gecria e a Secretaria Cidadã foram procurados pela reportagem, mas não responderam aos questionamentos.

Contraponto

“Nós vamos usar jaleco, tênis? Existe uma hipocrisia muito grande. A gente não convive com crianças, mas com adolescentes que matam para roubar, que assaltam, que atiram.” A resposta é do presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Goiás (Sindsse/GO), Roberto Conde.

“Fora que precisamos lidar com alagamentos, incêndios, entrar em alojamento com fezes, urinas, vômitos. Com essa gestão despreparada, sofrem os servidores e os adolescentes”, reconhece Conde.

No sistema socioeducativo desde 2010, Conde trabalha em Formosa, a 281 km da capital. Em uma escala de 24 por 72, já viu detudo, fora o que os 400 agentes socioeducadores contam para ele.

Experiência que lhe dá autoridade para afirmar: “Desde o incêndio, nada mudou. Ainda temos adolescentes que ficam 23 horas presos por falta de pessoal para levá-los para atividades. E ainda têm histórias de jovens que são soltos sem a ressocialização”, exemplifica.

Em um dos casos que mais assustaram os servidores, um adolescente de 16 anos, apreendido por pelo menos dois anos, foi solto em Anápolis mesmo depois de matar um adolescente ano passado no Case. “O rapaz estava internado porque estuprou e matou uma criança.

Conforme ele, o servidor sofre na rotina com os jovens. “Adolescentes jogam urinas, marmitas, agridem, fazem reféns. E, porisso, muitos dos colegas estão afastados por causa desses traumas.”

Conde reconhece que, em caso de estresse, servidores precisam intervir, com algema. “Mas se algum agride um adolescente ele vai sofrer ao PAD [Procedimento Administrativo Disciplinar]. Temos casos de expulsão”, responde quando a reportagem pede explicações sobre as denúncias.

A coordenadora da escola que funciona dentro do CIP, Norma Célia, se lembra de cada um dos adolescentes mortos no incêndio. “A gente lida com os jovens, mesmo sabendo que temos o grande desafio de convencê-los de que a educação é uma saída para ele. Aqui fora, eles tinha a liberdade, a família, a namoradinha. Lá dentro eles têm a liberdade privada, abstinência das drogas, longe dos amigos”, explica.

Acerca dos desafios de incluir os jovens no processo educacional, Norma afirma que o existem entraves, como a alta taxa de analfabetismo. “Eles normalmente são alunos que não têm leitura, não escrevem. Mas fazemos o possível”, garante.

Segundo Norma, atualmente a educação no CIP é uma das mais eficazes em relação às outras unidades. “A Seduce [Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás] passou a entender que nosso ritmo na socioeducação é diferente.”



No dia 25 de maio, dúvidas cercaram o CIP | Foto: Wesley Costa

O mais importante, diz ela, é o professor que atua no socioeducativo não enxergar o adolescente como “menor infrator, mas como seu aluno”. “Quando os meninos chegam, eles estão desmotivados. Lá dentro a gente ensina que eles precisam aprender a entender o mapa, a tabuada, a ler. Muitos se dedicam, querem realmente aprender porque sabem que é a oportunidade de mudança, mesmo a sociedade achando que 90% não vai se recuperar. Mas precisamos acreditar que todos têm salvação. Eu acredito.”

Carlos Latuff, um dos mais importantes chargistas do mundo, criou um cartoon para lembrar os mortos. Ele transforma em desenho a dor e o desespero de situações indizíveis em palavras. O Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino apresentou o caso do CIP para o premiado chargista e cartunista e pediu que ele fizesse um trabalho que retratasse a tragédia. Latuff falou com exclusividade ao Portal Dia Online.

Para Latuff, o atual modelo de socioeducação não passa de um “simulacro de um programa de extermínio”. Segundo o chargista, existe uma política de eliminação da juventude negra e periférica. “Nesse caso, os adolescentes morreram num incêndio, mas a maioria morre de tiro”, conta, se referindo à violência a qual é submetida a juventude em situação de vulnerabilidade.

O renomado cartunista ainda menciona a ingerência política como uma das principais violadoras dos Direitos Humanos não só em Goiás, mas em todo o país. “O conceito de Direitos Humanos no Brasil é ficção científica”, afirma.

Colaborou Tom Paulo.

COMENTÁRIOS

[A. C. A.](#)

Todo meu amor às famílias atingidas, meu coração sangra, isso não vai mudar, como querem regenerar os infratores, se não há condições mínimas para isso?

[Curtir](#) · [Responder](#) · [1 a](#)

E.N.

Morreu foi pouco

[Curtir](#) · [Responder](#) · [1 a](#)

E.R.D.

Acho que tivesse lido o texto teria entendido que muitos não tiveram outra opção é fácil julgar os outros. Vai viver a vida deles

[Curtir](#) · [Responder](#) · [1 a](#)

E.E.

temos aqui um inútil analfabeto incapaz de ler e interpretar um texto longo e de elaborar um argumento mais profundo do que uma poça de lama, mas que jura ter a mais elevada das opiniões a respeito do assunto

[Curtir](#) · [Responder](#) · [1 a](#)

V.R.

Esse Fernando só exemplifica que existem pessoas más nesse mundo.

[Curtir](#) · [Responder](#) · [1 a](#)

E.N.

Agora a culpa é dos caminhoneiros e da policia que é corrupta,nunca é culpa dos proprios infratores,que se nao tivessem entrado no crime nao ficariam apriendidos na quele lugar.acredito que niguem é obrigado a entrar no mundo do crime seja la a dificuldade que esteja passando,entra no crime porque quer e por que é vagabundo depois de tantas oportunidades que existe.tambem isso é cupa das nossas leis,o engraçado é que uma criançanao pode trabalhar honestamente pq é crime,mas nao é crime uma criança roubar e matar um pai de familia.por isso que eu acho que morreu foi pouco tinha e tem que morrer é mais

[Curtir](#) · [Responder](#) · [1 a](#)

V.R.

Queria ver se fosse vc ao receber o corpo de um filho seu que tinha uma vida inteira pela frente todo queimado se teria a mesma opinião, vc não sabe o que aqueles meninos passaram, vc nao sabe os sentimentos deles, oque os levaram isso é não me refiro apenas à pobreza e influência de criminosos mas também às condições mentais, psicológicas e a falta de amor familiar pra eles.

[Curtir](#) · [Responder](#) · 1 a

F.N.

O assunto nem rodou todo o brasil.ainda bem,sao inuteis nao serve pra sociedade,daqui a pouco a gente nao vai poder se defender pq vai ser crime a legitima defesa

[Curtir](#) · [Responder](#) · 1 a

R.C.

Você também não serve para a sociedade, é muito burro. Melhor "jair" se acostumando com isso. E para vocêse defender vai precisar de arma nuclear, porque com essa cara de bunda mole...

[Curtir](#) · [Responder](#) · 1 a

V.R.

Olhando seu perfil agora vejo que é um rapaz novo também, fico triste ao saber que existem tantas pessoas tãojovens hoje que são tão impiedosa e nao se colocam um minuto sequer no lugar do próximo, a vida hoje é tratada como algo banal. ☐

[Curtir](#) · [Responder](#) · 1 a

F.N.

Direitos humanos ou direitos dos manos?quando um policial morre em confronto com bandidos nao vai nenhumrepresentante dos direitos humanos ir consolar a familia,mas quando um vagabundo leva bala aparece toda comitiva dos direitos humanos, nacional internacional e até de outro planeta pra defender esses vagabundos que vcs chamam de vitimas da sociedade.eu faço parte da sociedade eu que sou vitima.

[Curtir](#) · [Responder](#) · 1 a

C.N.

A vida não justa né fazer o quemas uns cara desse não pensar duas vezes na hora de colocar uma arma na

cara de um pai de família e atirar ...

[Curtir](#) · [Responder](#) · 1 a

V.R.

Nenhum deles tinha cometido homicídio.

[Responder](#) · 1 a

S.R.

Lamento pelas percas das famílias; mais com todo respeito,os nossos governantes deixam a desejar, é um absurdo,como tratam a sociedade em um todo.Eu mim sinto vitima e revoltada,a quase uma semana fui assaltada na frente dos meu filhos pequenos,liguei para a PM ,e não tive nenhum representante dos direitos humanos muito menos uma oferta de um belo dinheiro para pelo ou menos tomar um gardenal,agora bandidos são presos , família recebe 1 salário mínimo por auxílio,são vítimas da sociedade,morrem e somos obrigados a pagar de \$50 mil a \$100 mil reais de indenização?Que País é esse? Quem é vítima aqui ? Os infratores?fala sério ,tá na hora de ver e mudar a constituição desse país . enquanto pais e mães de família saem pra trabalharcom medo,sendo colocado armas em suas cabeças pra tomar o que com muito suor conquistou.As medidas socioeducativas realmente não resolve,e dar dinheiro pra eles se sustentarem muito menos.meus filhos vivem assustados,os caras assaltam e ainda nos ameaçam de morte ,precisam com urgência tomar uma atitude mais rigorosa.

[Curtir](#) · [Responder](#) · 1 a

E. F.

o papel dos Direitos Humanos é a proteção das pessoas contra a violência e violação de direitos civis por parte do Estado. Em casos de violência urbana, existe a polícia. Se pessoas sob a custódia (portanto, responsabilidade) do Estado morrem em uma instituição do Estado, entidade que deveria garantir o mínimo para a sobrevivência ali dentro, existe a possibilidade de "reparação" -- com aspas bem grandes -- por parte do Estado. Em vez de opinar em favor do massacre de gente dentro dessas instituições, você poderia direcionar a indignação para o estado de Goiás, que se recusa a aplicar o SINASE -- conforme descrito no texto -- e tem responsabilidade direta nessas chacinas e na violência urbana. A minha, a sua vida e a desses jovens têm o mesmo peso (é tudo vida matável) para aqueles que fazem acertos políticos para ganhar dinheiro (dinheiro de impostos) e prejudicar o povo, seja por omissão ou por ação.

[Responder](#) · 1 a

V. R.

Sara, Direitos humanos age principalmente quando o estado viola os direitos básicos de alguém. Vc foi assaltada, é uma fatalidade mas não foi o estado que fez isso. Imagina o que é uma mãe receber o corpo do seu filho de 16 anos que era tão bonito e foi entregado todo perfeitoinho todo queimado sem poder nem ver o rosto dele pela última vez, esses meninos comem o pão que o Diabo amassou nesses centros de internação, pense por um momento Sara o que é morrer queimado, eles estavam presos foram queimados sem poder tentar se esconder das chamas, cara o estado negligenciou eles a todo momento, vc acha muito uma micharia dessas pra tentar compensar uma dor dessa? Muitas mães sequer resistem e morrem secas de depressão, outras tem derrame, outras enfartam, um dos meninos sobreviveu queimado por meses sentindo dores que vc provavelmente não pode nem imaginar, nem eu imagino, se coloque no lugar dessas mães por um minuto, sério, imagina vc no lugar delas, esquece por um momento o fatodeles terem cometido erros na vida, se coloca no lugar de alguém que recebe os restos mortais de um filho tão jovem e não pode ter feito nada pra salvar eles.

[Responder](#) · 1 a

...[Ver mais](#)

[Responder](#) · 1 a

J. P.

ai gente que dor... Toda solidariedade as mães. E que tenhamos um mundo melhor...

[Curtir](#) · [Responder](#) · [1 a](#)

E. E.

Fico muito triste com o ocorrido.

As Mães perderam seus filhos duas vezes: para o crime e para as chamadas.

Mas somos responsáveis pelas nossas escolhas. As escolhas que eles fizeram os levaram ao destino que tiveram.

[Curtir](#) · [Responder](#) · [1 a](#)

V. R.

Eu não acho que justifica, eles cometeram crimes mas eles deveriam ter tido uma segunda chance, é desumano esse tipo de tratamento.

[Responder](#) · 1 a

E. S.

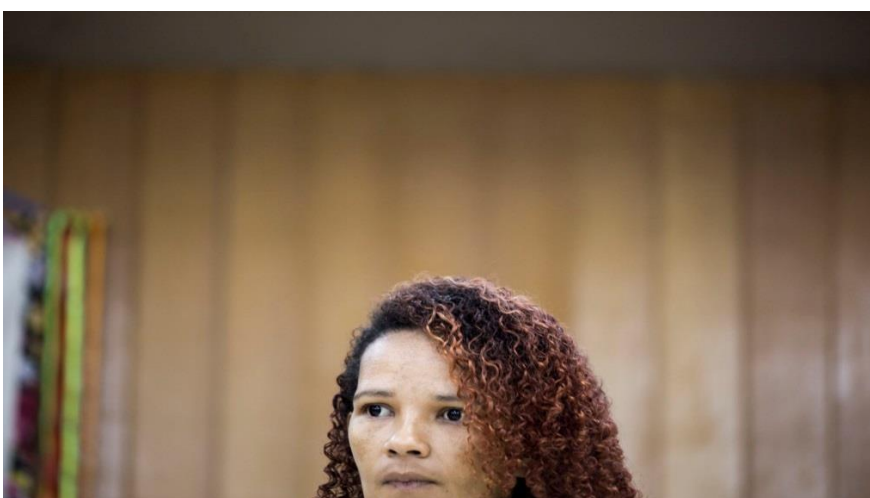
Jesus e o caminho a verdade e a vida.

[Curtir](#) · [Responder](#) · [45 sem](#)

ANEXO 10 - REPORTAGEM 10 - *El País*

Reportagem El País Brasil

Goiás reconhece responsabilidade na morte de 10 menores carbonizados



Luciana Rangel, uma das mães das vítimas do incêndio. FOTO | VÍDEO: TONI PIRES

FELIPE BETIM

| **TONI PIRES**

GOIÂNIA - [08 JUL 2019 - 22:00 BRT](#)

A notícia da morte do filho chegou pelo WhatsApp. Marilene Araújo estava visitando a mãe em uma aldeia indígena do Pará quando recebeu de um contato anônimo as imagens de corpos amontoados e carbonizados dentro de um cubículo que servia como unidade socioeducativa para 11 menores. Imediatamente reconheceu o filho Elizeu entre eles. Estava deitado na porta da cela com o rosto completamente queimado. “Assim que vi já comecei a chorar”, conta a mulher. “Ele só tinha 17 anos. Tão lindo. Tão perfeito. Tão dócil”. Pegou então um ônibus em plena greve dos caminhoneiros para chegar em Goiânia e ver o filho pela última vez. Cinco minutos foi o tempo que teve, na manhã do dia seguinte, para se despedir antes de o rapaz ser enterrado.

As chamas tomaram o alojamento 1 por volta de 11 horas da sexta-feira de 25 de maio de 2018. Nove adolescentes que ali estavam, no Centro Interno Provisório (CIP) para menores de 15 a 18 anos, dentro do 7º batalhão da PM, em Goiânia, morreram na hora. A décima vítima **faleceu após quase um mês internado**. Na versão oficial consta que os rapazes atearam fogo em um pedaço de colchão para depois jogá-lo no corredor do abrigo. Era a forma de protestar pela transferência de alguns deles para outro centro socioeducativo. Para evitar que uma sufocante fumaça preta invadissem a cela, tamparam a grade com outros colchões. Foi quando o fogo tomou o local.

Leia mais: **As mães 'órfãs' de filhos que o Estado levou**

A Polícia Civil **denunciou em agosto daquele ano 13 servidores públicos por negligência**, com o argumento de que demoraram a combater o fogo e a chamar o Corpo de Bombeiros. Eles foram indiciados por homicídio culposo, mas **o Ministério Público arquivou a ação** por considerar que o local era inapropriado para a internação dos adolescentes e que não havia equipamentos de combate ao incêndio. A juíza que confirmou o arquivamento disse que o “resultado negativo deveu-se a circunstâncias alheias à sua vontade e por fatos alheios à sua atuação”.

Um ano depois da tragédia, no dia 28 de maio, o Estado de Goiás reconheceu sua responsabilidade e **assinou um acordo para indenizar cada uma das 10 famílias**. O Governo estadual, hoje nas mãos do conservador Ronaldo Caiado (DEM), promete desembolsar 125.000 reais a título de danos morais para as famílias.

25.000 deverão ser entregues já em outubro. O restante será parcelado em 100 vezes. O Estado também vai pagar aos familiares uma pensão de dois terços do salário-mínimo por danos materiais até o prazo em que menor falecido completaria 25 anos. Caso o jovem tenha deixado filho, então o pagamento deverá ser feito até que complete 25 anos.

•

Segundo o **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 26.450 menores se encontravam em centros socioeducativos em 2016. As cifras não pararam de crescer ao longo de 20 anos: em 1996, havia 4.245 menores em centros como esses.

O EL PAÍS conversou com Luciana Pereira Lopes, Marilene Martin Araújo e Cleonice Lourenço de Freitas, mães de três das vítimas — Lucas Rangel Lopes, Elizeu Araújo e de

Daniel Freitas Batista, respectivamente —, durante o **4º Encontro Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado**. Leia abaixo seus relatos.

Cleonice de Freitas: "Quando vi as fotos de meninos carbonizados, reconheci meu filho"

Meu filho se envolveu com assalto. Naquela sexta-feira, cheguei por volta de meio-dia e, como de costume, comprei um lanche para levar para o Daniel. Um moço então me contou sobre um incêndio que matou nove adolescentes e me perguntou se eu tinha alguém ali. Senti o choque naquela hora e corri para o CIP. Era só rodear o quarteirão. Chegando lá, os policiais falaram para ficarmos no auditório até darem a notícia para a gente. Lá dentro fomos constrangidas pelos policiais, que eram muito agressivos. A aflição foi muito grande. Até que chegou uma moça com celular e as fotos de meninos carbonizados no chão. No momento em que olhei, reconheci meu filho. Ele foi um dos que ficou preso no banheiro e que menos se queimou. Os outros estavam todos pretos.

Ficamos cinco horas no auditório naquela aflição toda. E tínhamos que ficar caladas, sem fazer nada. Até que deram a notícia. Falaram que iam dar nome por nome dos que sobreviveram, começando pela cela 9. Quando chegaram na 1, falaram só o nome do menino que escapou 15 minutos antes e do que estava hospitalizado. E depois não falaram mais. Deduzimos que tinham morrido. Eu cai em prantos, cai em desespero.

Meu filho sempre foi um menino de temperamento forte, mas nunca pegou nada dentro de casa nem pegou dinheiro meu. Descobri que estava mexendo com coisa errada, fumando maconha, por causa de um menino que andava com ele. Mas ele era muito bom comigo, muito amoroso. Podia usar a droga dele, mas nunca me agrediu dentro de casa, nunca me xingou. Ele reclamava muito porque não tinha emprego. Tentava muito encontrar e não conseguia. Estava estudando na época e queria ser piloto de avião. Sempre dizia isso.

Ele fez três meses de terapia. A psicóloga perguntou por que ele fazia aquilo... E ele dizia que era porque o pai bebia. Por mais que tenha tentado ser um pai bom e morasse perto, ele era distante. Falava que de mim não tinha o que reclamar, porque eu era mãe presente, trabalhadeira e honesta. Que ele tinha muito orgulho de mim. O problema dele era mais com o pai.

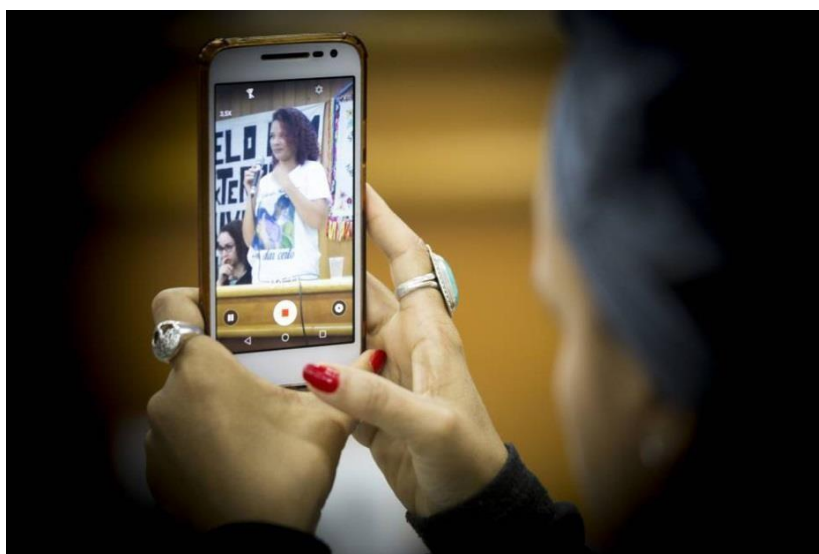
Sou doméstica. Tenho outras duas filhas, a mais velha de 24 e outra de 16. A mais nova ficou muito revoltada. Rebelde. Busquei ajuda para mim e para ela. Meu companheiro atual me ajuda muito, esteve muito do meu lado. Mas a família desestabilizou todinha.

Luciana Lopes: "Sei que enterrei meu filho por causa dos dentes. Queimou muito, queimou demais"

Eu estava deitada no sofá com meu filho caçula assistindo televisão quando veio a notícia de que teria acontecido um incêndio no CIP com nove adolescentes mortos. Eu ainda estava no banheiro me arrumando quando várias fotos chegaram num grupo [de WhatsApp]. Estavam todos mortos, mas não consegui decifrar meu filho. Eles estavam muito queimados.

O Lucas tinha 16 anos. Não sei explicar o que aconteceu, foi uma coisa surpreendente, sem lógica. Ele nunca teve envolvimento com nada nem histórico de agressividade. Em outubro aconteceu um crime e acusaram meu filho. Até a minha última visita jurava que não tinha sido ele. Ele contou para mim que tinha ido para uma festa e emprestado sua mochila. E parece que colocaram droga dentro. Só que o conselho tutelar deu batida. A mochila não estava com meu filho, estava com outra pessoa. Mas por ele ter emprestado a mochila e o outro [o colega de Lucas que estava com a mochila] ter rodado, colocaram a culpa [pela perda da droga] em meu filho. Então ele ficou com uma dívida de 150 reais. E foi ameaçado.

O que eu descobri depois foi que dois rapazes, um deles menor, cometeram um latrocínio [roubo seguido de morte] para conseguir esse dinheiro que tinham perdido. Para pagar essa dívida, Lucas teria que assumir, mesmo não estando com os meninos quando aconteceu.



Luciana Pereira Lopes é filmada enquanto discursa, em Goiânia.T. PIRES

Tenho quatro filhos. O menino tem 13, a menina tem 11 e o caçula tem 4. Lucas era o mais velho. Era um menino carinhoso, de toda hora estar abraçando, beijando... Minha casa era alegre. Ele colocava música, ia na minha cama e falava "bora, véinha, bora

dançar”. Ele era apaixonado por música e dava aula de percussão. Amava grafite. Era um menino muito... Não sei nem como explicar. A família ficou destruída.

Disseram que na noite anterior [ao incêndio] eles teriam feito algazarra. Eles tinham o costume de cantar, porque lá não tem televisão, só umas caixinhas de música para o lado de fora das celas. Então eles escutam música o dia inteiro e à noite a luz é apagada muito cedo. Disseram que eles ficaram cantando boa parte da noite, e isso incomodou. Aí chamaram os meninos na coordenação e falaram que dois ou três seriam transferidos. E os meninos não aceitaram e resolveram fazer um protesto. Atearam fogo num pedaço de espuma do colchão e jogaram pela grade, no corredor. Só que começou a entrar muita fumaça, então eles pegaram um colchão pra tentar tampar a grade. Dizem que esse fogo passou para o colchão, pegou em outros colchões e queimou todo mundo.

Eu quero os responsáveis, eu quero explicações, porque eu mereço. Para eu ter paz. Você receber a mensagem no seu celular dizendo "olha, fulano me abraçou no dia da visita, e falou que seu filho gritava, implorava. ‘Educador, tira nós daqui. Está queimando, está doendo. Salva nós, não deixa nós morrer assim não...’”

Quando a gente foi para o IML, meu irmão não me deixou ver o corpo. Mas quando o caixão dele ia ser lacrado, eu fui. Só que o que eu vi... [chora] Ele não tinha pé. Ele tinha um pezão, calçava 44. Ficou desse tamanhozinho. Ficou tudo queimado. A única certeza de que enterrei meu filho foram os dentes. Só por causa disso. Queimou muito, queimou demais. Falaram para eu não pegar nele porque ia desmanchar. E eu comecei a gritar. Depois disso não lembro mais.

Mudou tudo. Não tenho mais rotina. O dia que dou conta de fazer comida eu faço, o dia que dou conta de limpar minha casa eu limpo, o dia que dou conta de levantar da cama eu levanto. A única coisa que faço questão de fazer, posso estar morrendo, é levar e buscar meus filhos da escola. Porque eu tenho medo, tenho muito medo. De pensar que estão sozinhos e que pode acontecer alguma coisa como aconteceu com o Lucas.

Marilene Araújo: "Foi a polícia que colocou meu filho na marginalidade"

Minha mãe é índia e eu estava com ela na aldeia, no Pará, quando chegou mensagem no meu celular. Era uma foto de meninos queimados. Chegou de um número que eu não conhecia. A terceira foto que mandaramera meu filho, queimado na porta da cela em que estava. A pessoa só mandou a foto e me bloqueou. Reconheci meu filho na hora. E já comecei a chorar. Estava acontecendo a greve dos caminhoneiros e foi bem difícil. Saí no dia 26 e cheguei no dia 27, às 10h40 da manhã. Consegui vê-lo por cinco

minutos, quando o velório já estava acontecendo. Meu esposo fez o reconhecimento do corpo. Até hoje não recebi explicações. Na delegacia mostram um vídeo dos agentes olhando o fogo. Um educador balança o ombro, sorri e vira as costas. Muita coisa que não deixa nem a gente dormir.



Marilene Araújo, à esquerda, e Luciana Lopes, à direita, participam de ato com outras mães em Goiânia. T. PIRES

Fazia 25 dias que meu filho estava lá, por ter roubado um carro. Não sei por que ele fez isso. Foi a segunda vez que ele assaltou. A primeira não foi ele, mas ele estava com os meninos. E todo mundo correu e ele ficou. Como a polícia pegou, ele assumiu. Mesmo assim a polícia espancou até ele admitir. Ficou seis meses no centro socioeducativo.

Ele tinha só 17 anos. Tão lindo. Tão perfeito. Tão dócil. Ele tinha tanto medo de fogo. E morreu queimado. Ele foi muito maltratado pelos agentes de lá. O difícil não era conviver com os adolescentes, mas sim com os agentes. Eles batem, judiam, deixam passar fome e sede. Priva muito, judia muito lá dentro. Quando nos vimos pela última vez comecei a chorar, porque eles pedem para tirar a roupa [para revistar]. Olharam minha boca, meu cabelo... Fiquei muito nervosa. Aí eu cheguei chorando, com vergonha. Ele me abraçou e falou: "Mãe, eu te juro que a senhora nunca mais vai passar por isso. É uma promessa que faço para a senhora". E a gente sabe diferenciar quando o filho fala de verdade e não. E ele estava falando do fundo do coração. Disse que ia trabalhar, que ia estudar. Foi um sorriso lindo demais.

Lembro do jeitinho dele falando que ia comprar uma casa para mim. O sonho dele era isso, conseguir as coisas para a família dele. Mesmo errando, as coisas eram para a família. Às vezes me sinto culpada. Nós sempre trabalhamos, mas vida boa é difícil,

tivemos muitos filhos. Sou diarista e meu esposo é servente. Mas ele não reclamava muito. Tinha vontade de fazer medicina. Era um menino muito doce, fazia comida, cuidava dos irmãos para eu trabalhar. Era o mais velho e muito especial.

Adorava se arrumar e passar perfume para ir pra escola. Um dia, quando tinha 15 anos, ele entrou em casa 20 minutos depois de ter saído para a escola. Todo machucado. Disse que o policial pegou ele, esfregou a cara dele no muro e jogou a mochila no lote da vizinha. Falou que vagabundo não era para ir à escola.

Leia mais: [Por que o Estado brasileiro é responsável por tantas mortes](#)

Depois disso ele se desinteressou, já não era mais aquele menino. Passou a ter personalidade mais forte. E também começaram as agressões da polícia na minha casa. Eles entravam arrebatando o portão, perguntando “cadê o vagabundo”, oprimindo a nossa família... E cada vez meu filho ficava pior. Foi aí que ele roubou um carro. Ele fez essa besteira duas vezes.

Quando você é pobre e vem de família pobre, então você não presta. Um dia meu filho estava sentado com os amigos dele e o policial chegou, pegou ele, colocou dentro do carro e levou. Só devolveram o Elizeu porque deixei entrar na minha casa para que buscassem drogas. Reviraram tudo, quebraram minhas coisas, mas não acharam nada. As agressões continuaram, mas isso acontece na casa de todo mundo. Nunca ninguém encontrou uma ponta de maconha na minha casa. Mas eles chegavam espancando meu filho quando ele estava dormindo! Eles estavam colocando meu filho na marginalidade. Não foi bandido, era a polícia que colocava.

Minha família acabou. Não tem mais conversa, não tem mais diálogo. Cada um no seu canto.

ANEXO 11 - REPORTAGEM 11 – Incêndio no Ninho do Urubu

Atletas da base do Flamengo morrem em incêndio no CT Ninho do Urubu

Dez jovens, com idade entre 14 e 16 anos, morreram; há três feridos. Fogo atingiu alojamento das categorias de base do time em Vargem Grande. Prefeitura disse que dormitório não tem licença municipal.

Por G1 Rio e TV Globo

08/02/2019 06h18 Atualizado há um ano



Incêndio no CT do Flamengo, no Rio, mata dez jogadores de base

Dez pessoas morreram em um incêndio no Centro de Treinamento do Flamengo no início da manhã desta sexta-feira (8). Todas as vítimas foram identificadas: eram atletas da base do time – tinham entre 14 e 16 anos. De acordo com o clube, há três jovens internados, dois deles em situação estável e conscientes; o terceiro está em estado grave. O fogo destruiu parte dos alojamentos do Ninho do Urubu, em Vargem Grande, Zona Oeste do Rio.

"Estamos todos consternados. É a maior tragédia pela qual o clube já passou em 123 anos de história", afirmou Rodolfo Landim, presidente do Flamengo.

As chamas atingiram as instalações onde dormiam jogadores entre 14 e 17 anos que não residiam no Rio. A suspeita é de que a causa foi **um curto-circuito em um ar-condicionado**. Seis contêineres interligados serviam de dormitórios.

- **VÍTIMAS: veja quem são**
- **SOBREVIVENTES: leia depoimentos**
- **REPERCUSSÃO: ex-atletas lamentam**
- **FOTOS: imagens da tragédia**
- **VÍDEOS: momento do incêndio**

Em nota, a Prefeitura do Rio afirmou que o **dormitório não tem licença municipal**. "A área de alojamento atingida pelo incêndio não consta do

último projeto aprovado pela área de licenciamento, no dia 5 de abril de 2018, como edificada", diz o comunicado.

A prefeitura informou ainda que o Centro de Treinamento do Flamengo **teve quase 30 autos de infração por estar funcionando sem o alvará necessário.** Um edital de interdição chegou a ser emitido em 2017.



Ninho do Urubu não tinha alvará de funcionamento, diz Prefeitura do Rio



Parte das instalações do CT do Flamengo devastadas pelas chamas — Foto: Arquivo pessoal

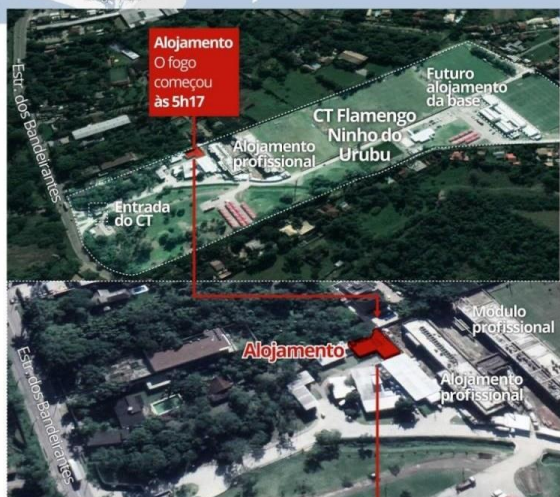
Samuel Barbosa, um dos atletas que escaparam do incêndio (**veja depoimentos**), disse:

"A maioria não conseguiu porque a quantidade de fogo era muita. E aconteceu que o ar condicionado pegou fogo, daí foi gerando um curto-circuito em todos os ares-condicionados. Foi pegando em tudo. E foi muito rápido. Não deu pra conseguir chamar quase ninguém".

O Fla-Flu e o jogo Vasco x Resende, válidos pela semifinal da Taça Guanabara que estavam marcados para este sábado (9) e este domingo (10), **foram adiados**. O governador Wilson Witzel eo prefeito Marcelo Crivella decretaram luto oficial de três dias.

Tragédia no Flamengo

O que se sabe do incêndio no CT



Segundo a Prefeitura, a estrutura **não tinha licença municipal**

Eram seis contêineres interligados que serviam de dormitórios para jogadores entre 14 e 17 anos.

A suspeita é que um **curto-circuito** em um **ar-condicionado** possa ter sido a causa do incêndio

10 mortos



3 feridos



inho do Urubu para fazer a perícia. Um inquérito (o dos Bandeirantes) para apurar as causas do

corpos começaram a ser retirados e levados

Fonte: Corpo de Bombeiros e GoogleEarth

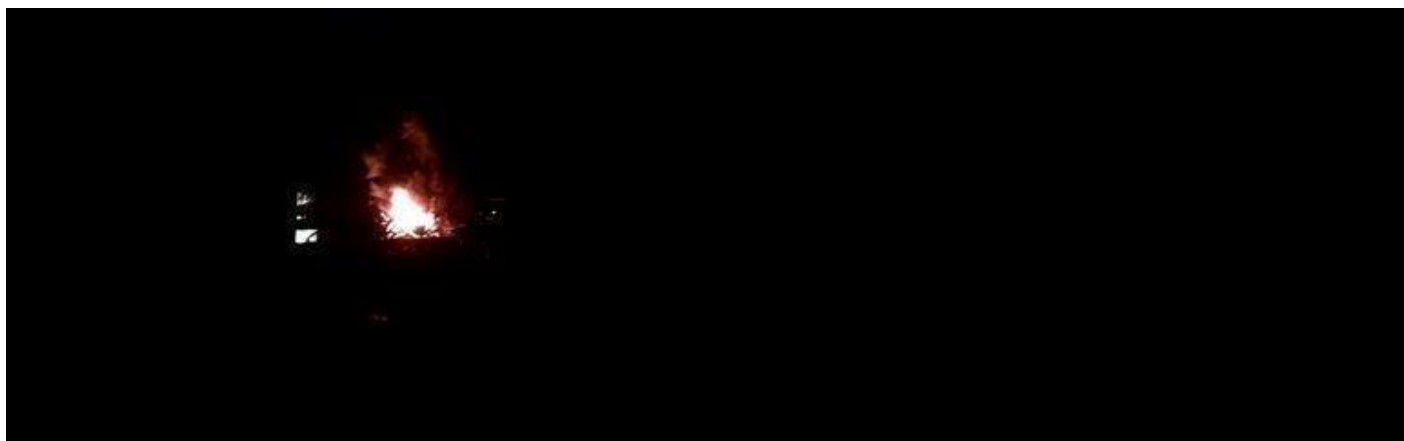
Infográfico atualizado em: 08/02/2019

to: Infográfico/G1

No início da tarde, **a Polícia Civil do Rio ouviu 14 atletas e três funcionários do Flamengo**. Eles chegaram à 42ª DP, no Recreio dos Bandeirantes, acompanhados da equipe de assistentes sociais do clube, um advogado e de uma conselheira tutelar do município.

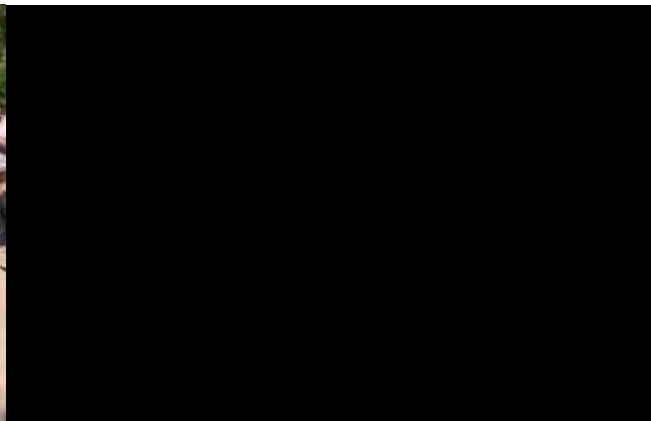
Segundo informações da polícia, todos os atletas estavam no alojamento quando ocorreu o incêndio. Ainda segundo a polícia, após o resultado da perícia, outros atletas e funcionários poderão prestar novos depoimentos. Eles deixaram a delegacia por volta das 16h sem falar com os jornalistas.

Um dos funcionários ouvidos é o segurança da portaria do Ninho do Urubu, conhecido como Ferreirinha, que teria ajudado a resgatar três atletas das chamas.



Moradores registram momento do incêndio no Ninho do Urubu, Rio de Janeiro

As mortes confirmadas são:



Boletim: Todas as 10 vítimas do incêndio no CT do Flamengo já foram identificadas

- **Christian Esmério:** Goleiro das categorias de base do Flamengo. Em abril, ele postou uma foto nas redes sociais de uma conquista com o clube;
- **Arthur Vinicius:** morava com a família em Volta Redonda e completaria 15 anos no sábado (9). A família foi avisada e está a caminho do Rio, segundo informações da TV Rio Sul. Ele faria 15 anos neste sábado (9);
- **Pablo Henrique da Silva Matos:** jogador do sub-17 do Flamengo, nasceu em Minas Gerais. É primo do zagueiro Werley, do Vasco, que já foi informado da tragédia;
- **Bernardo Pisetta:** tinha 14 anos e estreou no Flamengo em agosto de 2018. Veio de Indaial (SC);
- **Vitor Isaías:** tinha 15 anos e veio de Indaial, no Vale do Itajaí catarinense. Estava no Fla desde agosto de 2018;
- **Athila Paixão:** tinha 14 anos, era sergipano, natural de Lagarto e integrava o time de base do Flamengo desde março de 2018.
- Jorge Eduardo Santos: tinha 15 anos e era de Além Paraíba (MG). Ele começou a jogar futebol aos 7 anos e chegou à categoria de base do Flamengo aos 12 anos.
- Samuel Thomas Rosa: tinha 15 anos, era de São João de Meriti e atuava como lateral direito.
- Gedson Santos: Tinha 14 anos e era natural de Itararé (SP). Atuava como meio de campo.
- Rykelmo de Souza Vianna- Tinha 16 anos, era natural de Limeira (SP) e jogava no meio de campo, como volante.



Meninos do Ninho do Urubu eram parte de uma elite talentosa



mosaico grande garotos CT do Flamengo — Foto: Roberta Jaworski/Arte G1

Três feridos

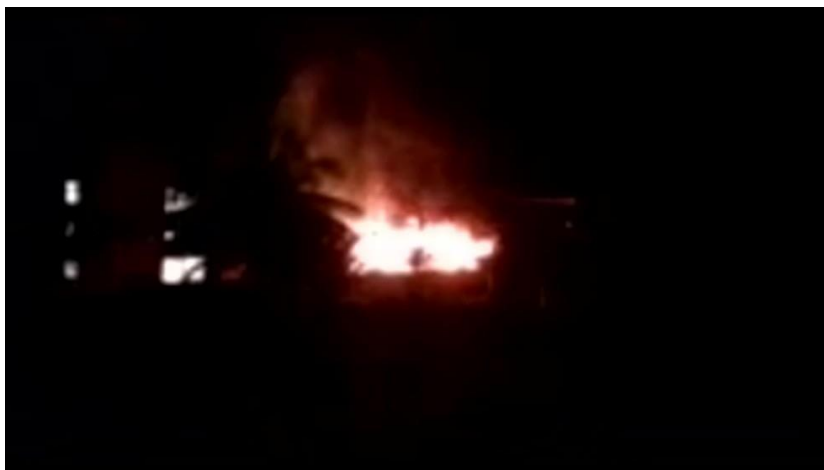
Três adolescentes ficaram feridos, e foram levados inicialmente para o Hospital Municipal Lourenço Jorge, na Barra:

- **Cauan Emanuel Gomes Nunes**, de 14 anos, de Fortaleza (CE);
- Francisco Diogo Bento Alves, de 15 anos;
- Jhonata Cruz Ventura, de 15 anos, em estado grave.

Em nota, o Flamengo informa que Cauan Emanuel e Francisco Digo estão "em situação estável no Hospital Vitória, ambos acordados e conscientes". "Os meninos apresentam algumas lesões de via aérea por inalação de fumaça e escoriações pelo corpo e seguem em observação, ficando internados na UTI de hoje para amanhã, sábado (9)."

Já Jhonata foi levado às pressas ao centro cirúrgico do Lourenço Jorge e depois transferido para o Hospital Municipal Pedro II, em Santa Cruz, onde está internado em estado grave. "Ele foi atingido na face, membros superiores e mãos, e tem queimaduras em 30% do corpo", diz o comunicado.

Os três rapazes são de fora do Rio de Janeiro.



Moradora gravou CT do Flamengo em chamas — Foto: Reprodução/GloboNews

Autoridades e ex-atletas lamentam



Ídolos do futebol e clubes rivais se mandam mensagens de força

O presidente Jair Bolsonaro, o governador do RJ, Wilson Witzel, e ex-atletas prestaram solidariedade às vítimas e a familiares após a tragédia.

Em nota, Bolsonaro afirmou:

"Nesta manhã, tomamos conhecimento da triste tragédia ocorrida no Centro de Treinamento do Flamengo, vitimando jovens vidas que iniciavam sua caminhada rumo à realização de seus sonhos profissionais. Consternado, o Presidente da República se solidariza com a dor dos familiares neste momento de luto".

Zico, Pelé, Júnior e Neymar estiveram entre os jogadores e ex-jogadores que se manifestaram.

Treinos cancelados

De acordo com um funcionário que trabalha no setor administrativo da base do Flamengo, os meninos seriam transferidos na semana que vem do local onde estavam alojados. Segundo ele, parte da base do clube migrou para o local onde

ficava o departamento profissional – um módulo inaugurado em 2016. O processo de mudança, contudo, ainda não estava concluído.

O funcionário – que preferiu não se identificar – disse ao **G1** que, por causa da chuva na noite desta quarta-feira (7), os meninos estavam de folga.

“Era o dia de folga, pra nossa sorte. Demos folga ontem [quinta] por causa da tempestade e cancelamos o treino de ontem e o de hoje [sexta]. Alguns atletas que moravam mais próximo foram pra casa”, declarou.

Segundo mães de alguns dos atletas, o treino cancelado liberou os jovens que moram no Rio para dormir em suas casas. Desta forma, só pernoitaram no alojamento adolescentes que vieram de fora, como Cauan Emanuel.

“Se tivesse treino hoje, a tragédia teria sido muito maior”, disse uma mãe.

Imagens de câmeras de segurança mostram sobreviventes escapando do



incêndio no Ninho do Urubu.

Vídeo mostra sobrevivente tentando apagar fogo no incêndio do Ninho do Urubu

Passagem bloqueada

O funcionário disse que chegava ao Centro de Treinamento no momento em que as chamas começaram. “Chegamos pra trabalhar eram umas 6h, junto com bombeiros. Eu recebi um telefonema quando eu estava chegando”, disse ele.

“O fogo pegou exatamente no local que estavam as crianças. Não espalhou porque os bombeiros chegaram rápido. Ali tinham três ou quatro quartos. O fogo pegou na porta e reteve a passagem”, completou.

O funcionário não soube dizer se a sede tinha brigada de incêndio, mas afirmou que havia extintores no local e que eles chegaram a ser usados no momento do incêndio.

Alexandre Sanz, preparador físico do Flamengo, acha que não tem clima para a realização de um Fla x Flu neste sábado (9). “Fica difícil ter o jogo porque houve uma situação emocional muito forte”.

A Zona Oeste foi uma das mais afetadas com o temporal desta quarta. Na manhã desta sexta, o Ninho do Urubu continuava sem luz e sem água em decorrência da chuva.

VEJA IMAGENS DO NINHO DO URUBU APÓS A REFORMA



Saiba mais sobre o Ninho do Urubu, centro de treinamento do Flamengo

Flamengo comprou terreno do Ninho do Urubu com venda de Zico para Itália



Instalações retorcidas

Imagens feitas pelo Globocop mostraram uma área do CT do clube destruída pelas chamas. Por volta das 7h20, bombeiros atuavam apenas no rescaldo.

O Centro de Treinamento Presidente George Helal, conhecido como Ninho do Urubu, conta com um módulo profissional, dois campos, campo de treinamento para goleiros e estruturas para musculação e fisioterapia.

Em 2018, ano de inauguração do novo módulo profissional, a estrutura pré-existente foi deixada para as categorias de base e, para o futebol profissional,

foi disponibilizado um novo módulo, com novos alojamentos, um parque aquático, academia e mais um campo de futebol (totalizando cinco).



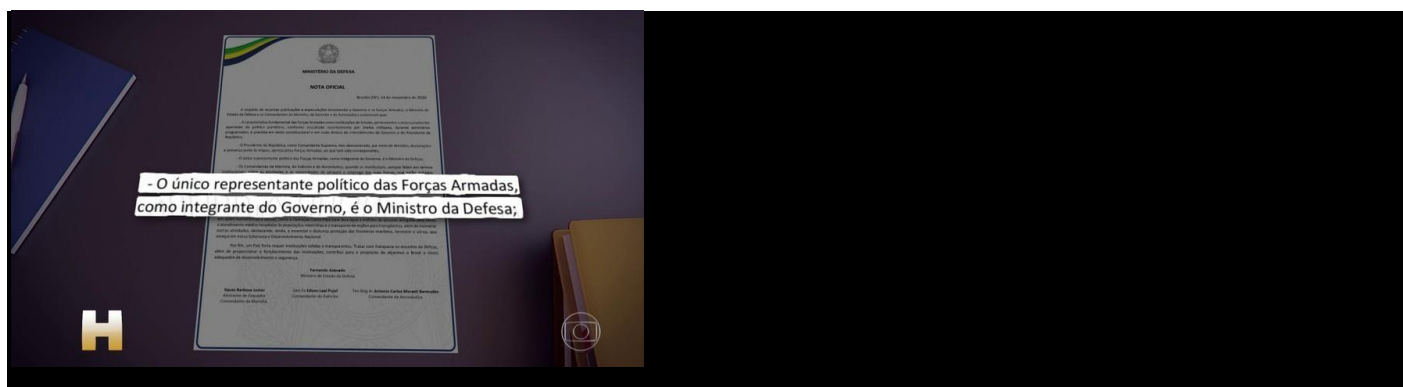
Funcionários do Flamengo baixaram a meio mastro a bandeira na entrada do CT - Foto: Cristina Boeckel/G1, março, 02. 2022.



Veículos dos bombeiros no CT do Flamengo - Foto: Reprodução/TV Globo



Instalações retorcidas pelo fogo no CT do Flamengo — Foto: Reprodução/TV Globo



Veja também

Jornal Hoje

Ministério da Defesa e comandantes das Forças Armadas divulgam nota

O Ministério da Defesa e os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica divulgaram neste sábado (14) uma nota em conjunto reafirmando que as Forças Armadas são apartidárias.